



REVISTA

MERCOPOL

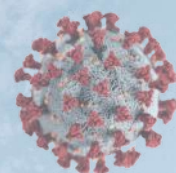


Capacitação e Cooperação Policial do Mercosul
Capacitación y Cooperación Policial del Mercosur

Edição Brasil- Ano XV - Nº 13

Dezembro de 2021

ISSN 2236-9236



A EDUCAÇÃO POLICIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA



Estados Partes



Argentina



Brasil



Paraguai



Uruguai



Venezuela*

Estados Associados



Bolivia**



Chile



Colômbia



Ecuador



Guiana



Peru



Suriname

*A República Bolivariana da Venezuela se encontra *suspensa* de todos os direitos e obrigações inerentes à sua condição de Estado Parte do MERCOSUL, em conformidade com o disposto no segundo parágrafo do artigo 5° do Protocolo de Ushuaia.

**O Estado Plurinacional da Bolívia se encontra atualmente em processo de adesão.



REVISTA MERCOPOL

Edição Brasil - Ano XV - Nº 13 - Dez 2021
Capacitação e Cooperação Policial do Mercosul
Capacitación y Cooperación Policial del Mercosur

EXPEDIENTE

Editor Responsável

Stenio Santos Sousa

steniosantos.sss@pf.gov.br

COMISSÃO E CONSELHO EDITORIAL

Evelyn Dacil Garrote (Argentina)

Tarcisio Medeiros Nogueira Fernandes (Brasil)

Stenio Santos Sousa (Brasil)

Lucio Ibañez Oporto (Paraguay)

Oscar Ariel Ramos Andino (Paraguay)

Crisoldo Caraballo Olmedo (Uruguay)

Diego Barriga Hidalgo (Ecuador)

EDIÇÕES ONLINE



e-mail: publicacesp.anp.dgp@pf.gov.br

PUBLICAÇÃO ANUAL

Tiragem: 1000 cópias

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Coordenação Escola Superior de Polícia

CESP/ANP/DGP/PF

DIREITOS AUTORAIS

Os conceitos e ideias emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores. Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é permitida a reprodução parcial dos artigos da revista, sempre que for citada a fonte.



**Umberto
Rodrigues** | Diretor da Academia
Nacional de Polícia



A educação policial em tempos de pandemia

A presente edição nº 13, ano XV, da Revista Mercopol, ao mesmo tempo em que comemora o trigésimo aniversário do Mercado Comum do Sul (Mercosul), marca um grave momento histórico mundial, ilustrado pela pandemia causada pela Covid-19 e suas variantes. Após quase dois anos da tragédia iniciada em Wuhan, China, seus efeitos econômicos, políticos e sociais apresentam-se ainda vigentes em todo o planeta. Uma das principais consequências desse cenário quase apocalíptico vivenciado globalmente foi o crescente fechamento de fronteiras entre as nações, o isolamento soci-

al, o empobrecimento das economias, o aumento da inflação, das desigualdades e da fome, o que pode estar relacionado com a redução notada em algumas espécies delitivas e ampliação de outras frentes criminosas, notadamente aquelas praticadas por organizações criminosas cibernéticas.

Ao mesmo tempo em que os crimes pela internet se aperfeiçoavam, viu-se o fortalecimento de outras formas de relações virtuais, sejam elas pessoais ou profissionais. O ser humano, ao ver-se acuado a retornar a sua caverna, em remissão à alegoria platônica, pelas circunstâncias sanitárias inóspitas, percebeu-se ora beneficiado por novas luzes, das quais são exemplos as tecnologias de informação e comunicação, a não permitir o recrudescimento do conhecimento até aqui alcançado.

Nesse sentido, por meio do Ofício nº 09188.000033/2021-16, de 06 de setembro de 2021, o Ministério das Relações Exteriores informou que a Presidência 'Pro Tempore' brasileira elencou, como um dos temas prioritários a serem abordados pelo Mercosul ao longo do semestre, a recuperação pós-pandemia em todas as suas dimensões, por sinal já tratado no Foro de Consulta e Concertação Política (FCCP).

Essa preocupação com o estágio atual do conhecimento, mormente após vários meses de re-



lações à distância, é o que também justifica o dossiê temático desta edição: *a educação policial em tempos de pandemia*.

Algumas indagações podem ser feitas a propósito desse tão pungente tópico: de que forma os períodos de crise (política, econômica, sanitária) impactam a educação policial e, por consequência, o próprio sistema de justiça criminal? O que é preciso aprender com as experiências internacionais em termos de educação policial, de modo a garantir o bem jurídico supranacional da segurança?

Para responder essas e outras questões, participam do dossiê temático desta edição a contribuição de pesquisadores da Argentina, Paraguai e Uruguai. Com a pesquisa *La aplicación de herramientas digitales de enseñanza-aprendizaje en tiempos de pandemia en el instituto superior de educación policial de Paraguay*, o Oficial Inspetor P.S. Oscar Ariel Ramos Andino relata a experiência paraguaia quanto ao uso de ferramentas digitais de ensino e aprendizagem no Instituto Superior de Educación Policial (ISEPOL).

O artigo *Reflexiones y experiencias de formación policial en tiempos de pandemia. Pensando dispositivos de acompañamiento y de desarrollo profesional docente en modo virtual, desde el Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina*, elaborado por integrantes da equipe de gestão acadêmica do IUPFA, propõe-se a refletir e apresentar o conhecimento adquirido em decorrência de algumas medidas adotadas pelo governo argentino diante da Covid-19, em especial diante do fechamento nacional das instituições de educação e da necessidade de migração do ensino tradicional para a modalidade de educação virtual.

Encerra o dossiê o trabalho de Kaclin Martins, *Desafios de la Educación Policial en tiempos de Pandemia*, onde relata a vivência uruguaia, ao discorrer sobre as vantagens e desvantagens percebidas em decorrência da necessidade de apresentar respostas imediatas para os processos de ensino da formação policial daquele país, diante de um problema mundial que surgiu sem aviso e com impacto decisivos no cotidiano acadêmico.

Importante destacar nesta edição os participantes do edital de seleção aberto pela Presidência *Pro Tempore* Brasil. Apenas dois artigos foram selecionados dentre o total de inscritos: *A persecução penal no crime de tráfico internacional de pessoas*, de José Antônio Pinheiro Aranha Filho, e *Genética Forense no Auxílio a Investigações Transnacionais: Correlação de Crimes envolvendo América do Sul*, de Aline Costa Minervino.

Comungo com a ideia de que a adequada formação em alto nível e o investimento em pesquisa é pressuposto da atividade policial principiológica e ética que se deseja e que, por isso, deve ser uma preocupação permanente de todas as forças de segurança e policial, assim como da Administração Pública como um todo, em todas as esferas de governo e também no âmbito do Mercosul.

A publicação de mais uma edição deste importante periódico internacional reflete esse compromisso de pensar grandes temas e fomentar a educação e formação policial no mais alto nível, em busca de garantir segurança e uma melhor convivência entre os povos e as nações desta grande comunidade regional.


COMO CITAR ESTE ARTIGO:


RODRIGUES, Umberto Ramos. Editorial: A educação policial em tempos de pandemia. **Revista Mercopol**, Brasília, ano 15, n. 13, p. 4-5, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/publicacoes/view>. Acesso em: [dia] [mês] [ano].

Sumário

 Editorial: A educação policial em tempos de pandemia	4
---	---

DOSSIÊ TEMÁTICO

 Reflexiones y experiencias de formación policial en tiempos de pandemia. Pensando dispositivos de acompañamiento y de desarrollo profesional docente en modo virtual, desde el Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina	8
---	---

 La aplicación de herramientas digitales de enseñanza-aprendizaje en tiempos de pandemia en el instituto superior de educación policial de paraguay	26
---	----

 Desafíos de la Educación Policial en tiempos de Pandemia	30
---	----


TEMAS LIVRES

 A persecução penal no crime de tráfico internacional de pessoas	36
--	----

 Genética forense no auxílio a investigações transnacionais: correlação de crimes envolvendo América do Sul	53
---	----

 Detección de la utilización de documentos de identidad fraudulentos en el crimen organizado	64
--	----

 El tráfico de armas como modalidad delictiva	73
---	----

 La investigación criminal del delito complejo: desafíos y abordajes desde la capacitación conjunta	77
---	----

NOTAS DE INTERESSE

 Academia da Polícia Federal do Brasil inaugura Cidade Cenográfica para treinamentos	85
--	----

 Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal (UniPRF)	86
--	----

ENTREVISTA: Gral. Tannya Varela Coronel

 Primera mujer en comandar la Policía Nacional del Ecuador	91
--	----

DOSSIÊ TEMÁTICO

A EDUCAÇÃO
POLICIAL EM
TEMPOS DE

PANDEMIA





Reflexiones y experiencias de formación policial en tiempos de pandemia. Pensando dispositivos de acompañamiento y de desarrollo profesional docente en modo virtual, desde el Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina

Subsecretaría de Formación y Carrera [1]
Buenos Aires, Argentina

Resumen

Una de las primeras medidas tomadas por el gobierno frente a la pandemia de COVID-19, fue el cierre a nivel nacional de las instituciones educativas y la migración a la modalidad de educación virtual. Esta situación excepcional desafió a los equipos de gestión educativa, a tomar una serie de decisiones pedagógico-didácticas y organizativas que impactaron en las instituciones formadoras de diversas maneras.

En este artículo se presentan dos experiencias desarrolladas en las unidades académicas de pregrado del Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina, la Escuela de Cadetes “Crio. Gral. Juan Angel Pirker” destinada a la formación de oficiales y la Escuela Federal de Suboficiales y Agentes “Don Enrique O’Gorman”, encargada de la formación inicial del escalafón subalterno.

Palabras clave: Formación policial; Pandemia; Educación virtual; Desarrollo profesional docente; Comunidad de prácticas docentes; COVID-19.

Introducción

A partir de la declaración del Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio en la República Argentina (ASPO), establecido en el mes de marzo del 2020 por la pandemia de COVID-19 a través del Decreto de Necesidad y Urgencia N° 260 de alcance nacional, el equipo de gestión académica del Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina se encontró con un escenario inédito, un “suceso extraordinario en el que no concurrir a clases pasó a integrar las políticas de cuidado”(Terigi 2020). El reto prioritario en este marco fue garantizar la continuidad pedagógica de los/las jóvenes cursantes, próximos a convertirse en personal esencial como futuros/as integrantes de las fuerzas de seguridad.

Para ello, se delinearon y pusieron en marcha una serie de acciones destinadas fundamentalmente a sostener las actividades

formativas y a propiciar un acompañamiento pormenorizado y sostenido, tanto del equipo docente como de los y las estudiantes, en el complejo desafío de reconfigurar las propuestas de enseñanza de carácter eminentemente presencial, hacia entornos virtuales y/o mediados por tecnologías. En esa reconfiguración, se han puesto en juego numerosas operaciones pedagógico - didácticas necesarias para que esos desafíos alcancen la calidad educativa contemplada en los estándares de formación policial establecidos en los diseños curriculares aprobados por el Ministerio de Educación y el Ministerio de Seguridad de la Nación.

El trabajo tiene como propósito compartir experiencias pedagógicas desarrolladas en las unidades académicas del Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina (en adelante IUPFA), especialmente las destinadas a la formación de oficiales y



agentes de la PFA. Para ello se organiza en tres apartados, el primero sintetiza las principales líneas diseñadas para la emergencia educativa desde el IUPFA, los dos siguientes consideran los “modos” y “experiencias” distintas que se generan en la implementación de estas líneas de trabajo, de acuerdo con las particularidades de cada unidad académica.

Las primeras definiciones en un contexto de incertidumbre

El IUPFA se constituye como el soporte académico de la totalidad del Sistema de Formación Profesional, Especialización y Capacitación de la Policía Federal Argentina. Las urgencias de la excepcionalidad educativa generada por el cierre abrupto y prolongado de los centros de formación policial, conforme lo establecido por la reglamentación vigente [2], exigieron a la Secretaría Académica del instituto y al sistema organizativo de la Superintendencia de Formación e Instrucción Académica de la fuerza - en particular al conjunto de equipos pedagógicos y de profesores de las escuelas de formación policial de nivel inicial - utilizar los medios a su alcance, para mantener los lazos pedagógicos con el fin de garantizar la continuidad en las experiencias de formación y el aprendizaje previstos en forma remota, desde el inicio de la pandemia para todos/as sus cursantes.

Desde este ámbito de gestión universitaria, las acciones impulsadas a partir del 16 de marzo de 2020, se agrupan en torno a las siguientes intervenciones:

1. En un primer momento, se focalizó en la generación de circuitos de enseñanza y aprendizaje para el dictado de las asignaturas en cada unidad educativa, lo que implicó desplegar todas las estrategias y aplicaciones disponibles que resultaran confiables y seguras para llevar adelante los intercambios.

En esta instancia se recurrió a todo aquello que se tenía a disposición para continuar el diálogo con los/las estudiantes: WhatsApp, correo electrónico, plataforma Moodle, Google Classroom, Jamboard y las apps como Zoom, Jitsi, Meet para generar cercanía sincrónica. Muchos de estos nombres, que no siempre eran significantes conocidos para docentes, estudiantes y equipos de gestión, repentinamente se transformaron en espacios de intercambio centrales donde encontrarse para tener reuniones de trabajo, conversaciones, clases o materializar actos académicos indispensables.

2. En un segundo momento el desafío implicó alojar a la totalidad de la oferta académica en el Campus Virtual del IUPFA a partir de la aprobación del “Plan de virtualización de los espacios curriculares de la totalidad de la oferta formativa del IUPFA”. El entorno virtual se gestiona a través de la Plataforma de e-learning Educativa (de código cerrado) Versión “Campus 7” (7.09.08), que permite disponer de diversos recursos y herramientas que habilitan comunicaciones sincrónicas y asincrónicas propias de la web 2.0. Es importante destacar como antecedente para su implementación, la oferta virtual que el instituto tiene desde el año 2014 para sus Ciclos de Complementación Curricular de las carreras de Tecnicatura Universitaria que posibilitan a los/as egresados/as acceder al título de Licenciados/as. Sin embargo, la escala de virtualización asumida, implicó diseñar un trabajo articulado al interior de la Secretaría Académica para la efectiva coordinación durante la implementación del plan, junto al asesoramiento a las distintas áreas y actores involucrados en el paso a paso del proceso encarado, que tiene características inéditas.



Como consecuencia de estas directrices se llevaron adelante las siguientes acciones:

1. Coordinación en la implementación del Plan de virtualización de los espacios curriculares de la totalidad de la oferta formativa del IUPFA y asesoramiento a las distintas áreas y actores involucrados en el proceso de virtualización.

2. Promoción del fortalecimiento pedagógico del plantel docente: se realizaron numerosas acciones de asistencia en el proceso de transformación de sus propuestas de enseñanza, concebidas originariamente para la modalidad presencial. Se capacitó y acompañó a los/las docentes en el manejo de la plataforma como un entorno virtual de aprendizaje (EVEA) y en las aplicaciones utilizadas y gratuitas mencionadas anteriormente.

3. Se dedicó especial atención a la elaboración de materiales digitales y multimodales orientados a poner en diálogo los contenidos de las materias y espacios pedagógicos con el perfil de los/las estudiantes que ingresan a las escuelas de formación inicial, tanto para Agentes de calle como para la formación de Oficiales de la PFA.

4. Se pusieron en marcha las Tutorías virtuales de acompañamiento académico (TVAA) para brindar un efectivo seguimiento institucional a los/las estudiantes ingresantes a las carreras de grado del IUPFA que solo habían tenido acercamiento a la institución en el marco del Curso de Ingreso en los meses precedentes. Mediante este programa, se designó un equipo de tutores/as que oficiaron de orientadores en cuestiones relativas al uso de las herramientas virtuales, así como, así como también a la organización de la cursada y recomendaciones sobre técnicas de estudio, entre otras.

5. Se elaboraron pautas de continuidad para los/las estudiantes referidas a virtualización de trámites a fin de facilitar el cumplimiento de todos los procesos administrativos y burocráticos de su pertenencia institucional.

6. Se conformó un protocolo para la realización de exámenes finales virtuales y la comunicación del mismo mediante la “Guía de preguntas frecuentes orientadas a los alumnos, docentes y personal técnico-administrativo de las carreras para los exámenes finales” y su consecuente coordinación y seguimiento en la implementación de las mesas de examen finales para todas las unidades de pregrado, grado y posgrado.

7. Se implementaron herramientas virtuales para la consulta de material bibliográfico en el marco del Sistema de Bibliotecas con las que cuenta la institución: “Crio. Antonio Ballvé” en la Sede central del IUPFA y el Anexo Hospital Churruca-Vlscá junto con la Biblioteca Unidad Académica Escuela de Cadetes, “Profesor Herminio J. Gervasi”.

8. Se coordinó un proceso de elaboración y sistematización de Encuestas realizadas durante junio/julio de 2020, que se orientaron a relevar la experiencia de la virtualidad en docentes y estudiantes, con el objetivo de dar cuenta del proceso e incorporar modificaciones para el siguiente cuatrimestre [3]. Con esta información se elaboró un documento que concentra las siguientes dimensiones de análisis:

→ Condiciones de accesibilidad y disponibilidad, y adecuación de dispositivos y tecnologías.

→ Responsabilidades excepcionales referidas al cuidado de otras personas; así como condiciones físicas para el desarrollo de la cursada en el marco del ASPO.

→ Condiciones de capacitación y formación del cuerpo docente en lo referido al uso de las plataformas digitales y la educación a



distancia (a los efectos de analizar futuras propuestas para el desarrollo profesional docente – carrera docente).

→ Recursos didácticos para la enseñanza a distancia o mediada por dispositivos y tecnologías de apoyo a la presencialidad.

→ Dispositivos de evaluación.

→ Mecanismos y eficacia de la comunicación docentes/estudiantes – estudiantes y docentes con la carrera y otras áreas institucionales.

→ Sostenibilidad a lo largo de la cursada.

9. Virtualización del “Curso de Ingreso” a las carreras de grado para el año 2021. Se puso especial énfasis en el acompañamiento tutorial, teniendo en cuenta las particularidades de los y las estudiantes y la ajenidad manifiesta respecto del dominio de las herramientas virtuales requeridas para cursar, lo cual a su vez, puso de manifiesto una necesidad de adecuación de contenidos del curso.

Las acciones iniciadas en 2020 se profundizaron durante 2021 y estuvieron centradas en la posibilidad de impulsar aquello iniciado en un contexto impensado y urgente, que dio cuenta durante el desarrollo del proceso, del potencial creativo y humano con que cuentan quienes forman parte de la Institución.

Enseñar y evaluar en entornos virtuales. La experiencia en la Escuela de Cadetes de la PFA, “Crio Gral Juan Angel Pirker”

“La tecnología transparentó los procesos y las clases. Se ordenó mucho todo el trabajo”

Docente de la escuela (2021)

“Porque es precisamente lo no esperado, lo fuera del modelo y de la norma, lo difícil, lo problemático, lo que se constituye en moneda corriente en la enseñanza de hoy. Para poder afrontar situaciones variadas y complejas, los docentes tienen que estar formados; no para

replicar o “aplicar” lo que han aprendido, sino más bien para inventar, proponer, buscar alternativas, variar, innovar y, de este modo o de algún modo, lograr que los alumnos aprendan.”

Andrea Alliaud (2014)

Desde hace varias décadas la enseñanza en la modalidad virtual viene ganando espacio en el campo educativo y particularmente en la educación universitaria. Como resultado de este proceso, en los últimos años han ido ingresando paulatinamente a las instituciones dedicadas a gestionar los procesos educativos de las fuerzas federales de seguridad. La mayoría de las instituciones que integran los diferentes sistemas de formación policial a nivel federal, cuentan en la actualidad con plataformas educativas de diversas características para realizar actividades en línea, aunque con distintos niveles de cobertura, alcances y propósitos. En general se han iniciado como aulas extendidas[4] y/o concebidas como repositorios de materiales donde se encuentran a disposición textos bibliográficos, recursos, actividades para los y las cursantes y/o de sus equipos docentes, facilitando el acceso a quienes se encuentran en el despliegue del territorio argentino y que por su alta jerarquía y/o funciones, se ven imposibilitados de cursar presencialmente los cursos de actualización profesional.

En el caso de la Unidad Académica Escuela de Cadetes de la Policía Federal Argentina, si bien había iniciado un proceso de virtualización de algunas asignaturas junto con la apertura de canales de notificación virtual para estudiantes y docentes, el desarrollo curricular de los “contenidos teóricos” tradicionalmente había sido implementado de manera presencial y con la sincronización como marca central. En el contexto inicial del ASPO el proyecto institucional prioritario pasó a ser la virtuali-



zación de todos los espacios curriculares con las consecuentes readecuaciones para llevar adelante procesos de enseñanza mediados por tecnologías para las Tecnicatura Universitarias en Investigación Criminal, Tecnicatura Universitaria en Siniestros y Tecnicatura Universitaria en Tecnologías de la Información y la Comunicación.

Durante el año 2020, la Secretaría Académica de la Escuela a través de su equipo de virtualización llevó a cabo la migración digital de la totalidad de las materias “de aula”, talleres, seminarios y espacios relacionados con “el campo de la instrucción policial”. Esta acción tuvo como finalidad institucionalizar el espacio de “campus virtual” como el canal idóneo para la enseñanza virtual. Este proceso fue acompañado por el Centro de Educación a Distancia Universitaria (CEDU) del IUPFA que brindó soporte a todas las áreas formativas en el contexto de la pandemia. Entre sus acciones se destacan la elaboración de los lineamientos para el uso de la plataforma, la diagramación del formato unificado de clases y la administración de perfiles para cada uno/a de los/las participantes. Asimismo, intervino en la capacitación para el diseño de clases virtuales, la producción de materiales, el diseño de actividades y la correcta utilización de las herramientas virtuales.

La utilización de un nuevo entorno requirió a su vez repensar los procesos evaluativos. En este sentido, la asesoría pedagógica trabajó con la totalidad de los/las docentes en la elaboración de instrumentos de evaluación y rúbricas para el proceso de análisis y corrección. Esta acción tuvo como finalidad construir criterios que reduzcan la subjetividad característica de toda instancia de evaluación, tendiendo a garantizar una mayor homogeneidad y estandarización del proceso de evaluación de los/las estudiantes.

Un material de inicio como puerta de entrada a la experiencia:

La velocidad de la migración y la necesidad de una pronta adecuación motivaron la elaboración de un material destinado al equipo docente con algunas pautas y consideraciones a tener en cuenta al momento de pensar ¿que implica el proceso de virtualización de las clases? ¿Qué decisiones tecnológicas se toman para llevarlo adelante?

Las características más innovadoras de la “Guía introductoria para la enseñanza virtual” giraron en la presentación gráfica y dinámica de las recomendaciones para la enseñanza proponiendo una respuesta y orientación a la conmoción inicial. Sobre esta situación la asesoría pedagógica trabajó con el plantel docente en re-pensar los materiales y contenidos a ser enseñados, evitando la idea de virtualización entendida como la digitalización de todos los documentos bibliográficos disponibles, “llenando” las aulas virtuales con una batería de materiales y textos sin la curaduría correspondiente sobre el valor pedagógico de esos textos/materiales.





El acompañamiento de la asesoría pedagógica fue secundado por el trabajo del equipo de virtualización. Este último, elaboró instructivos diferenciados destinados a los/las docentes y los y las estudiantes. Asimismo, realizaron de manera conjunta instancias de capacitación para coordinadores y estudiantes/cadetes, sincrónicas y asincrónicas. La totalidad de las

acciones respondió a una planificación establecida con base en el relevamiento de cada una de las áreas de enseñanza de la escuela.

El seguimiento “cuerpo a cuerpo” de la propuesta:

A partir del seguimiento de los procesos de cursada de los y las cadetes, realizados cotidianamente por el Equipo Psicopedagógico encargado de acompañar la trayectoria de cada cursante desde el momento del ingreso a la escuela, conjuntamente con el Equipo Pedagógico, quien tiene a su cargo la revisión y acompañamiento de los procesos de enseñanza y el Equipo de Virtualización, comenzaron a relevar una diversidad de situaciones que son frecuentes cuando se trata de implementaciones contra reloj, como fue el caso de esta experiencia, desarrollada en contexto pleno de pandemia.

Al analizarlas, fue posible agrupar las situaciones de la siguiente manera: ausencia o exceso de publicación de clases y sus respectivos materiales sin dosificar la presentación de los contenidos; cierto desajuste entre las actividades planteadas en función de los contenidos trabajados; demora o falta de seguimiento, corrección y devolución de actividades; nula o escasa apertura de espacios de comunicación e intercambio para lograr cercanía y proximidad indispensable para fortalecer el vínculo entre docentes y estudiantes y para la evacuación de preguntas y dudas al momento de realizar las actividades. Desde la Secretaría Académica de la escuela y conociendo que las cuestiones detectadas son propias de las instancias de formación a distancia, se comenzaron a delinear, articuladamente entre los diferentes equipos,



una serie de dispositivos que a modo de “andamiaje”, pudieran colaborar con la mejora de la experiencia implementada durante el primer cuatrimestre:

1. *Adopción de una metodología de trabajo unificada para la totalidad de las materias:* con la intencionalidad de garantizar equidad a todas las aulas/grupos respecto a la calidad de las clases en el abordaje de los espacios curriculares, se pautaron cronogramas de trabajo, material bibliográfico y actividades comunes al interior de cada una de ellos. A partir de esta decisión los y las cadetes manifestaron haber notado mejoras en el dictado de las clases, respecto a la disponibilidad en tiempo y forma del material bibliográfico a ser abordado. Del mismo modo, el material seleccionado resultó claro y accesible para la lectura y comprensión de los contenidos propuestos.

2. Desde el Equipo Pedagógico se trabajó fuertemente con los *Coordinadores de Eje Curricular*, docentes que tienen a su cargo establecer acuerdos entre materias de campos disciplinares afines, para definir con sus colegas, cuáles son los contenidos nodales a desarrollar durante el cuatrimestre y con qué bibliografía. En esta instancia, además se tuvo una iniciativa centrada en sumar a esta tarea, la designación de un docente referente por espacio curricular, buscando un perfil docente que no sólo sea sólido en el campo disciplinar de referencia sino que además, contara con algunos conocimientos tecnopedagógicos para facilitar la “trasposición didáctica” en clave virtual. Estos docentes referentes fueron seleccionados en función de los desempeños en el campus virtual, dando cuenta de un mayor dominio de las herramientas y mediaciones tecnológicas necesarias para avanzar con mayores certezas durante esta experiencia. La conformación de este equipo, consensado y comunicado al resto de los profesores, permitió orientar y participar más

de cerca en el diseño de las clases y las actividades lo que a su vez, redundó en una mejora de las propuestas de evaluación, a fin de estas sean diseñadas en función del tipo de actividades valiosas solicitadas durante la cursada. Por otra parte, la retroalimentación que el Equipo Psicopedagógico brindaba en función de los desempeños de los y las cadetes en las aulas, resultó una información clave para trabajar con los coordinadores y docentes referentes, en el diseño y ajuste de las mismas, así como en la solicitud en cuanto a los tiempos de entrega. En la misma línea, hicieron especial énfasis en haber encontrado una mayor y más fluida retroalimentación docente de carácter formativa acerca de las actividades solicitadas.

3. Luego de que las clases fueran supervisadas y aprobadas por el Equipo Pedagógico, eran enviadas al *Equipo de Virtualización* para su posterior publicación en el campus. Desde el equipo de virtualización, un actor clave en el acompañamiento en el proceso de enseñanza desde un entorno virtual, se fue asesorando de manera individualizada y en pequeños grupos, sobre los recursos disponibles en el campus, foros, wikis, organización grupal, y las posibilidades que brindaban cada uno de ellos para el trabajo con las consignas y actividades específicas, apostando de este modo a potenciar espacios en línea de verdadera construcción del saber policial. A su vez se trabajó sobre cómo utilizar la sección de noticias o el correo interno para una comunicación general o particular con las y los estudiantes, de acuerdo a las necesidades de cada instancia de la cursada.

4. Por su parte, el *Equipo Psicopedagógico* sumó a su tarea de acompañar las trayectorias estudiantiles, el desarrollo de acciones tendientes a apoyar los procesos



de aprendizaje, realizando intercambios sistemáticos y frecuentes con los y las cadetes para que se interiorizaran de todas las herramientas de la plataforma. Asimismo se realizó la “Encuesta de aprendizaje”. Esta última estuvo destinada a conocer las percepciones de los/las estudiantes respecto a sus necesidades y facilidades en el entorno virtual.

Con base en la experiencia del 2020, en la cual las cursadas por cada comisión de cadetes se concentraron en un único espacio áulico, se decidió diseñar un aula virtual para cada uno de los espacios curriculares o materias. Esta definición buscó replicar el modelo utilizado en los Ciclos de Licenciatura del IUPFA y validado en función de la experiencia acumulada. La modificación generó un incremento de casi un mil por ciento de las aulas virtuales a gestionar, pasando de 52 aulas en 2020, a unas 500 aulas en el año 2021. Este proceso de expansión fue acompañado estratégicamente por la posibilidad de acceso de los coordinadores de eje y del equipo de referentes de cada espacio curricular desde el inicio de la fase de diseño. Su incorporación tuvo como objetivo trabajar en un seguimiento pormenorizado del avance de cada comisión y pensar conjuntamente las modificaciones que eran necesarias para ir enriqueciendo la formación de los futuros policías federales, basadas en las necesidades y requerimientos formuladas por los/las propios/as cursantes, actores centrales de esta experiencia.

La experiencia en la Escuela Federal de Suboficiales y Agentes “Don Enrique O’Gorman”

La Policía Federal Argentina tiene intervención en todo el territorio de la República, cada región difiere en su relieve, geografía, idiosincrasia y en la configuración de los delitos que en él ocurren.

Las experiencias de los funcionarios policiales en los diferentes campos de intervención profesional vinculados a los delitos federales dan cuenta de ello. Dentro de su Planeamiento Institucional, uno de los pilares es la Tecnología, Ciencia e Innovación[5], siendo uno de los desafíos centrales para los equipos responsables de la formación, pensar cómo ellas son incorporadas a los espacios educativos y a los procesos de enseñanza iniciales.

La Escuela Federal de Suboficiales y Agentes de la PFA (en adelante EFSYA), es una institución interesada y pionera en implementar proyectos de formación inicial innovadores, de gran alcance[6], que valora el trabajo interdisciplinario y con especialistas del campo educativo, para poner en marcha sus ideas e iniciativas formativas. El Curso de Formación Profesional Básica para Agentes, destinado a la primera jerarquía de la carrera policial del escalafón de Suboficiales, promoción 234^º, inició su cursada el 16 de marzo de 2020, frente a la mencionada medida tomada por la República Argentina, de Aislamiento Social Preventivo Obligatorio (ASPO). A partir de ese momento la escuela desarrolló la totalidad de su propuesta educativa a través de la modalidad virtual, mediante el uso de la plataforma Google Classroom. Se abrieron 30 aulas virtuales para 703 cursantes, organizados en 15 comisiones en el turno mañana y 15 en el turno tarde. Los 161 profesores e instructores policiales estaban ya con sus aulas preparadas para iniciar la aventura formativa en el inicio de la emergencia educativa. El desarrollo de las intervenciones propuestas desde la EFSYA, se encuentran planteadas en el plan de contingencia - Covid-19. [7]



Hacia una “Comunidad de Prácticas”

*“Lo que sabemos, lo sabemos entre todxs.
Esta es una sociedad de saberes compartidos”
Jesús Martín Barbero (2014)*

*“Las tecnologías son posibilitadoras de
encuentros
y de permitirnos recorrer juntos, tramos del
camino”
Edith Litwin (2005)*

En el contexto de pandemia, escenario propio de una distopía, los docentes de las escuelas se han hecho “expertos y expertas improvisado/as en resolver contingencias” (Lorenz citado en Canclini, 2021). Las tecnologías educativas si bien estaban presentes en el aula desde la tiza y pizarrón, la tinta y la hoja, el video, un cd, las simulaciones y el uso de simuladores, en ocasiones, bordeaban las propuestas de enseñanza siendo materia de discusión y muchas veces resistidas en la cotidianidad de las clases, basadas en una fuerte tradición de la transmisión oral del conocimiento que se ha ido “mestizando” (Ferrarelli, 2020)[8], hibridando muy de a poco.[9] En marzo de 2020, aparecen en escena como nunca antes y nos ayudan a pensar nuevos rumbos.

Los nuevos territorios digitales donde se producen las interacciones de las/los profesores, una especie de “claustro virtual” (Adell y Castañeda, 2011), requieren que nos encontremos para mejorar la “pericia docente” (Adell y Castañeda, 2011) para realizar una especie de desarrollo profesional on line.

A partir de las contingencias mencionadas y de las primeras definiciones en marcha, el uso generalizado entre los/las docentes, de la plataforma Classroom favorecido por su accesibilidad, puso a disposición las diferentes aplicaciones de Google - como Goo-

gle Drive para trabajo en grupo, Meet para los encuentros sincrónicos, el calendario para agendar fechas importantes. Otros/as prefirieron usar Zoom o Skype. Algunos/as otros/as, se iniciaron en el uso de herramientas como Padlet, Mentimeter, Powtoom, Prezi, Poppet, Playposit, Canva, Genial.ly entre otras estimulando los primeros intercambios y sugerencias, en algunos casos con los/las propios/as estudiantes.

El PLE docente, denominado así por sus letras en inglés (Personal Learning Environment)[10] y que refiere al entorno personal de aprendizaje, “conformado por el conjunto de herramientas, fuentes de información, conexiones y actividades que cada persona usa en forma asidua para aprender” (Adell y Castañeda, 2010), se ha expandido en la pandemia. De acuerdo con este enfoque, el PLE es fruto de la actividad de los/las docentes con las Tecnologías de la Información y Comunicación, de sus elecciones, gustos y de las circunstancias. Es importante mencionar que esta expansión influye en el modo 2.0 de abordar la enseñanza y uno de los impactos es que promueve una mayor implicación colectiva y de trabajo en red durante los procesos de diseño de clases, que con anterioridad se realizaban entre paredes y muchas veces, en soledad.

Surge entonces una propuesta de los equipos de gestión educativa de la escuela, vinculada con diseñar un espacio de encuentro e intercambio del equipo docente, dando origen a la creación de la Sala de Profesores en línea. Dicha iniciativa fue acompañada por el equipo pedagógico, ofreciendo un espacio que facilite la interacción de los/las docentes e instructores con las herramientas digitales, el tratamiento de los contenidos y las propuestas de enseñanza, entendiendo que era un momento propicio para avanzar un



paso, en lo que la especialista Mariana Maggio denomina una “didáctica en vivo”, una didáctica en tiempo presente que reconoce los cambios culturales que se producen en la sociedad, atravesados por las tecnologías de la información y la comunicación, para generar propuestas que los acojan de modo profundo y consistente (Maggio 2018).

Estas ideas y el proyecto de instalar el uso de la sala de profesores virtual hicieron lugar a la posibilidad de iniciar la conformación de una Comunidad de Prácticas (CDP) Docentes, en la cual los/las profesionales a cargo de la formación policial ponen a disposición de sus colegas lo que saben, comenzando la trama de una red de aprendizaje en la que todos suman y agregan valor a sus prácticas.

Wenger (2006), antropólogo que acuñó el término, define a las CDP como “grupos de personas que comparten una preocupación o una pasión por algo que hacen y aprenden a hacerlo mejor, interactuando con regularidad.” Por medio de las comunidades de práctica, (Novoa, 2009) se refuerza un sentimiento de clase y de identidad profesional que es esencial para que quienes participan de ella -en este caso, docentes e instructores- se apropien de los procesos de cambio que están en juego, transformándolos en prácticas concretas de intervención.

El autor sostiene que hay tres características propias de una CDP:

→una relacionada con el dominio: un interés común que conecta y mantiene unido a ese grupo o comunidad;

→una comunidad, que está obligada por las actividades compartidas y que persiguen discusiones en torno a *resolver problemas de ese dominio común*;

→una práctica en donde los miembros de esa CDP son *practicantes*; lo que hacen involucra su participación en dicha comunidad y lo que aprenden de la comunidad afecta a lo que ha-

cen, generalmente obteniendo beneficios y mejorando esa práctica.

Como se mencionó, la propuesta fue iniciar el camino para constituir una comunidad de prácticas y que ésta funcione como una estrategia (entre otras) para el desarrollo profesional docente en el contexto de virtualidad de la enseñanza. Bates (2001) analiza la introducción de las tecnologías en los centros educativos de nivel superior y menciona que ésta generalmente va acompañada por cambios importantes en la gestión y organización del trabajo. Bates propone correrse de la estrategia de “llanero solitario”, denominando así a profesores de los claustros que trabajan acompañados por alguien avanzado pero en forma independiente, pero que no logran impactar en el conjunto de la formación y en el aprendizaje de sus cursantes. La idea de la CDP es que los/las docentes se vayan incorporando a un modo de hacer en colaboración, retomando sus prácticas docentes en línea, para hacer de ellas, un objeto de análisis y reflexión, que favorezca el crecimiento profesional del equipo de formadores.

La Sala de Profesores y el Foro como espacio para ensayar las primeras interacciones en línea de una CDP:

En la fase de creación de la CDP las personas desarrollan habilidades y establecen canales comunicativos para vehicular ideas e intercambios (Rogovsky, 2015). A esto se lo conoce como la dimensión comunicacional, y en ella se plantearon los siguientes pasos a seguir:

1.El primer paso fue organizar la apertura en la plataforma E-ducativa de la Sala de Profesores, cuyos propósitos fueron:

-Abrir un espacio de comunicación sincrónico y asincrónico entre docentes, el equipo de la Secretaría Administrativa de



la División Estudios y de la Secretaría Académica para favorecer el proceso de formación.

-Favorecer la circulación de la información y los materiales utilizados en los diferentes espacios curriculares.

-Propiciar la toma de acuerdos y la unidad de criterios curriculares al interior de los equipos docentes.

-Brindar a los/las docentes un espacio activo de intercambio que promueva la profundización de competencias profesionales tecnopedagógicas.

-Generar un espacio que facilite la socialización de experiencias profesionales, la construcción de nuevos saberes didácticos, y la reflexión sobre la propia práctica docente.

2.El segundo paso fue *abrir el espacio del Foro de inicio y presentación*: concebido como un lugar habilitado para compartir y debatir acerca de las diferentes propuestas académicas, técnicas y disciplinares así como conversar sobre las diferentes herramientas tecnológicas que utilizan los/las docentes en sus clases, buenas prácticas encontradas, dificultades recurrentes, etc.

Para inaugurarlos se envió el siguiente mensaje:

Comienzo promoción N° 235:

"En esta oportunidad nos ponemos en contacto con ustedes para contarles que, por medio del campus, nos encontramos en comunicación con los aspirantes de la promoción 235º. Resulta compleja e impactante la realidad que nos atraviesa, sin embargo seguimos adaptándonos y reinventándonos, aprendiendo recursos tecnológicos y didácticos con el fin de responder de la mejor manera nuestra tarea.

Considerando esto mismo tengan presente que en el campus se encuentra una sección llamada "Sala de profesores", en la misma se podrá subir en "Material complementario" los recursos que pretendan compartir, siendo una forma de

circular e intercambiar material didáctico, recursos tecnológicos, textos que consideren complementarios y significativos para lograr una mejor calidad educativa. Con compromiso y trabajando en conjunto vamos a poder cumplir con nuestro objetivo: lograr que el aspirante comprenda, integre los contenidos y afiance los conocimientos para un mejor desempeño como agentes.

Les sugerimos que tengan en consideración el material enviado por este medio sobre planificación docente, cualquier consulta y/o comentario nos encontramos a disposición.

Esperamos que se encuentren muy bien y que tengan un excelente comienzo!"

3.En un tercer momento se compartió una Infografía animada sobre los diferentes tipos de foros, y sus utilidades, acompañado de un material complementario con información sobre las producciones infográficas[11]. La intención fue, a través de este producto comunicacional, modelizar las diferentes formas de abordar dicho espacio y abrir a la pregunta articuladora:

¿Qué les parece esta producción animada? En esta ocasión elaboramos una infografía interactiva sobre foros,. Nos gustaría que la puedan explorar y comentarnos en este espacio su experiencia, usos frecuentes o cualquier otra sugerencia que sería de utilidad para el resto de los colegas.

Desde ya muchas gracias por la participación y el poder reflexionar y mejorar las prácticas de enseñanza.

"Las buenas prácticas de enseñanza, la construimos entre todos"

Como respuesta a lo anterior, estas fueron algunas de las intervenciones docentes:

"Muchas gracias por el instructivo que pones a nuestro alcance, en lo que a mi respecta, te comento que por el momento hice uso del foro para socializar con mis cursantes y presentarnos por ese medio".



Me resultó una herramienta de gran utilidad y seguramente más adelante incursione en la utilización del foro técnico y el académico “.

“..lo utilicé como foro de presentación, lo usaré en las próximas clases”.

“En mi caso particular, al igual que otros colegas, también he utilizado los foros con el fin de que los cursantes se den a conocer, como así también que brinden su opinión respecto del material de estudio aportado por el suscriptor.”

En el inicio del presente curso, les propuse a los aspirantes un foro de presentación, a la vez que habilité un foro para dudas o consultas. Seguramente con el avance de las clases virtuales podamos habilitar otros espacios para enriquecer el intercambio con los estudiantes.

“En lo que respecta al recurso Foro, como herramienta en la programación de nuestras clases, me ha resultado útil, en algunos casos al inicio del abordaje de algún contenido curricular para poder conocer la familiaridad que pudieran tener sobre el tema (o no), sus saberes previos o preconcepciones y en otras oportunidades como espacio de síntesis de los contenidos trabajados, de modo tal que cada participación le permite al docente poder seguir las trayectorias del aprendizaje, la capacidad de abstracción práctica o metacognición. Por mencionar algunos ejemplos”.

“Gracias por el espacio para crecer y reflexionar sobre nuestras prácticas docentes, en este contexto tan particular que surgió como emergente y hoy nos desafía. Saludos”.

Luego se dió un paso más: Se hipervinculó el foro con la pizarra interactiva Jamboard, de Google, que permite a sus usuarios/as de manera muy intuitiva, compartir ideas, imágenes y colaborar entre ellos/as en tiempo real. La pizarra llevó el nombre de “Profesores de la EFSA”, la idea era concretar el encuentro virtual sincrónico, romper el hielo y generar la confianza que permitiera a su vez, animarles al uso del recurso. A continuación, se sugirió a los/las

docentes que utilicen la nota adhesiva que posibilita Jamboard, e intercambien acerca de ¿cómo utilizarían la herramienta infografía en sus clases? La actividad buscaba generar pertenencia “virtual” a la Institución de la cual forman parte y a su vez crear un “microclima”, en el cual los/las docentes se reconozcan como miembros de una comunidad de prácticas, para luego dar paso a discusiones sobre sus usos posibles didácticos.

Algunas expresiones manifestadas en ese espacio dan cuenta de cuán iniciática resultaba la experiencia para muchos de ellos/as:

★ *“Gracias por traerla a este espacio, ya veré cómo implementarlo en las clases.”*

★ *“Muy práctica esta herramienta para cierre de una clase, entre otras tantas funciones.*

★ *“Es una herramienta interesante para armar cronologías, mapas conceptuales, jerarquizar ideas, tipo Mind Mapping, entre otros.”.*

★ *“La verdad es que la desconocía completamente, y así explicada resulta sencilla. Me parece que se le podría dar muchos usos, básicamente todas las actividades colaborativas para las que en contexto presencial utilizamos un pizarrón.”*

★ *“Me pareció una excelente herramienta y muy útil para fijar conceptos básicos!!!”.*

★ *“Es un recurso que utilizo a menudo en otro espacio laboral, en trabajos colaborativos, principalmente reflexiones cortas sobre temas abordados”.*

A partir de las intervenciones se puede notar que comienzan a circular algunas “pistas” para ir enriqueciendo el conocimiento tecno-pedagógico entre docentes. Algunos/as conocían las herramientas y otros/as comenzaron a tomar contacto y a pensar en cómo usarla. Surgieron dudas



técnicas, y el foro permitió la orientación focalizada. En función de lo producido, dan cuenta de que lo utilizarían como inicio de clase a través de una lluvia de ideas, para jerarquizar contenidos, para actividades colaborativas, como cierre de una clase. Propusieron diferentes alternativas evidenciando que el recurso se utiliza en función de la finalidad que se proponga el/la docente.

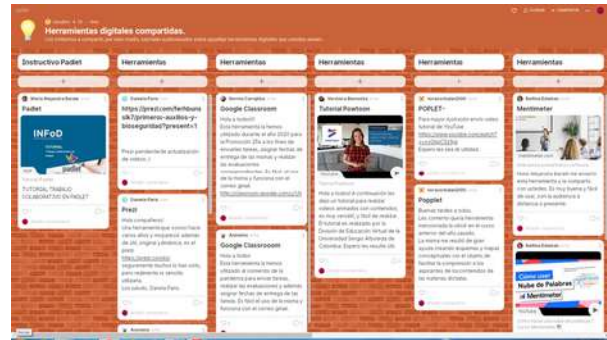
La función de la moderación en la CDP:

El/la moderador/a en una CDP en fase de creación tiene un rol determinante. Es quien alienta para la generación de los vínculos iniciales, construyendo sentido para interesar a los/las integrantes a sumarse. Es quien planifica y facilita las actividades, gestiona las fronteras entre la formalidad de la inscripción institucional y la creación del clima de intercambio mientras toma el pulso para ver como seguir.

Por los propósitos de la experiencia, para el comienzo se decidió que los foros de la sala de profesores, fueran abiertos y con consignas amplias. No están predeterminados sino que en función de lo que acontecía, es decir, sobre las prácticas en marcha y el devenir institucional, las pedagogas (a cargo de la moderación) fueron animando a la participación, facilitando bibliografía, brindando retroalimentaciones y manifestando en forma reiterada el acompañamiento. Durante este proceso, resultó vital, recuperar las participaciones de los/las docentes y generar nuevas preguntas guiando hacia otros niveles de reflexión sobre su tarea docente. Al comienzo, la moderación suele ser más directiva y poco a poco aparecen nuevos hilos traídos por los/las propios colegas.

A modo de ejemplo, se muestra la producción resultante de un foro a partir del cual se presentó la herramienta Padlet,

creando un primer muro colaborativo para que los/las docentes puedan compartir las herramientas digitales que utilizan en sus espacios curriculares. Este muro daría cuenta del *PLE de la sala de profesores*, configurando una primera imagen de la red de aprendizaje y de la incipiente CDP en marcha.



<https://padlet.com/clauidbm/hgd16l1nkb5bkq9u>

¿Cuáles son las dimensiones que resultan de interés para seguir avanzando?

Las comunidades de práctica necesitan tiempo. Requieren de compromiso y disposición para cuestionar, indagar, reflexionar, proponer. Se miden por la obtención de un producto, tangible pero también son importantes para resolver problemas reales y con ellos aportar mejoras en los procesos, que a la vez que redundan en una mejora institucional, colaboran en un cambio cultural que impacta en las aulas. De pronto el valor no aparece de entrada, hay que hacerlas visibles y hacerlas crecer, sobre todo en este contexto que tiende a la hibridación de las prácticas formativas. En esta línea, sería interesante consolidar la experiencia y acceder a las fases de instancia de cohesión y maduración de la CDP, cuya originalidad reside en hacer visible el conocimiento construido en el campo interdisciplinar que atraviesa a la formación policial, gestionado de un modo diferente.

La apuesta es conformar un “think tank” de pensamiento y acción entre pares con experiencia docente, sobre temas ineludi-



bles de la formación policial en pleno siglo XXI. Esto implica pensarse como una red, aprender en ella y avanzar en la elaboración de producciones inéditas como resultado de esa colaboración en el territorio digital, que dejará huellas y construirá memoria sobre estos tiempos inciertos, pero de gran crecimiento profesional, venciendo la tentación de borrar todo lo hecho o dejarlo suspendido en la nube, sin valorar en su justa dimensión, toda la experiencia transitada.

A modo de reflexión y cierre de este episodio (que seguramente continuará)

El ASPO exigió repensar algunos de los aspectos más preciados en la formación policial: la presencialidad, la pertenencia de los/las estudiantes a un grupo (promoción) que literalmente le pone el cuerpo a cada actividad en las escuelas, la proximidad física con sus formadores constructores de una identidad profesional que hace al habitus y a la pertenencia institucional. Por otro lado, la construcción del oficio de estudiante/cursante de la mano de profesores/as que debieron hacer frente a la velocidad del cambio y dar respuestas en línea, ajustadas al nivel de que se trate, por un lado la formación inicial de agentes de más corta duración y muy numerosas, y por otro lado, la formación de oficiales cuyo itinerario del plan de estudios de tres años, permite contar con tiempos a futuro para reponer con más tranquilidad, aquello que no se ha alcanzado en la emergencia.

Más allá de las condiciones materiales en que se dieron estas experiencias formativas acompañadas y organizadas por el IUPFA, nos interesa preguntarnos por la relación con el saber (Charlot 2007) que construyen los y las cursantes en las escuelas de formación policial, en procesos de hibridación que han venido para quedarse y que resultan una gran oportunidad para toda la comunidad de for-

madores/as y equipos de gestión educativa. Resulta necesario continuar haciéndose preguntas como comunidad docente que aprende, considerando las particularidades de los contextos y los cambios que emergen, marcando nuevas tendencias en la formación superior y en la formación profesional. Se trata de aprovechar este tiempo que atravesamos y transformarlo en objeto de reflexión didáctica y de producción de pensamiento pedagógico en modo 2.0.

Referencias

Andrea Alliaud (2014) El campo de la práctica en la formación docente. Material de trabajo para educadores y educadoras. Cuadernos del IICE N° 1. Facultad de Filosofía y Letras. UBA. Buenos Aires. Disponible en: http://iice.institutos.filo.uba.ar/sites/iice.institutos.filo.uba.ar/files/Cuadernos%20del%20IICE%201_0.pdf [Consulta en línea: 2/09/21]

Bates, Tony. (2001) Cómo gestionar el cambio tecnológico, estrategias para los responsables de centros universitarios. Gedisa. España.

Castañeda, L. y Adell, J. (2011). El desarrollo profesional docente en entornos personales de aprendizaje Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/24813636_El_desarrollo_profesional_de_los_docentes_en_entornos_personales_de_aprendizaje_PLE . [Consulta en línea: 2/09/21]

Chralot, Bernard (2007) La relación con el saber, formación de maestros y profesores,



educación y globalización. Cuestiones para la educación de hoy. Trilce.

Ferrarelli, Mariana (2021) Así fuimos aprendiendo. Blog

<http://asifuimosaprendiendo.blogspot.com/2021/06/lo-que-el-2020-nos-dejo-un-territorio.html>. Publicado el martes 15 de junio de 2021. [Consulta en línea: 22/09/21]

García Canclini, Néstor. Conferencia "Desafíos para las políticas educativas, las escuelas y los docentes tras la pandemia ". Organizado por UNICEF el 23 de agosto de 2021. Disponible en: <https://youtu.be/yKgromx5yOs>. [Consulta en línea: 2/09/21]

Lorenz, Federico (2021) ¿Alguna vez pateaste un hormiguero? Revista Digital Anfibia. UNGSM. Disponible en <http://revistaanfibia.com/ensayo/alguna-vez-pateaste-hormiguero/>. [Consulta en línea: 2/09/21]

Díaz Carranza, María Camila (2016) El lenguaje infográfico como parte de la comunicación en la web social. Recuperado de: <https://repository.usta.edu.co/handle/11634/3805>

Ingrassia Clara y Giménez Adriana (2016) Aulas extendidas o ampliadas: ¿Cómo y para qué usarlas? [Consulta en línea: 26 de agosto de 2021]. Recuperado de: <https://campus.unla.edu.ar/aulas-extendidas-o-ampliadas-como-y-para-que-usarlas/> [Consulta en línea: 2/09/21]

Litwin, Edith (2005) Educación y nuevas tecnologías. Conferencia inaugural del II congreso iberoamericano de Educa Red. De caminos, puentes y atajos: el lugar de la tecnología en la enseñanza. Disponible en: <http://files.aula-tic4.webnode.com/2000000>

12-ce2dacf2a1/edith-litwin.pdf [Consulta en línea: 2/09/21]

Maggio, M. (2020). Las prácticas de la enseñanza universitaria en la pandemia: de la conmoción a la mutación. En Revista Campus Virtuales, Vol. 9 num. 2. Huelva. España.

Disponible en <http://www.uajournals.com/campusvirtuales/images/numeros/17.pdf>. [Consulta en línea: 2/09/21]

Martín-Barbero, Jesús y Feixa Pàmols, Carles (2018) Diálogo: Jesús Martín-Barbero y Carles Feixa Pàmols conversan sobre comunicación, juventud y memoria: Todo lo que sabemos lo sabemos entre todos. Revista Metamorfosis. Revista del Centro Reina Sofía sobre Adolescencia y Juventud. Nº 8. Junio. 5-30. Disponible en: <http://revistametamorfosis.es> [Consulta en línea: 2/09/21]

Novoa, A. (2009). Para una formación de profesores construida dentro de la profesión. Revista de Educación, 350, 203-221.

Rogovsky, C. (2015) Procesos de comunicación mediados por TIC en el marco de una comunidad de práctica. En XIII Encuentro Nacional de Carreras de Comunicación, Buenos Aires, 2015. Disponible en <http://www.pent.org.ar/institucional/publicaciones/procesos-comunicacion> [Consulta en línea: 2/09/21]

Terigi Flavia (2020) Cuando no ir a la escuela es una política de cuidado. Consulta en línea: 26 de agosto de 2021. Recuperado de: <https://noticiasungs.ungs.edu.ar/?>



portfolio=cuando-no-ir-a-la-escuela-es-una-politica-de-cuidado-reflexiones-sobre-un-suceso-extraordinario [Consulta en línea: 2/09/21]

Wenger-Trayner, E.; Wenger-Trayne, B. (2019). Comunidades de práctica una breve introducción (Govea Aguilar, D., trad.). Disponible en <http://www.pent.org.ar/institucional/publicaciones/comunidades-practica-una-breve-introduccion>. (Obra original publicada en 2015) Wenger-Trayner, E.; Wenger-Trayne, B. (2019). Comunidades de práctica una breve introducción (Govea Aguilar, D., trad.). Disponible en <http://www.pent.org.ar/institucional/publicaciones/comunidades-practica-una-breve-introduccion>. (Obra original publicada en 2015) [Consulta en línea: 2/09/21]

NOTAS:

[1] Este artículo tiene autoría coral. Ha sido elaborado por integrantes del equipo de gestión académica del IUPFA, Lic. Yamila Crisci, Prof. Paula Citarella y Lic. Agustín Friedt en colaboración con la Secretaría Académica de la Escuela Federal de Suboficiales y Agentes, Dr. Pablo Sangiorgio, Dra. María Rosa Cafaro y Lic. María Alejandra Barale; la Secretaría Académica de la Escuela de Cadetes, Dr. Marcos Giampani, los equipos pedagógicos y psicopedagógicos de dicha escuela, Lic. Laura Masciotra, Lic. Paula Longo y Lic. Juan Pablo Di Lorenzo, Lic. Cecilia Ballesteros y Lic. Luciana Ochnio, coordinados por el equipo técnico de la Dirección de Carrera del Ministerio de Seguridad de la Nación, Prof. María Pía Ferreyra Díaz, Lic. Evelyn Dacil Garrote y Lic. Luján Baez.

[2] En consonancia con el decreto presidencial el Ministerio de Seguridad estableció, mediante Resolución 40/2020, la suspensión de toda actividad presencial de formación, capacitación y entrenamiento del personal policial en las instituciones que conforman el sistema de formación de las fuerzas policiales y de seguridad federales. Esta misma Resolución encomienda a la Subsecretaría de Formación y Carrera la adopción de todas las medidas necesarias para garantizar el desarrollo del calendario académico, el dictado de los contenidos mínimos de las asignaturas y su calidad, en conformidad con lo establecido por el Ministerio de Educación -en las Resoluciones N°82/2020, N°103/2020, N°105/2020 y N° 108/2020.

[3] A continuación, se enumeran en general las dimensiones que fueron relevadas en las encuestas a: estudiantes de carreras de grado y de posgrado; cursantes de la Escuela de Cadetes; docentes de grado y posgrado y docentes de la Escuela de Cadetes: Dimensión sobre la situación personal y laboral/profesional; Dimensión tareas de cuidado de otras personas en el contexto del ASPO; Dimensión sobre aspectos tecnológicos y acceso a dispositivos: Dimensión sobre Plataforma Virtual del Centro de Estudios a Distancia Universitaria: Dimensión sobre el proceso de enseñanza-aprendizaje incluyendo • Organización de los espacios curriculares (materias/seminarios/taller/otros); • Estrategias de enseñanza; • Materiales y recursos; • Actividades de la cursada e instancias evaluativas; Dimensión sobre la Comunicación entre estudiantes y docentes y con las diversas áreas institucionales; Dimensión sobre la retención / abandono; Dimensión sobre la



evaluación general de la experiencia.

[4] El aula extendida o ampliada es un entorno virtual complementario del espacio presencial que se articula con la propuesta de enseñanza y de aprendizaje y tiene como objetivo acompañar y potenciar estos dos procesos. La incorporación de este tipo de espacios y procedimientos permiten dinamizar y potenciar las propuestas iniciadas en el espacio del aula presencial pudiendo convertirse en terreno fértil para continuar las discusiones que se allí se inician, o bien puede constituirse en un espacio para proponer lecturas y armar grupos de discusión, o puede servir para compartir distintos materiales multimedia, o bien para proponer itinerarios diversos de lecturas, etc. (Gimenez e Ingrassia, 2016) Disponible en: <https://campus.unla.edu.ar/aulas-extendidas-o-ampliadas-como-y-para-que-usarlas/>

[5] Conferencia virtual a cargo del Jefe de la Policía Federal Argentina, Crio. Gral. Juan Carlos Hernández: “Plan Estratégico Institucional 2030 de la PFA”. UCA, Universidad Católica Argentina, 26 de noviembre de 2020. CABA. Argentina.

[6] En el año 2011 la Escuela Federal de Suboficiales y Agentes de la PFA, puso en funcionamiento un “Modelo de formación por intervenciones profesionales del Agente de Policía” cuyos excelentes resultados fueron ampliamente difundidos y se constituyó en un referente a nivel nacional por las posibilidades que brinda de articular la teoría y la práctica, los espacios curriculares haciendo foco en las actividades profesionales indispensables que debe saber realizar un efectivo al egreso de su formación como Agente. Promoviendo un diseño curricular por intervenciones.

[7] Las clases virtuales a cargo de docentes contaron con la asistencia y acompañamiento del equipo de coordinadores que posee la Escuela. Asimismo, desde la División Estudios, junto con la Secretaría Académica se realizó el seguimiento y evaluación de las clases, facilitando la retroalimentación necesaria para la mejora de las mismas. La planificación de la enseñanza debió ser revisada y generar inducciones para el uso de las aulas virtuales por parte de los aspirantes. Se llevó adelante una evaluación formativa constante y permanente, a través de distintas actividades semanales: cuestionarios, comprensión de texto, análisis de casos, resolución de problemas, observación y análisis crítico de videos, elaboración de cuadros comparativos y mapas conceptuales, pruebas de ensayo, múltiple choice y actividades de autoevaluación. Respecto al contacto de los docentes con las aspirantes, el mismo fue frecuente, ya sea a través de clases sincrónicas, mensajes, email, recursos audiovisuales, e instructivos. En tanto, el equipo psicopedagógico realizó un acompañamiento a las trayectorias estudiantiles, identificando dificultades y motivando para la continuidad de los aprendizajes, comunicándose a tal fin con aspirantes y docentes. Además, promediando la cursada se llevó adelante una serie de talleres y seminarios con especialistas, por la Plataforma Zoom, a efectos de profundizar en las temáticas más significativas, teniendo en cuenta las funciones específicas de la Policía Federal Argentina.

[8] La especialista Mariana Ferrarelli se refiere a prácticas mestizas como aquéllas que cruzan fronteras de saberes,



modalidades de trabajo y lenguajes distintos buscando integrar e incluir estudiantes reconociendo la heterogeneidad de los contextos en las que estas ocurren. Disponible en:

<http://asifuimosaprendiendo.blogspot.com/2021/06/lo-que-el-2020-nos-dejo-un-territorio.html>

[9] La Escuela Federal de Suboficiales y Agentes de la PFA, contaba con experiencia en la implementación de Cursos de ascenso ya que se trata de personal en carrera cuyos destinos de trabajo federalizado en todo el territorio así lo requerían, para dar respuesta a los procesos de formación para avanzar en la carrera profesional. El desafío principal se constituyó sobre la formación inicial, buscando conjugar instancias formativas sincrónicas y asincrónicas con mediación de tecnologías. La combinación de los escenarios no debe perder de vista el recorrido que los estudiantes realizan durante toda su formación. Entretejer, y dar sentido a la propuesta virtual es una tarea que quienes están a cargo de los espacios. En este sentido, los escenarios educativos digitales cobran especial relieve en función de la propuesta que el docente realice.

[10] Para profundizar este concepto recomendamos la lectura del artículo elaborado por los investigadores españoles Jordi Adell Segura Linda Castañeda, Los entornos personales de aprendizaje (PLEs) una nueva manera de entender el aprendizaje. Disponible en: <https://digitum.um.es/digitum/handle/10201/17247> [Consulta en línea: 2/09/21].

[11] Se puede ver el detalle de la infografía animada en el siguiente link: <https://view.genial.ly/606c44dfea801doda8d14a4d/interactive-content-foros>. La infogra-

fía, es el recurso gráfico que nos ayuda a reunir todos los parámetros y valores que anclan imagen y texto, de manera más sintética y sucinta, para que aquella persona que la observa, pueda comprender la información dada de manera más fácil y rápida; la conjunción de la infografía, y su valor agregado, la animación, aportan elementos y conceptos necesarios, para intervenir la comunicación en el foro, de manera que se pueda generar un propio y nuevo lenguaje para compartir. (Díaz Carranza, 2016) <https://repository.usta.edu.co/handle/11634/380>

COMO CITAR ESTE ARTICULO:

CRISCI, Yasmila *et al.* Reflexiones y experiencias de formación policial en tiempos de pandemia. Pensando dispositivos de acompañamiento y de desarrollo profesional docente en modo virtual, desde el Instituto Universitario de la Policía Federal Argentina. **Revista Mercopol**, Brasília, ano 15, n. 13, p. 8-25, jan./dez. 2021. Disponible em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/publicacoes/view>. Acesso em: [dia] [mês] [ano].





La aplicación de herramientas digitales de enseñanza-aprendizaje en tiempos de pandemia en el instituto superior de educación policial de paraguay

Oscar Ariel Ramos Andino [1]
Policía Nacional del Paraguay.
Assunción, Paraguay

Resumen:

El objetivo del presente artículo se ha orientado a caracterizar la aplicación de las herramientas digitales de enseñanza aprendizaje en tiempos de pandemia en el Instituto Superior de Educación Policial (ISEPOL) de Paraguay. Para el efecto se utilizó una metodología dual; sin ser exhaustivo, primero se hizo una revisión bibliográfica y luego un trabajo de campo, se apeló a la investigación de tipo exploratorio-descriptivo, de corte transversal y enfoque cuali-cuantitativo. Las conclusiones más significativas aproximan a una institución que ha utilizado las herramientas digitales de enseñanza aprendizaje, conforme a las resoluciones emanadas por los órganos regulares de la educación superior en Paraguay.

Palabras Clave: herramientas digitales; pandemia; educación policial.

El Instituto Superior de Educación Policial - ISEPOL, fue creado por Ley N° 2946/06 como institución de educación superior, siendo la responsable de la definición de la política educacional, así como de la organización, supervisión y evaluación del sistema de educación policial en el Paraguay, en los niveles de postgrado, grado y pre grado, conforme a los requerimientos de formación y capacitación del personal policial para el cumplimiento de la misión constitucional.

El Consejo Nacional de Educación Superior (CONES), creado por Ley N° 4995/13 de la Educación Superior insertó (resoluciones de por medio) en el registro de ofertas académicas en el catastro de carreras y programas de las unidades académicas componentes del ISEPOL, así como el Ministerio de Educación y Ciencias (MEC), a aquellas que conforman las tecnicaturas. Todas las ofertas académicas fueron habilitadas para la implementación a través de la modalidad presencial.

A nadie escapa que la situación presentada y que a ha sorprendido al mundo a principios del año 2020, en plena ejecución de las actividades académicas, ha obligado a todos

los estados al replanteamiento de todo y no escapó de ello lo académico.

En el contexto de un escenario lleno de incertidumbres comenzaron a aflorar normativas desde el ejecutivo para sobrellevar de la mejor manera la pandemia. El Consejo Nacional d Educación Superior tomando las atribuciones establecidas por ley y concomitantes, inició el camino de respuestas rápidas para que en la educación superior no exista brechas en el cumplimiento de la planificación académica. Es así que dando un tiempo prudencial a todas las instituciones de educación superior (IES), ha dispuesto que las IES que se encuentran en el registro de ofertas académicas presenciales, implementen herramientas digitales de enseñanza-aprendizaje y continuar mientras el gobierno disponga las medidas sanitarias a considerar. (*Según Resolución N° 14/2020 “Que Aprueba la Inserción de Carreras y Programas de Postgrado en el Registro Nacional de Ofertas Académicas Presenciales que aplican Herramientas Digitales de Enseñanza-Aprendizaje”*).



A partir de ello, el ISEPOL ha motorizado todo el proceso para la aplicación de las herramientas digitales de enseñanza-aprendizaje y este artículo pretende caracterizar el proceso. Los procesos de formación, capacitación y perfeccionamiento policiales se han llevado tradicional y exclusivamente de manera presencial, pero las circunstancias han obligado a realizar transformaciones significativas para que esos procesos no se detengan a pesar de las restricciones que ha traído consigo la pandemia decretada por el Coronavirus.

La aplicación de herramientas digitales en materia educativa, implica un gran desafío y un cambio de paradigma tanto en estudiantes y por sobre todo en los docentes, por lo que se necesita la implementación de metodologías diferentes a las tradicionalmente empleadas en el desarrollo de las clases presenciales. En ese contexto, el ISEPOL, llevó a cabo capacitaciones a docentes y estudiantes de la comunidad educativa para el cumplimiento de su cometido, que era evitar la interrupción del desarrollo de las actividades académicas de los planes y programas ofrecidos.

Se ha puesto en marcha la utilización de una plataforma digital propia del instituto, desde la cual los estudiantes, mediante diversos aplicativos, han proseguido sus estudios en los diferentes niveles, donde se puede destacar como logro que antes de la pandemia, el 45% de todos los docentes no utilizaba herramientas digitales para el desarrollo de sus clases (Alfonso, 2020) y se observa que actualmente, conforme a los registros de la plataforma, todos ellos han hecho uso de esta herramienta para el seguimiento de los procesos educativos llevados a cabo dentro del sistema de educación policial, obteniendo una adaptación del 100%, cumpliendo con los planes educativos establecidos y aprobados y que el 89% de docentes y estudiantes coinci-

dió en que el uso de herramientas digitales aporta a adquirir competencias, destrezas y habilidades (Ramos, 2021).

Hoy en día, la educación ha dejado en claro que se enlaza íntimamente con las dinámicas del mundo actual, donde se ha evolucionado del mundo de los materiales impresos al manejo de la información digital, esto se pudo evidenciar de manera más tangible, con la aplicación de plataformas educativas en aquellas instituciones meramente presenciales, y así también dentro del ISEPOL, causando resiliencia a la aplicación de las tecnologías en el ámbito educativo policial (Alfonso, 2020).

Según manifiestan Failache, E., Katzkowicz, N. y Machado, A. (2020) la interrupción del proceso de enseñanza-aprendizaje en centros escolares impone al menos tres desafíos: el acceso a las plataformas digitales y a las condiciones materiales para el aprendizaje; la capacidad de las familias para la enseñanza a distancia o desde el hogar; y la efectividad del entorno virtual para favorecer el aprendizaje, en ese sentido y conforme a datos estadísticos, en el ISEPOL, las principales dificultades encontradas en la aplicación y adaptación de plataformas digitales para la continuidad de los procesos académicos se relacionan principalmente a la conectividad y el acceso a las plataformas, lo anterior concuerda con los últimos datos relevados por la Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos (DGEEC), el 92% de los alumnos matriculados en el sector público no poseen acceso a Internet en los hogares, mientras que alumnos matriculados en establecimientos privados solo el 50% cuentan con acceso a Internet.

En cuanto la efectividad del entorno virtual para favorecer el aprendizaje, diver-



Los estudios indican que las clases presenciales provocan mejores resultados si se las compara con las virtuales, en especial en aquellos estudiantes que presentan dificultades de aprendizaje y requieren del intercambio personal entre pares y con docentes (Failache, E., Katzkowitz, N. y Machado, A. 2020). En el caso de la formación policial, la misma requiere de presencialidad considerando el desarrollo de asignaturas prácticas y entrenamientos específicos en áreas de técnicas y tácticas policiales, defensa personal, acondicionamiento físico, que por su naturaleza no pueden desarrollarse solo mediante el uso de herramientas digitales.

Además de realizar las capacitaciones para el uso de herramientas digitales a docentes y estudiantes, el ISEPOL, ha adquirido y puesto en funcionamiento su plataforma educativa donde actualmente desarrollan sus actividades académicas más de 700 docentes y 3971 estudiantes de 11 Unidades Académicas, en el área de postgrado, en las Maestrías en Ciencias Policiales, Maestría en Gestión y Asesoramiento Policial, Especialización en Seguridad Pública y Privada, Especialización en Investigación e Inteligencia, Capacitaciones y Actualizaciones; en el área de grado, Licenciatura en Ciencias Policiales, Licenciatura en Criminalística, Licenciatura en Educación Física y Entrenamiento Policial, en el área de pregrado, Tecnicaturas Superiores en Seguridad Pública, Seguridad Urbana, Operaciones Tácticas y en Estudios Musicales,



Fuente: Elaboración propia.

donde las Unidades Académicas Policiales, han desarrollado planes particulares a fin de dar continuidad a los procesos de enseñanza - aprendizaje. Conforme a los resultados tangibles que se pueden destacar en el periodo académico 2020 pleno auge de la pandemia, se destaca la culminación de los estudios de 246 Oficiales Jefes en las Maestrías en Ciencias Policiales y en Gestión y Asesoramiento Policial, 147 Licenciados en Ciencias Policiales, 21 Licenciados en Criminalística, 18 Licenciados en Educación Física y Entrenamiento Policial, 1995 Técnicos Superiores en Seguridad Pública, Seguridad Urbana y Operaciones Tácticas, 8 Técnicos en Estudios Musicales, 932 Oficiales y Suboficiales en diferentes Capacitaciones y Actualizaciones, todos bajo la modalidad de educación a distancia.



Fuente: Elaboración propia.

¿Qué hace el ISEPOL ahora? Actualmente, las unidades componentes del instituto, de acuerdo al levantamiento gradual de medidas restrictivas, desarrollan actividades híbridas establecidas por resolución y respetando las disposiciones sanitarias; las clases a distancia siguen desarrollándose con normalidad y las clases presenciales se desarrollan en grupos reducidos, dando un énfasis a las asignaturas que requieren prácticas para la fijación de los procesos de enseñanza – aprendizaje, estas no solo



incluyen clases, también las pasantías profesionales supervisadas, las actividades de extensión educativa, las prácticas educativas, entrenamientos y prácticas relativas al uso de la fuerza entre otros.

No obstante, los desafíos siguen latentes y el dinamismo de la educación, sumado a la evolución de la pandemia y que generan nuevos escenarios, la educación policial deberá adaptarse y además mantener presente cuál es su misión y el rol que cumple la policía dentro de la sociedad cada vez más demandante. Los procesos educativos de formación, capacitación y perfeccionamiento policiales no se detuvieron y no pueden detenerse ahora, y la evolución de las metodologías deben estar dirigidas a una fijación real de destrezas, capacidades y habilidades, manteniendo, a pesar de las circunstancias, los estándares de calidad.

Tal vez, cuando la pandemia acabe, se retomen las clases de manera presencial al 100%, pero este proceso de reinversión y evolución al cual se aminoraron las unidades de formación, capacitación, actualización y de perfeccionamiento policiales, debe servir para sentar bases y promover políticas institucionales educativas a fin de que, si bien será inviable que sean todos, algunos planes y programas puedan desarrollarse a distancia, reforzando la inversión de recursos en los elementos que hacen al desarrollo de las actividades educativas en entornos virtuales.

Referencias

Alfonso de Silvero, M. (2020). “La educación disruptiva en el Instituto de Criminalística”. Universidad Tecnológica Intercontinental, Asunción – Paraguay.

Failache, E., Katzkowicz, N. y Machaco, A. (2020). La educación en tiempos de pandemia y el día después. Revista Internacional de Educación para la Justicia Social (9). Instituto de Economía, Uruguay.

Ramos, O. (2021). Metodologías de enseñanza aprendizaje aplicados por docentes en el periodo 2020 – 2021, en tiempos de pandemia. Tesis para optar a título de Licenciado en Ciencias Policiales.

Resolución CE-CONES N° 14/2020 Consejo Ejecutivo “que aprueba la inserción de carreras y programas de postgrado en el registro nacional de ofertas académicas presenciales que aplican herramientas digitales de enseñanza-aprendizaje”, extraído de <http://www.cones.gov.py/resolucion-ce-cones-n-142020-consejo-ejecutivo-que-aprueba-la-insercion-de-carreras-y-programas-de-postgrado-en-el-registro-nacional-de-ofertas-academicas-presenciales-que-aplican-herr/>

Sequera, M. (2020). La educación virtual y la infraestructura de internet en Paraguay. Extraído de <https://www.tedic.org/la-educacion-virtual-y-la-infraestructura-de-internet-en-paraguay/>

NOTAS:

[1] Licenciado en Ciencias Políticas, Administrador de Seguridad Pública. Masterando en Educación – Énfasis en Formación del Profesorado. Secretario de Estudios Academia Nacional de Policía “Gral. José E. Díaz”, Policía Nacional del Paraguay.

COMO CITAR ESTE ARTICULO:

ANDINO, Oscar Ariel Ramos. La aplicación de herramientas digitales de enseñanza-aprendizaje en tiempos de pandemia en el instituto superior de educación policial de paraguay. **Revista Mercopol**, Brasilia, año 15, n. 13, p. 26-29, jan./dez. 2021. Disponible em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/publicacoes/view>. Acesso em: [dia] [mês] [ano].





Desafíos de la Educación Policial en tiempos de Pandemia.

Kaclin Martins Silva [1]
Policía Nacional del Uruguay,
Montevideo, Uruguay

Resumen:

En el presente artículo se reflexiona sobre los principales desafíos que se le plantea a la Educación Policial del Uruguay analizando en una breve reseña y basándonos en lo hecho hasta el momento en algunas de las ventajas y desventajas de este cambio tan abrupto provocado por la irrupción de la Pandemia de Covid 19. Se detallan principales consecuencias de este cambio y como la Institución las identifica y asume con responsabilidad al brindar posibles soluciones a las distintas situaciones que se presentan. Se reflexiona a partir de estos desafíos sobre escenarios futuros de los procesos de enseñanza de la Formación Policial del Uruguay en todos sus niveles.

Palabras Clave: educación policial; pandemia; proceso enseñanza-aprendizaje; educación presencial; educación virtual.

A finales del 2019 se conoce la noticia en todo el mundo del surgimiento en China de un nuevo virus. La enfermedad conocida por Covid 19 golpea a todas las naciones del mundo creando en primera instancia un sinnúmero de situaciones a atender por parte de los países, con el objetivo de brindar soluciones a sus ciudadanos que se vieron afectados en todos los ámbitos de la vida social como individual.

Sin duda, ha sido uno de los hechos de los últimos tiempos más importantes y que ha generado que las diversas instituciones de los estados se junten en un objetivo común, conocer a este enemigo silencioso y combatirlo. Como ya es sabido, esta enfermedad no conoce barreras culturales, ataca a todos por igual sin distinción de grupo social, nivel educativo, situación económica o edad y pone en riesgo a todos los ciudadanos por igual. En Uruguay, país acotado, con una población de aproximadamente tres millones y medio y ubicado geográficamente entre colosos, arribó oficialmente el 13 de marzo de 2020, momento en que, se declara la "Emergencia Sanitaria".

El conocimiento era el básico y por todos

conocidos, se podía evitar el contagio con la práctica del distanciamiento social, el uso de mascarilla, la extrema higiene de manos y la ventilación de espacios cerrados, entre otros. Nuestro país se distinguió en la región por no apelar a las cuarentenas obligatorias y por el ejercicio de la "libertad responsable" del ciudadano que, acatando el consejo del gobierno, adhirió a la consigna del autoconfinamiento. Para acompañar este proceso se cerraron todos los centros educativos del país, las actividades económicas se redujeron a lo imprescindible, se cerraron las fronteras aéreas y se observó en un estricto seguimiento el comportamiento poblacional en las fronteras secas del país. En un tiempo menor a dos meses, con la situación de "crisis sanitaria controlada", se fueron reestableciendo las actividades, primero la construcción y posteriormente, finalizada la Semana Santa, se retomó en forma paulatina la presencialidad educativa en todos los niveles e Instituciones.

Hoy, abril del 2021, aproximadamente un año después, el Uruguay atraviesa su "pri-



mera ola "de la peor manera, con números de contagios y muertes diarias que de verdad preocupan. Con toda la actividad económica en funcionamiento, salvo excepciones, toda la actividad educativa presencial se encuentra suspendida hasta nuevo aviso, volviendo a ser nuevamente un desafío para el Sistema Educativo Nacional cumplir con su cometido, la misión de educar y formar a niños, adolescentes y adultos.

Frente a esta realidad la Educación Policial tampoco escapa a la problemática de como formar a los futuros integrantes de la institución y como continuar con las instancias de capacitación en sus filas.

Al igual que en el resto del Sistema Educativo Nacional se apostó fuertemente por el modelo virtual de enseñanza, el cual, sin ser la solución perfecta frente a esta situación inédita, parece ser la más razonable y por lo tanto los docentes como los alumnos y la institución toda, deberán adaptarse a este proceso y más aún, de forma eficaz y eficiente.

La Dirección Nacional de la Educación Policial, (DNEP) cuenta desde el año 2011 con la plataforma CVPU (Campus Virtual Policial del Uruguay) y desde su implementación ha sido una herramienta fundamental para los aspectos comunicacionales y de formación policial, pero con la irrupción de la pandemia se ha vuelto un ámbito imprescindible de conocer, utilizar y evaluar permanentemente, en la búsqueda de implementar una cultura digital de formación policial en todos los niveles de la institución, como así también que ésta se sostenga como proyecto a futuro.

Se intenta en este artículo efectuar una breve reseña en términos de ventajas y desventajas de esta nueva realidad. En primera instancia y como desventaja, se señalan los problemas de la **brecha generacional** en el conocimiento y uso de las herramientas tecnológicas relacionadas a quienes enseñan y quienes aprenden, siendo este último grupo, indudablemente el más entendido en la tema-

temática.

Si bien en forma paulatina se brindaba a los docentes capacitación en esta área, debido a la situación de emergencia, se debieron acelerar estos procesos. Por tal motivo, el equipo técnico del Portal Educativo ha implementado una serie de cursillos y tutoriales dirigidos a aquellos docentes que aún no están familiarizados con la herramienta digital y el uso del espacio virtual, al igual que se destaca la disponibilidad de los mismos en el apoyo que brindan en el adiestramiento individual de los docentes.

Se trata por lo tanto de un trabajo en equipo, que en primer término se basa en la ventaja del **compromiso de los actores implicados**. Con los cursos de aula suspendidos, se deposita en la virtualidad toda la expectativa y confianza en continuar con las actividades educativas, haciéndose un traslado del espacio presencial al virtual, obligatorio para el alumnado, quienes se conectan a las clases en días y horarios establecidos y mantienen comunicación entre su grupo de pares y con los Oficiales encargados de la Bedelía.

Por otro lado, y con un compromiso ético asumido, se cuenta con los docentes, que trabajan en la replanificación de sus clases presenciales, adaptando el programa y los recursos didácticos de su materia a este nuevo formato. El desafío está presente a diario, por ejemplo, en las asignaturas del Área Física, o de Técnicas y Entrenamiento en el uso del Armamento Policial, donde las posturas corporales se muestran y enseñan a través de clases por zoom, a partir de ejercicios de defensa personal y ejemplos de técnicas específicas del uso del armamento.

Otra ventaja a señalar es la relacionada a la **brecha digital**, es decir las diferencias que puedan existir a la hora del acceso al



uso de las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC).

Es evidente la importancia del herramienta tecnológica como elemento mediador en la educación a distancia. En el Uruguay podemos hablar de una clara tendencia impulsada por el Estado en universalizar el empleo de las Tics, que se materializa a partir de Leyes y Decretos. Hoy día se puede afirmar que 9 de cada 10 uruguayos accede a Internet desde una PC o desde el teléfono celular.

Y como última medida, en tiempos de pandemia, organizaciones diversas públicas o privadas están ofreciendo gratuitamente, sus espacios físicos con conectividad, para que los estudiantes de cualquier nivel educativo o institución accedan a sus clases.

A diferencia de otros países Uruguay ha adoptado el uso de la tecnología como parte de la cotidianidad, en un intento de acortar esta brecha apostando por la generalización e intensificación de la tecnología en los hogares. El Plan Ceibal es un claro ejemplo de esta realidad. En este sentido se puede afirmar que el acceso a las Tics por parte de nuestro alumnado y docentes es casi universal.

Se quiere también abordar como desventaja, en esta nueva normalidad, algunos aspectos específicamente pedagógicos a la hora del proceso de enseñanza aprendizaje, es decir la dimensión humana de la **relación que se establece entre el docente y el alumno**, sobre la cual tanto se ha dicho y escrito. Como bien es sabido en la educación presencial el docente ocupa el papel primordial, es quien ostenta el conocimiento y por lo tanto, el responsable del desarrollo del curso y cumplimiento de sus objetivos, conduciendo a sus alumnos en el camino.

En la virtualidad este rol se diluye, el docente debe seguir el hilo de su discurso sin desmedro de atender las cuestiones tecnológicas, mantener la concentración, al mismo tiempo en que se presenta un power point, estar atento a la posible intervención de

un alumno, al mismo tiempo que intenta mantener al resto interesado y participando, todo en un espacio reducido a una pantalla.

El docente se vuelve más un orientador o un tutor, que preocupado por el tiempo y el cumplimiento de lo pautado en el programa, olvida o simplemente pierde el tiempo precioso en que, frente a una disertación sobre una temática específica, aflora el recuerdo de su experiencia, siempre con el ánimo de enseñar mientras comparte. En una profesión como la Policial donde la práctica y experiencia del que enseña adquieren vital importancia, sobre todo en las asignaturas técnico profesionales, orientar al alumno sin ejemplificar sobre los hechos es realmente un obstáculo.

Vemos como gran dificultad en el espacio virtual entonces, la práctica del **Intercambio intergeneracional de conocimientos adquiridos**, es decir la transmisión de los "saberes policiales" por parte de los policías más antiguos a los más nuevos. En esta profesión la transmisión de conocimientos forjados en la teoría, pero luego relatados desde la experiencia profesional, adquiere particular importancia y sin duda, para un aprendizaje significativo de lo que se pretende enseñar, la distancia, el no estar presente supone un gran desafío. Se pierde la inmediatez del vínculo comunicacional con el alumno, pasando a depender el mismo de la velocidad de la transmisión de los datos, o de la calidad del audio o la imagen, estar en todas estas dimensiones es agotador y psicológicamente estresante.

Por lo tanto, lo más positivo es apelar a recursos didácticos más interactivos, por ejemplo, el uso de videos, desde los cuales, una vez analizados en forma individual y en un espacio tipo Foro, se



pueda debatir desde la ubicación en la escena, como participante del hecho.

En este sentido el rol de importancia se deposita más en el alumno, siendo esta una muy buena estrategia si se aprende a manejar correctamente. En relación a lo anterior, es de señalar que los Cadetes de 2do y 3er año de la Escuela Nacional de Policía concurren cada día, en un número aproximado de 20 a 25 alumnos a las actividades de praxis policial, es decir que llevan a la práctica lo aprendido en el aula, en tareas de despliegue policial, siendo por lo tanto imprescindible esta parte de su formación y a su vez imposible de separar en diferentes escenarios, (virtual y presencial), siendo en este momento unificados en uno solo.

Es responsabilidad del docente colaborar con esta instancia, logrando reinventarse, en un rol de facilitador a la hora de brindar la información adecuada para el manejo de las redes y entornos virtuales. Para esto solo debe recontextualizar su entorno, siendo consciente en primera instancia de que el proceso educativo ya no depende tanto de él y el alumno en el salón de clase, sino que adquiere vital importancia el espacio virtual en el que va a trabajar.

Adueñarse de este espacio, requiere horas de navegación y conocimiento de la red y de lo que allí se pueda encontrar. Los procesos de selección del material, para interpretar y abordar críticamente en una clase nunca podrán ser efectuados por una máquina, por más avance tecnológico que se alcance, es más, esta labor debe considerarse como una instancia más de perfeccionamiento docente orientada a la mejora de su profesión.

Por último, por más que se trabaje en un escenario virtual, siempre habrá por detrás una planificación que surge de una misión específica, que reúne un plan de estudios, programas y objetivos a lograr desde la institución educativa.

La Educación Policial Uruguaya continua con

su misión respaldando al docente, para que pueda trabajar libremente en concordancia con los objetivos institucionales, brindándole como ya se ha señalado anteriormente, los recursos necesarios para que pueda recrearse en estos nuevos escenarios.

Otro aspecto importante de la Educación a distancia y que presenta un desafío para la Institución y el docente es lo relacionado a las **instancias de evaluación**. En aulas presenciales, esta temática es difícil de abordar, cuanto más lo es a distancia. Lo principal y más importante es saber separar los aspectos de evaluación tecnológica, como por ejemplo cuanto tiempo se conecta el alumno y que luego deriva en información estadística, de lo que produce, y lo que realmente logra aprender el estudiante en forma significativa.

Se parte de la base que es necesario priorizar calidad de información que cantidad de la misma. Gran carga de actividades a realizar no es garantía de verdadero aprendizaje. Es necesario, por supuesto dejar evidencia de la participación virtual del alumno, pero eso no significa que mientras esté conectado, esté aprendiendo. Además, se corre el riesgo de sobrecargar al estudiante, agobiándolo y logrando su desmotivación. Lo mejor es orientar el conocimiento a transmitir, siempre partiendo de la teoría, a instancias de conocimientos ya incorporados a su vida profesional. Traídos por ejemplo de las experiencias en sus actividades de praxis. En este sentido se le puede solicitar al alumno que se autoevalúe permanentemente, asociando lo trabajado en el aula virtual a su práctica cotidiana.

Como bien sabemos, la evaluación tradicional supone siempre aislar al estudiante de sus materiales priorizando



muchas veces el uso de la memoria. En la virtualidad esto es imposible. Como por lo general se trabaja con un tiempo acotado se presenta una buena oportunidad para trabajar desde la reflexión. Por esto es importante diseñar evaluaciones que valoren el desarrollo de competencias, por ejemplo.

En estos planes de contingencia virtuales, no podemos confundir la evaluación de los aprendizajes con la medición de su implementación. Esto último siempre es plausible de mejora, mientras que los aprendizajes se ven cuando nuestros alumnos salen a la calle. Se debe hacer especial hincapié en enseñanzas que prevalezcan y que aun aprendidas en un espacio virtual queden ligadas en las formas y procesos mentales que individualmente utiliza para anclar estos nuevos conocimientos al desempeño de su vida profesional.

En síntesis, se pretende reflexionar sobre una realidad adversa, que supuso un fuerte y abrupto cambio en la manera de enseñar al futuro profesional de la Seguridad Pública, si bien se trabajó más específicamente desde la formación del Oficial de Policía, es menester señalar que la herramienta digital de educación (Portal Educativo) alcanza y replica su actividad a todos los niveles formativos y de capacitación de la Policía Nacional Uruguaya.

Toda esta actividad educativa, que rápidamente se adaptó a esta nueva circunstancia, es un punto de inflexión para repensar alternativas a los modelos de educación tradicional. La irrupción de la pandemia desveló factores que talvez no estaban bien trabajados y nos obliga a plantear desafíos cada día para ir consolidando nuestra cultura de formación y capacitación virtual policial. Integrando a todos los actores implicados en el acto educativo y sin priorizar una u otra dimensión, entendiendo siempre que lo mejor es apostar a la educación presencial y a distancia como complementarias.

Referencias

Rial, V. (2020) Uniformidad y divergencia: Covid 19 pandemia del siglo XXI, en Rev. Uruguaya. Antropología etnografía ISSN 2393-6886,2020 Año V- N°1 :81 -888

Aguilar, J , Alcantara, A , Alvarez, F,... Zabalgoitia, M (2020) IISUE Educación y pandemia. Una visión académica, México, UNAM. Extraído de <http://www.iisue.unam/covid/iisue/educacion-y-pandemia> (Consultado 12 de abr. de 2021)

NOTAS:

[1] Licenciada en Ciencias de la Educación Magister en Ciencias Criminológico forenses Oficial Ayte. PT CP de la Policía Nacional del Uruguay Jefa del Área de Planificación Educativa de la Dirección Nacional de la Educación Policial Docente de Metodología de la Investigación del 3er año de Cadetes de la DNEP

COMO CITAR ESTE ARTICULO:

SILVA, Kaclin Martins. Desafíos de la Educación Policial en tiempos de Pandemia. **Revista Mercopol**, Brasília, ano 15, n. 13, p. 30-34, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/publicacoes/view>. Acesso em: [dia] [mês] [ano].



TEMAS LIVRES

Combate Integrado à Criminalidade

Cooperação Policial Internacional

Formação e Capacitação Policial





A persecução penal no crime de tráfico internacional de pessoas

José Antônio Pinheiro Aranha Filho [*]
Polícia Civil de São Paulo
São Paulo/SP, Brasil

Resumo

O tráfico internacional de pessoas tem suscitado uma série de reflexões nos âmbitos do direito penal e do direito processual penal. Assim sendo, tendo como paradigma o princípio da proporcionalidade, questiona-se como os Estados deverão conduzir a persecução penal em seus territórios levando em conta a tensão entre a gravidade do crime, atentatório a extenso rol direitos fundamentais da vítima, as garantias processuais do acusado e o princípio do “ne bis in idem”. Quanto ao processo penal, a cooperação jurídica internacional se consolida como instrumento de garantia de harmonização na colheita e gestão da prova, competindo ao Tribunal Penal Internacional o papel complementar nos casos de omissão dos Estados envolvidos.

Palavras-chave: tráfico internacional de pessoas; princípio do “ne bis in idem”; cooperação jurídica internacional; Tribunal Penal Internacional.

Introdução

A lei 13.344, de 06 de outubro de 2016, dispõe sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas no ordenamento jurídico brasileiro, criando o tipo penal específico introduzido no artigo 149-A do Código Penal, cuja pena, na forma simples, é de reclusão de quatro a oito anos, e multa.

Além da figura típica, cuidou o legislador de elencar os princípios aplicáveis ao combate do tráfico de pessoas, entre os quais, o respeito à dignidade da pessoa humana, reforçando ainda entre as diretrizes aplicáveis no artigo 3.º, a articulação com organizações governamentais e não governamentais nacionais e estrangeiras, e o estímulo à cooperação internacional.

Nem poderia ser diferente, na medida em que o tráfico de pessoas é crime que pode assumir caráter transnacional, conforme se vê no inciso IV do § 1.º do já mencionado artigo 149-A (que revogou os artigos 231 e 231-A do Código Penal), o qual define que a pena será aumentada de um terço até a metade se a vítima for retirada do território

nacional.

Várias são as situações em que a cooperação jurídica internacional pode se fazer necessária, vale dizer, nem sempre a ação coordenada entre os Estados se limitará à hipótese retratada no aludido inciso IV. Com efeito, o território brasileiro também poderá ser o destino das vítimas, o que bem demonstra a necessidade de uma efetiva cooperação para o enfrentamento do tráfico de pessoas de caráter transnacional, notadamente quando relacionado ao crime organizado.

Sucedo que, a despeito do disposto nos artigos 26 e seguintes do Código de Processo Civil, a cooperação jurídica internacional ainda necessita de disciplina específica na legislação processual penal, exigindo dos órgãos de persecução penal o recurso ao auxílio direto por meio de autoridades centrais, como uma das formas de assegurar a busca pela materialidade delitiva e de indícios de autoria nestes crimes transnacionais.

A carência de uma legislação processual



específica, além de tormentosa, pode gerar a quebra da segurança jurídica, entendida não como mera satisfação de exigências formais, mas sim como forma de assegurar a coexistência a partir da proteção de bens jurídicos, cujo sentimento somente será criado de maneira comunitária na razão direta do grau de participação comunitária (ZAFFARONI, PIERANGELI, 2008, p. 86-88), resultando em prejuízo não só à persecução penal, como também aos acusados em geral, na forma de ameaça às garantias processuais.

Como é cediço, o processo penal constitucional já não se mostra mais suficiente ao contexto internacional impulsionado pela globalização, sobretudo com a criminalidade organizada internacional, cujas consequências são sentidas em várias nações. As respostas do Direito Penal Clássico, do mesmo modo, não correspondem mais às novas formas de criminalidade, estabelecendo-se um vácuo legislativo agravado pela tradicional noção de soberania.

A internacionalização do direito penal, conflagrada com vigor a partir da criação do Tribunal Penal Internacional, assim como a transnacionalização do crime, trazem novos desafios à dogmática penal, fomentando também um complexo entrelaçamento de diferentes sistemas jurídicos, fazendo emergir regimes jurídicos concorrentes destinados ao efetivo enfrentamento da criminalidade transnacional.

A colheita da prova, neste sentido, encerra uma série de formalismos que, conquanto digam respeito às garantias processuais do acusado, podem não se repetir em sistemas jurídicos distintos, prejudicando a necessária cooperação jurídica entre os Estados envolvidos.

Neste sentido, reconhecer regras mínimas que aproximem estes sistemas jurídicos é imprescindível para o enfrentamento do tráfico de pessoas, possibilitando a higidez da

prova obtida em território estrangeiro com respeito às garantias processuais do acusado.

A partir do exemplo do crime do tráfico internacional de pessoas, propõe-se uma análise da cooperação jurídica internacional em matéria penal sob o contexto do postulado da proporcionalidade, concebido em um Estado Constitucional Cooperativo no qual restem imbricadas as máximas do "*nulla accusatio sine probatione*" e "*nulla probatio sine defensione*".

1. Considerações iniciais sobre o tráfico internacional de pessoas no contexto do princípio da proporcionalidade

Inicialmente, a tutela penal no tráfico de pessoas se dirigia unicamente a mulheres, sendo posteriormente adotada a rubrica tráfico internacional de pessoas, ainda no capítulo V do Título VI do Código Penal, isto é, no rol dos crimes contra os costumes. Posteriormente, mesmo com a mudança promovida pela Lei 12.015/2009, o tráfico de pessoas continuou se restringindo à tutela da dignidade sexual, isto é, ao especial fim de exploração sexual, deixando à margem de proteção o tráfico com o fim de trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, servidão ou remoção de órgãos; situações já abrangidas pelo Protocolo de Palermo e até mesmo pelo Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Contudo, punia-se também a conduta de promover ou facilitar a entrada de alguém no território brasileiro que vinha exercer prostituição ou outra forma de exploração sexual, mas, ao contrário do Protocolo de Palermo, silenciava-se a respeito do consentimento da vítima. Com a lei 13344/2016, dentre outras mudanças (em especial o desloca-



mento para o Título I do Capítulo VI do Código Penal, com evidente alargamento da tutela penal, em conformidade com o Protocolo de Palermo) e polêmicas (teria havido a incriminação apenas dos casos em que há violação de direitos dos quais a vítima não dispôs), reputou-se a exploração sexual como mais uma das finalidades do tipo penal ao lado da remoção de órgãos, submissão a trabalho em condições análogas à de escravo, submissão à servidão e adoção ilegal. (LEMONS, BEDÊ JÚNIOR, 2016, p. 35).

Do princípio ou postulado da proporcionalidade podemos extrair essencialmente duas premissas: a proibição do excesso na ação estatal (*übermassverbote*) e a proibição da proteção insuficiente ao bem jurídico tutelado (*untermassverbote*), de tal sorte que seja dada a máxima efetividade aos direitos fundamentais. Com efeito, a Constituição Federal determina não só a proteção do cidadão frente ao Estado, como também a proteção através do Estado, inclusive por meio do direito punitivo, na medida em que o cidadão deve ter seus direitos fundamentais protegidos diante da violência de outros indivíduos (STRECK, 2004, p. 242).

O enfrentamento ao tráfico internacional de pessoas bem ilustra a complexidade deste princípio diante dos novos contornos da criminalidade. Isto porque, representa grave risco à integridade física e, em especial, à liberdade da vítima, porquanto após coagida ou ludibriada, acaba sendo submetida a graves violações de seus direitos fundamentais, muitas vezes em razão da sistemática omissão de órgãos públicos internos. Assim é que, além de vítima do crime descrito no artigo 149-A – na forma simples ou com aumento de pena –, poderá vir a sofrer outras formas de violências, inclusive física, moral, sexual e psicológica. Da Antiguidade até o passado recente, o tráfico de pessoas era aceito. Sendo inicialmente

forjada a expressão “tráfico de brancas” ou apenas tráfico de mulheres, assinou-se, em 04 de maio de 1910, em Paris, a Convenção Internacional Relativa à Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas. Sob a Sociedade das Nações, firmou-se, em 30 de setembro de 1921, a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, complementada posteriormente pela Convenção de 11 de outubro de 1933 dirigida ao tráfico de mulheres maiores. Mas foi somente com a antiga Comissão de Direitos Humanos, já sob os auspícios da Organização das Nações Unidas, que o tráfico humano passou a ter protagonismo na agenda internacional por meio de recomendações de ações de prevenção e repressão dirigidas aos Estados (ACCIOLY et al., 2016, p. 502-503).

Deste modo, infere-se que o crime de tráfico de pessoas pode ser uma das etapas de uma cadeia criminosa que remete a uma série de outros crimes de natureza hedionda.

Por consequência, sob a vertente da proteção insuficiente ao bem jurídico tutelado, espera-se que o Estado busque o efetivo enfrentamento ao tráfico de pessoas, o que se dará não só pela criminalização da conduta, mas, sobretudo, por meio da criação de mecanismos de cooperação que possibilitem a troca de informações e a colheita de provas no estrangeiro, tutelando os direitos fundamentais da vítima.

Não obstante, especialmente quando já inaugurada a fase processual com a identificação do acusado, se reconhece no processo penal importante (se não o único) instrumento capaz de assegurar o respeito às suas garantias, conforme modelo democrático que vigora em regra nos países ocidentais. Por isso que



limitar o poder estatal é – sobretudo – demarcar até onde se pode avançar no exercício da jurisdição. A contenção deste poder não está atrelada unicamente à quantificação da pena, mas a toda a atividade que a antecede, em particular à produção da prova, já que é ela que sustenta a afirmação de existência – ou não – do crime narrado na denúncia (PLETSCH, 2007, p. 11).

Consectário de sua constitucionalização, o processo penal se realiza de acordo com o princípio da dignidade da pessoa humana. Como bem observa Aury Lopes Júnior,

no momento do crime, a vítima é o débil e, por isso, recebe a tutela penal. No processo penal opera-se uma importante modificação: o mais débil passa a ser o acusado, que, frente ao poder de acusar do Estado, sofre a violência institucionalizada do processo e, posteriormente, da pena (2017, p. 59).

Assim, para se estabelecer a adequada colheita da prova no que diz respeito ao tráfico internacional de pessoas, a atividade jurisdicional deverá recair em determinado Estado, sob pena, até mesmo, de uma dupla punição. Não menos delicadas são, ainda, a colheita e a gestão da prova, entendida como um instrumento do qual se utiliza o juiz para chegar a uma descrição verdadeira dos fatos (TARUFFO, 2018, p. 134), reforçando a inafastabilidade de uma disciplina internacional da cooperação jurídica internacional nestes casos.

Com efeito, a constitucionalização do processo penal já não atende mais às complexidades da criminalidade transnacional, porquanto vítimas, autores e o produto do crime estão distribuídos entre vários países, sendo bastante comum que a ação e resultado se realizem em territórios distintos. No campo do direito penal, duas tendências de pensamento se destacam diante deste novo fenômeno. Do ponto de vista da teoria do bem jurídico individualista (clássica), deve se ocupar apenas da proteção subsidiária e repressiva dos bens jurídicos essenciais ao desenvolvimento do indivíduo e por isso, com observância às regras clássicas

se um direito penal que encerre mecanismos para a proteção de bens jurídicos supraindividuais típicos da sociedade de risco (MACHADO, 2005, p. 179).

Enquanto no campo penal este conflito dogmático se realça diante de crimes transnacionais, em sede processual penal parece que a celeuma reside precisamente na existência de dois – ou mais – ordenamentos jurídicos distintos que juntos devem conformar a jurisdição, a colheita e a gestão da prova.

Em suma, diante de sistemas jurídicos diferentes – *common law* e *civil law* –, o processo penal pode não encontrar um terreno sólido para se desenvolver, gerando perigosas tendências à impunidade ou à violação de garantias e direitos fundamentais. Esta verdadeira sombra projetada pelos modelos adversarial e inquisitório obscurece uma análise mais ampla do direito processual comparado, ignorando que os sistemas acusatório e inquisitivo não deixam de ser formas de conformar os princípios e fins do processo penal. Sob o enfoque positivo,

los sistemas o tipo ideales del derecho penal comparado aluden a múltiples características del proceso penal a la vez, tal como ocurre con la inclusión en estos modelos o sistemas opuestos de rasgos tales como la discrecionalidad versus la obligatoriedad en la persecución penal, las declaraciones de culpabilidad que pueden terminar con la fase de juzgamiento (guilty pleas) versus la ausencia de esta clase de declaraciones, el tribunal como un árbitro pasivo o como un investigador activo, los jurados legos versus los jueces profesionales, las audiencias orales versus el expediente escrito, los procedimientos públicos versus secretos, el proceso penal concentrado versus el proceso penal secuencial, entre otros” Por outro lado, “para ampliar y trascender su análisis de derecho positivo e institucional, el derecho procesal penal comparado podría relacionarse más profundamente con las literaturas sobre derecho y economía, ciencias políticas, criminología y sociología (LANGER, 2015, p. 33-34).



No que diz respeito à jurisdição para a apuração do crime de tráfico internacional de pessoas, há evidente interesse dos Estados envolvidos, seja aquele de onde a vítima foi abduzida, seja aquele para onde ela fora levada. No atual texto, inciso IV, do § 1.º, do já mencionado artigo 149-A do Código Penal, há evidente preocupação com a retirada da vítima – independente de sua nacionalidade, sujeitando o agente ao aumento de pena de um terço até a metade. Por outro lado, ainda que na forma simples, a conduta de “acolher” pessoa no território brasileiro importa à prática do crime na forma simples, ampliando as hipóteses outrora elencadas no artigo 231, “caput” do Código Penal.

O Decreto 5.017, de 12 de março de 2004, que internalizou o marco da prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças, deu importante passo na direção da necessária unidade internacional, definindo, em linhas gerais, a forma de atuar dos Estados, dando continuidade ao processo iniciado a partir da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional.

Do teor destes diplomas internacionais é possível extrair elevado grau de proteção a direitos humanos, podendo situá-lo no mesmo nível das normas constitucionais, consectário da interpretação sistemática da Constituição, em especial dos § 2.º e § 3.º, do artigo 5.º, que se alia à racionalidade material e lógica que devem orientar a hermenêutica dos direitos humanos (PIOVESAN, 2016, p. 143).

Não se olvida que, a depender do núcleo do tipo e da finalidade do agente, há dissenso na doutrina quanto à natureza jurídica do consentimento da vítima, tanto para a exclusão da tipicidade quanto da antijuridicidade. Neste sentido, conquanto a liberdade sexual que se relaciona ao inciso V do artigo 149-A do Código Penal torne possível a exclusão do crime pela disponibili-

dade do bem jurídico, o tráfico de pessoas para a extração de órgãos, tipificado no inciso I do mesmo dispositivo, cuidaria de bem jurídico indisponível, ex vi do artigo 15 da Lei 9434/1997. O critério da vulnerabilidade de determinado grupo de pessoas a partir do conceito de sociedade de risco tem ganhado destaque neste debate, o que não pacifica a questão quanto aos reflexos da difícil tarefa da valoração da prova nestes casos, sobretudo quando a vítima se sente ameaçada de deportação ou de outras represálias (BORER, 2019, p. 69).

Consequência deste raciocínio, o consentimento da vítima não poderá afastar a incidência do tipo penal, sobretudo no ilícito transnacional. Com efeito, o tráfico internacional de pessoas envolve a retirada da pessoa de um determinado Estado, sendo insuficiente a alegação de que dispunha de seu direito de liberdade para que seja afastada a tipicidade ou mesmo a antijuridicidade, sob pena de esvaziamento da convenção internacional, traduzindo proteção deficiente que fulmina o princípio da proporcionalidade.

Ademais, em que pese a tutela à liberdade ser o foco do tipo penal, não se pode ignorar que o tráfico internacional de pessoas atenta também contra a estabilidade da ordem internacional, colocando os cidadãos de países em desenvolvimento em situação de presumida vulnerabilidade. Cremos com isto que, independentemente do consentimento da vítima, o tráfico internacional de pessoas reivindica a persecução penal, tanto na saída quanto no ingresso de pessoas em nosso país, na forma do artigo 149-A, e conforme a convenção internacional com status de norma constitucional e a lei interna.



2. Jurisdição, processo penal e crimes transnacionais – considerações sobre o “*ne bis in idem*”

O princípio do *ne bis in idem* se relaciona primariamente com as garantias processuais do acusado, sobretudo quando pensado em ordens jurídicas internas. Contudo, quando analisamos o seu papel no sistema do Tribunal Penal Internacional e em toda ordem internacional, verificamos que ele acaba exercendo uma função de fixação de competência no caso de concorrência de jurisdições. Nessa perspectiva, antes mesmo de ser considerado uma garantia ao acusado, o “*ne bis in idem*” funciona como um mecanismo de articulação entre jurisdições concorrentes, vale dizer, uma ferramenta racional de fixação da persecução penal. Esta proteção é encontrada no plano internacional, especialmente no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, no protocolo 7 da Convenção Europeia de Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, e ainda na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (BERNARD, 2011, p. 863-866).

O artigo 1.º, inciso I do Código de Processo Penal destaca que o processo penal será por ele regido em todo o território brasileiro, ressalvando-se os tratados, convenções e regras de direito internacional.

Neste diapasão, convém assinalar que não há no Estatuto Processual Penal uma regra própria, como se verifica no Código de Processo Civil, a respeito de exclusividade ou concorrência de jurisdições. Na verdade, o próprio legislador parece confundir competência com jurisdição, na medida em que no artigo 69 disciplina os critérios de competência interna fazendo alusão à “competência jurisdicional”.

Esta omissão, à semelhança do que ocorre com a cooperação jurídica internacional, traz algumas dificuldades, sobretudo no que diz

respeito aos crimes transnacionais e ao princípio do *ne bis in idem*. Demais disso, importante alertar que, ao contrário do que ocorre em âmbito interno, não haverá tribunal para dirimir eventuais conflitos de jurisdições.

O recurso ao artigo 7º do Código Penal traz alguma luz ao problema, embora se refira a norma de caráter eminentemente híbrido. Tratando-se de crime ao qual o Brasil se obrigou a reprimir em tratado internacional, basta a presença das condições indicadas no § 2º, para que a lei brasileira seja aplicável e, por conseguinte, a sua jurisdição. Esta hipótese de extraterritorialidade condicionada se refere à cooperação penal internacional “existente entre os povos para prevenir e reprimir aquelas infrações penais que interessam a toda a comunidade internacional” (BITTENCOURT, 2009, p. 19).

No acórdão da Ext 1541/DF (BRASIL, 2019) entendeu-se que na extraterritorialidade de crimes a competência é concorrente entre os Estados, isto é, em infrações penais comuns – como é o caso – prevalecerá a jurisdição estrangeira, caso não exista ainda procedimento judicial persecutório penal contra o extraditando no Brasil. No caso, a Lei 13455/2017 e o Tratado de Extradicação entre Brasil e México deram as balizas para o devido processo legal em nossa Corte Suprema. Recorreu-se, outrossim, à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, internalizada por ambas as nações envolvidas em seus ordenamentos jurídicos, com especial destaque ao seu artigo 15, 2. Ressalvou-se ainda que, a despeito da existência de inquérito policial sobre os mesmos fatos instaurado no Brasil, não procedia a alegação de violação ao princípio do *ne bis in idem*, pois inexistindo procedimento judicial persecu-



tório, prevalecia a competência estrangeira.

Da análise do julgado, ao menos no que tange à jurisdição aplicável, parece-nos que o entendimento é no sentido de que será concorrente entre os países interessados, sobretudo diante do compromisso de ambos em erradicar determinada conduta criminosa mediante tratado internacional. Pelo princípio do “ne bis in idem”, reputou-se que inexistindo procedimento persecutório judicial no Brasil não haveria qualquer ofensa, o que nos permite deduzir que, contrario sensu, estando em curso processo criminal também em nosso território, a solução seria diferente, ex vi do já citado artigo 15, 2 da Convenção das Nações Unidas.

O artigo 8.º, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o artigo 14, do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, ambos incorporados ao ordenamento jurídico pátrio com status de norma supralegal, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal, trazem garantias processuais ao acusado, dentre as quais, a impossibilidade de ser processado ou punido por um delito para o qual já fora absolvido ou condenado por sentença passada em julgado. Por outro lado, contudo, com a ressalva do disposto no artigo 8.º do Código Penal em julgamento do crime de lavagem de dinheiro, o Tribunal Regional Federal reputou possível o duplo julgamento no exterior e no Brasil, já que a execução e efeitos do crime teriam se dado principalmente no Brasil, prevalecendo, assim, a regra da territorialidade. No RHC 78684/SP, a 5.ª Turma do Superior Tribunal de Justiça confirmou o entendimento, assumindo que pelo previsto no artigo 5.º do Código Penal, a persecução penal sobre crime cometido também no Brasil, ainda que iniciada a execução em outro país, independe de condenação no exterior, desde que observada a regra do artigo 8.º do Código Penal já mencionado.

Como vê, a controvérsia sobre o ne bis in idem

em crimes que envolvem dois ou mais países está longe de ser superada. Mesmo na quinta emenda dos Estados Unidos da América, na qual, ainda que em outro contexto, vigora a double jeopardy clause, proibindo a dupla punição por um mesmo fato, houve clara mitigação de sua aplicação por meio da doutrina do separate sovereigns [1].

Estas situações bem demonstram as implicações dos “crimes sem fronteiras”, do qual faz parte o tráfico internacional de pessoas. Se de um lado reforçam o compromisso dos países em afastar a impunidade, certo que podem trazer insegurança, notadamente quando estão envolvidos sistemas jurídicos distintos.

Nesta senda, deve ser buscada uma ação coordenada entre os países que estabeleça regras mínimas e que possibilite uma efetiva persecução penal sem duplas punições, estabelecendo-se uma conexão que garanta uma colheita compartilhada de provas e a preservação de garantias processuais do acusado, entre as quais a vedação ao ne bis in idem.

2.1. O Tratado de Lisboa e a cooperação jurídica em matéria penal na União Europeia

O tratado de Lisboa, cuja entrada em vigor se deu em 1.º de dezembro de 2009, conferiu mais que personalidade jurídica à União Europeia, inaugurando, entre outros, o que se denominou como sendo o Direito Penal e o Direito Processual Penal Europeu, consequência da europeização política e econômica. Esta integração se realiza por meio do tratamento eficaz da criminalidade transnacional e da proteção da liberdade, dos direitos fundamentais e da garantia da legitimidade democrática, respeitados os sistemas e tradições jurídicas dos Estados-Membros (MOURA, 2020, p. 29).



Por respeito a sistemas e tradições jurídicas dos Estados-Membros, entende-se uma série de princípios e garantias mínimas que assegurem este tratamento eficaz da criminalidade transnacional com a proteção da liberdade e dos direitos fundamentais, inclusive do acusado.

Esta transnacionalização do Direito Penal e do Direito Processual Penal na União Europeia fornece, assim, um campo de observação propício à análise da expansão do processo penal, revelando uma tensão entre aspectos da soberania, cidadania e democracia, suscitando um debate em torno do Direito Penal clássico e das modernas formas de criminalidade, dentre as quais o tráfico internacional de seres humanos.

Tendo em vista o objeto deste artigo, a gestão e, em especial, a colheita da prova servem de importante ponto de reflexão sobre os desdobramentos desta internacionalização do processo penal e suas implicações sobre a eficaz redução da criminalidade transnacional e sobre a proteção da liberdade e dos direitos fundamentais. Como é cediço, a prova não se confunde com elemento de informação, devendo ser compreendida como “uma relação de meio e fim com a descoberta da verdade, sua função lógico-jurídica, e que tem no procedimento probatório a forma com que tal relação se estabelece.” (BECHARA, 2011, p. 36). No contexto da cooperação jurídica internacional, ganha relevo a prova transnacional, vale dizer, “aquela cuja fonte de prova encontra-se dentro dos limites de soberania de outro Estado, e que, portanto, requer a cooperação e o auxílio deste para a obtenção do dado ou elemento probatório.” (BECHARA, 2011, p. 37-38).

Da mesma forma, Bernd Schünemann reconhece o conceito de processo penal transnacional nas hipóteses em que a persecução penal envolva diversos Estados-Membros da União Europeia, sendo que a

fixação da competência recairá em apenas um Estado que ficará responsável pela investigação e pelo processo. Sem embargo, este Estado conduzirá a investigação ou executará medidas restritivas com alcance transnacional, o que exige a definição de diferentes níveis de proteção, a depender dos graus de restrições. Para isto, a persecução nestes moldes só se legitima se o direito europeu assegurar medidas protetoras elevadas ao mais alto nível realizável na Europa, o que se mostra compatível com o aumento dos poderes persecutórios dos Estados-Membros (2013, p. 271).

Estas verdadeiras regras mínimas [2] devem orbitar em torno dos princípios do *ne bis in idem* e da culpabilidade, dando legitimidade às incursões persecutórias a nível transnacional.

É precisamente esta estrutura da União Europeia que nos permite uma reflexão acerca da nova realidade que vem moldando o processo penal internacional, funcionando em meio a tensões entre a soberania, os direitos fundamentais e a persecução penal deflagrada por um Estado-Membro fora de seus limites territoriais. Esta opção por normas mínimas comuns nos processos penais se deu por um conjunto de diretivas que compreendem, dentre outros, o direito à informação no processo penal, o direito de acesso a um advogado em processo penal e nos processos de execução de mandados de detenção europeus e presunção de inocência, extraídos essencialmente de tratados e convenções de Direitos Humanos, como a Carta de Direitos Fundamentais dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, ressaltando expressamente a possibilidade dos Estados-Membros alargarem os direitos para uma proteção



mais elevada.

Com efeito, ainda que a coordenação em matéria penal tenha se desenvolvido com vigor a partir dos tratados que formaram a União Europeia, não é menos correto que a tutela interna dos direitos fundamentais ganhou um novo contorno, porquanto se dirige também a outros Estados-Membros, cujas perseguições se irradiam para outros territórios.

Por tal razão, os direitos humanos, em um contexto do Direito Constitucional Internacional, parecem viabilizar a internacionalização do processo penal com base em regras mínimas imprescindíveis para a sua legitimação. Esta construção deve ter por paradigma o conceito de Estado Constitucional Cooperativo, por meio de perspectiva que transcenda as definições clássicas de soberania sem que atente contra atributos inalienáveis da cidadania, outrora entendida como desdobramento

em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não cidadãos. Esclareço os conceitos. Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantir de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular (CARVALHO, 2019, p. 15).

A escolha pela análise da transnacionalização do processo penal a partir do crime do tráfico internacional de seres humanos, portanto, não é sem fundamento. As tutelas à vida, à liberdade e à integridade física estão em profunda tensão, competindo aos Estados envolvidos uma complexa ação coordenada de acordo com o princípio da proporcionalidade. Ainda na Europa, no tocante ao tráfico de seres humanos, há

obrigação legal de cooperação internacional entre os Estados do Conselho da Europa, articulada a partir do caso *Rantsev versus Chipre e Rússia*, por meio do qual a Corte Europeia de Direitos Humanos firmou uma obrigação positiva de cooperação com outros Estados, conferindo medidas práticas exigidas dos Estados em matéria de tráfico de seres humanos pelo Grupo de Peritos do Conselho da Europa sobre Tráfico de Seres Humanos (VOORHOUT, 2020).

Daí porque a perseguição envolvendo o crime transnacional de tráfico de seres humanos pode trilhar em essência dois caminhos, vale dizer, por meio da cooperação internacional desenvolvida a partir de regras mínimas de proteção ou, ainda, por meio do Tribunal Penal Internacional.

2.2. Cooperação jurídica internacional em matéria penal e o tráfico internacional de pessoas

A par das críticas lançadas sobre a europeização dos Direitos Penal e Processual Penal, mostra-se inegável que a natureza jurídica da União Europeia possibilitou um solo fértil para o desenvolvimento de uma estrutura mínima capaz de proporcionar a coordenação dos Estados-Membros na busca pela eficaz perseguição dos crimes transnacionais aliada à proteção da liberdade e dos direitos fundamentais.

Nos demais países, o recurso à cooperação jurídica internacional materializada por meio fundamentalmente de acordos bilaterais, tem sido o mecanismo que tem garantido a interlocução entre Estados-Membros para a eficaz colheita de prova nos crimes transnacionais. Só que, ao contrário da realidade europeia, nesses casos não há a mediação da União ou do Conselho Europeu, sendo necessária uma



aproximação de entes soberanos por meios de suas autoridades centrais.

A dificuldade decorrente desta falta de um ente mediador promove uma certa ambiguidade na persecução penal transnacional. De um lado, dispensa um amplo consenso entre várias nações para possibilitar a obtenção da prova em outro ente soberano; lado outro, funciona em ambiente carente de maior segurança jurídica, vez que disciplinado geralmente para casos concretos, por meio de acordos multilaterais ou acordos bilaterais pontuais, suscetíveis a maiores tensões em razão da coexistência de sistemas jurídicos sensivelmente distintos.

Não se olvide que os sistemas probatórios europeu (*civil law*) e anglo-americano (*common law*), devem reverberar padrões de julgamento justo como fundamento de conformação para um consenso internacional que seja capaz de ditar uma teoria comum sobre o direito de prova, garantindo uma defesa mais efetiva na fase do pré-julgamento e um ativismo judicial garantidor da justiça dos procedimentos sob o viés dos princípios da paridade de armas e do contraditório. Relevante também o consenso em torno da formação do Tribunal Penal Internacional, cujo estatuto, aprovado por cento e sessenta e dois Estados-Membros das Nações Unidas, bem sintetiza regras de direito penal internacional e de procedimento aceitas pelos signatários (BECHARA et al., 2019, p. 714-715).

No entanto, inexistindo uma figura representativa à semelhança da União Europeia, forçoso reconhecer a fragilidade dos laços entre os Estados interessados (em essência, o Estado solicitante e o solicitado), sobretudo quando a mercê de grupos políticos específicos e de discursos ideológicos.

É justamente neste sentido que se reconhece na cooperação jurídica um passo importante para a sedimentação do processo penal no

contexto internacional, capaz de materializar a persecução penal nos crimes transnacionais.

Nossa legislação, contudo, não atentou especificamente para a cooperação jurídica internacional em matéria penal, limitando-se à sua disciplina nos artigos 26 a 41 da Lei 13105 de 16 de março de 2015 [3].

Não obstante, o recurso à medida tem ganhado cada vez mais destaque, o que reforça a importância de um aparato supralegal (senão constitucional) formatado a partir de tratados internacionais que materializem uma ação coordenada na eficaz persecução penal daqueles crimes graves – à semelhança do que ocorre no rol do artigo 83, § 2º, do Tratado de Lisboa –, sem prejuízo às garantias mínimas necessárias para o processo e julgamento dos acusados.

Em suma, já vivenciamos a transnacionalização do processo penal, consectário do Direito Constitucional Internacional que vem moldando a ordem internacional em torno dos Direitos Humanos – pensados aqui também sob o prisma do princípio da proporcionalidade.

No que diz respeito ao tráfico internacional de pessoas, a persecução penal envolvendo o Brasil e outro país poderá estar sujeita, entre outros, ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; à Convenção Americana de Direitos Humanos; à Convenção de Palermo; ao Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças; e a acordos pontuais, além é claro, em âmbito interno, à Constituição Federal; Código de Processo Penal e Lei 13344/2016.

Permanece, no entanto, um ponto de reflexão no que diz respeito à gestão e colheita da prova e às medidas restritivas.



Com efeito, dirigindo-se a cooperação jurídica à obtenção da prova, como muito bem reproduz o mandado europeu de obtenção de prova (european evidence warrant), inegável o ponto de tensão que pode existir entre os países envolvidos – solicitante e solicitado – notadamente pelo que dispõem suas legislações internas.

Estamos a falar das regras envolvendo a obtenção de prova de acordo com as normas do país solicitante e do país solicitado, bem como sobre as consequências da inobservância a estas normas.

Poderia um acordo bilateral mitigar ou mesmo afastar garantias processuais (materializadas, como vimos, em tratados internacionais de direitos humanos) do acusado em benefício da eficaz persecução penal nos crimes de tráfico internacional de pessoas?

Partindo do entendimento já esposado pelo Parlamento e Conselho Europeu, é justamente este o papel das regras mínimas, isto é, consagrar um direito a um processo equitativo que reforce a confiança mútua a partir da proteção dos direitos processuais e das garantias decorrentes da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e da Convenção Europeia de Direitos Humanos.

Em outras palavras, é o respeito aos direitos humanos, nos quais se incluem as garantias processuais do acusado, que legitimará a cooperação internacional, propiciando que a decisão adotada pelo país solicitante seja respeitada pelo país solicitado, muitas vezes competente igualmente pela persecução penal.

3. A Corte Penal Internacional nos crimes de tráfico internacional de seres humanos

A Corte Penal Internacional surgiu com a virtude de se diferenciar dos tribunais ad hoc, baseando a sua atuação no princípio do *nullum crimen sine lege*. Dada a sua natureza universal,

el Estatuto tampoco decide la cuestión em torno al sistema procesal. Existe consenso general respecto de que el procedimiento ante la CPI es mixto em cuanto contiene elementos estructurales tanto del sistema adversarial como del inquisitivo. Sin dudas, como se explico anteriormente, los términos adversarial/inquisitivo tienen que ser utilizados com cautela y sólo em sentido general de la aún existente división entre el common law y el derecho continental o civil, mejor expressada por la dicotomia entre um sistema coordenado y horizontal de los partes versus um enfoque del caso liderado por el juez (instruktorisch), de forma jerárquica y vertical (AMBOS, 2010, p. 154-155).

Interessa saber, no entanto, se e quando o crime de tráfico internacional de pessoas poderá ser submetido à Corte Penal Internacional. Vimos que, via de regra, o tipo penal será processado e julgado perante a justiça interna de acordo com regras próprias de extraterritorialidade. Para a obtenção de provas, faz-se necessário o recurso à cooperação jurídica internacional, passo importante de consolidação do processo penal internacional associado à globalização do crime.

Assim como observado quanto à União Europeia, cuja natureza pressupõe, em tese, um amplo consenso e a mútua confiança entre seus Estados-Membros, o que permitiria deduzir a implementação de medidas de harmonização dos sistemas jurídicos correspondentes, ex vi do artigo 83.º, 2 do Tratado de Lisboa. A criação da Corte Penal Internacional conta com a vantagem de nela concentrar o julgamento de determinados crimes

que por sua especial crueldade e desumanidade, assim como pela intensidade no que se refere às pessoas e bens jurídicos afetados, atentam contra os direitos humanos inerentes a toda pessoa e, portanto, contra a comunidade internacional e em cuja prática, na maioria dos casos, os Estados ou, mais concretamente, representantes de suas mais altas instituições se veem envolvidos, ultrapassando a tradicional visão do delinquente (SANZ HERMIDA, 2006, p. 50-51).



Deste modo, por meio da aplicação de princípios de justiça universal e justiça supletória, criou-se uma nova hipótese de aplicação extraterritorial da lei penal, “em que o vínculo de conexão que fundamenta o julgamento desses fatos delitivos ultrapassa os tradicionais limites do exercício do jus puniendi estatal” (SANZ HERMIDA, 2006, p. 52).

O artigo 5º, do Estatuto do Tribunal Penal Internacional elenca as quatro hipóteses em que a Corte terá competência para julgamento, a saber: a) crime de genocídio; b) crimes contra a humanidade; c) crimes de guerra; d) crime de agressão. A sua jurisdição, repise-se, será complementar às jurisdições penais nacionais, vale dizer, o próprio Estatuto reforça o princípio de justiça supletória que o rege.

Contrariando ainda a proposta alemã, o Estatuto determina que a jurisdição do Tribunal não é direta e sim complementar. É preciso, em qualquer hipótese, que se demonstre, preliminarmente, que o Estado com jurisdição direta sobre o caso não a exerceu, ou que, ao exercê-la, demonstrou inequivocamente que o fez tão-só para proteger o acusado, ou dar uma aparência de seriedade à investigação ou ao processo criminal (art. 17). É, portanto, a regra do esgotamento dos procedimentos internos, como condição para que se abra a jurisdição internacional” (COMPARATO, 2003, p. 451).

Dado o caráter de justiça universal, ao contrário do que ocorre nos acordos de cooperação jurídica, há extensa disciplina sobre o procedimento a ser adotado, inclusive no que diz respeito à matéria probatória [4].

Analisadas estas características fundamentais da Corte, resta identificar se o crime de tráfico internacional de pessoas estaria a ela sujeito. Segundo o artigo 7.º, § 1º, do Estatuto do Tribunal Penal Internacional, “entende-se por crime contra a humanidade, qualquer um dos atos seguintes, quando cometido no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse

ataque”. São crimes contra a humanidade, dentre outros, a “escravidão” (alínea “c”) e a “agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável” (alínea “g”); a alínea “k”, por sua vez, reputa como sendo crime contra a humanidade “outros atos desumanos de caráter semelhante que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental”. Prossegue o § 2.º, alínea “c”, definindo escravidão como “o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças.”

Posto isto, há nítida competência da Corte Internacional Criminal sobre o crime de tráfico internacional de pessoas. Contudo, à semelhança de outros casos em tese submetidos àquele Tribunal, encontramos uma barreira importante para o pleno exercício desta competência.

The literature has tended to critique the politicized nature of prosecutorial discretion and the production of problematic selection patterns. The latter research includes warnings about the risk of prosecutors adopting selection practices that are based on the alleged perpetrator’s group identity, e.g., their ethnicity, nationality or political affiliation (KOTECHA, 2020, p. 108-109).

O risco, portanto, reside precisamente na possibilidade de países ricos, muitas vezes diretamente implicados na atividade criminosa, inclusive com a conivência de agentes públicos, ficarem à margem da competência do Tribunal Penal Internacional, evidenciando uma perigosa distorção onde somente seriam julgadas e processadas autoridades ligadas a países



menos desenvolvidos. Por outro lado, poderíamos ter situações de excesso de punição, sobretudo em razão de jurisdições concorrentes ao Tribunal Penal Internacional. Daí a inegável e necessária complementaridade da Corte Internacional Criminal, que de certa forma realça o protagonismo dos entes estatais na persecução penal dos crimes transnacionais, inclusive o tráfico internacional de pessoas.

Considerações finais

O tráfico internacional de pessoas é matéria essencialmente de direitos humanos, exigindo do Brasil efetiva ação, consectário do que dispõe o artigo 4.º, inciso II, da Constituição Federal.

Em razão do caráter transnacional, o *ne bis in idem* é uma questão que inevitavelmente surge, o que bem demonstra a necessária coordenação dos Estados envolvidos como forma de disciplinarem suas ações, notadamente no que diz respeito à colheita e gestão da prova, conformando regras mínimas que atentem às garantias processuais, sem com isso prejudicar a efetiva persecução do crime.

Ainda que carecedor de uma disciplina própria no que diz respeito à cooperação jurídica internacional, o Brasil dispõe de mecanismos para processar e julgar o crime de tráfico internacional de pessoas. Assim, a sistemática adotada compreende, como alhures exposto, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos; a Convenção Americana de Direitos Humanos; a Convenção de Palermo; o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças; a própria Constituição Federal; o Código de Processo Penal e a Lei 13.344/2016.

Pela sua natureza e pelo caráter de crime que atenta contra os direitos humanos indisponí-

veis, o consentimento da vítima é irrelevante para a tipicidade penal, assegurando a persecução penal tanto pelo ingresso quanto pela saída da vítima nas condições elencadas nos incisos I a V do artigo 149-A do Código Penal.

Ressalte-se, outrossim, que assim como ocorre com o Direito Penal, profundamente impactado pela transnacionalização do crime, o processo penal encara um desafio igualmente inquietante, resultado da necessidade de se assegurar o equilíbrio entre o respeito às garantias processuais fundamentais dos acusados e a efetiva tutela de bens jurídicos penalmente relevantes. Esta situação, como é cediço, tem desencadeado sensíveis transformações nos conceitos de soberania e cidadania, com reflexos imediatos no Direito Penal e no Direito Processual Penal.

A Corte Penal Internacional surge como via jurisdicional complementar e subsidiária, o que, de certa forma, pode fazer com que países mais ricos fiquem à margem de sua jurisdição, sobretudo nos casos de omissões de seus agentes estatais no enfrentamento do tráfico internacional de pessoas.

Neste sentido, as jurisdições internas, com as ressalvas já feitas acerca do *ne bis in idem* e dos princípios da proporcionalidade e da extraterritorialidade, continuam sendo competentes para processarem e julgarem o delito, sobretudo no caso do Brasil, de acordo com o disposto no artigo 1.º, inciso III e art. 4.º, inciso II da Constituição Federal.

Portanto, temos que o sistema legal nos crimes de tráfico internacional de pessoas compreende não só as regras de direito material da Lei 13344/2016, como também uma nova perspectiva do processo penal, projetado agora internacionalmente.



O Decreto 10.452, que promulgou o Acordo Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, fomenta a criação de equipes conjuntas de investigação inspiradas pelo modelo das Joint Investigation Teams, genericamente previstos em tratados multilaterais contra a criminalidade, dos quais o Brasil já fazia parte. Tal instrumento, frise-se, já vinha previsto na Lei 13.344/2016 em seu artigo 5º, inciso III, o que realça o seu pioneirismo no ordenamento jurídico, demonstrando que o crime de tráfico internacional de pessoas figura como paradigma para o desenvolvimento de uma política cooperativa entre os países na persecução criminal de crimes que atentam contra os direitos humanos.

Espera-se, assim, que o Brasil formate um sistema de persecução penal capaz de assegurar a concretização de seu compromisso no efetivo combate ao tráfico internacional de pessoas.

Referências

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, G. E.; CASELLA, Paulo B. Manual de Direito Internacional Público. 22ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016, 1000p.

AMBOS, Kai. "El derecho penal internacional en la encrucijada: de la imposición ad hoc a un sistema universal basado en un tratado internacional". Revista de Estudos Criminais, Porto Alegre, v. 10, n. 38, p. 141-174, jul./set. 2010. Disponível em: <http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=120936>. Acesso em 25 mai. 2021.

BECHARA, Fábio R. Cooperação jurídica internacional em matéria penal: eficácia da prova produzida no exterior. São Paulo: Editora Saraiva, 2011, 215p.

BECHARA, Fábio R. SMANIO, Gianpaolo P.; GIRARDI, Karin B. Cooperação jurídica internacional na operação "lava jato": análise crítica a partir da diversidade entre os sistemas jurídicos nacionais. Revista brasileira de direito processual penal, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 703-736, mai./ago. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.22197/rbdpp.v5i2.229>>. Acesso em 21 mai. 2021.

BERNARD, Diane. Ne bis in idem — Protector of Defendants' Rights or Jurisdictional Pointsman? Journal of International Criminal Justice, Volume 9, Issue 4, September 2011, Pages 863–880, <https://doi-org.ez347.periodicos.capes.gov.br/10.1093/jicj/mqr018>. Acesso em 02 jun. 2021.

BITTENCOURT, Cezar R. Código Penal Comentado. 5ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009, 1259p.

BRASIL. Decreto n. 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/do592.htm>. Acesso em 02 jun. 2021

BRASIL. Decreto n. 5017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5017.htm>. Acesso em 02.06.2021.

BRASIL. Decreto n. 10.452, de 10 de agosto de 2020. Promulga o texto do Acordo



Quadro de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação, firmado pela República Federativa do Brasil, em San Juan, em 2 de agosto de 2010. Acesso em 02 jun. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9455.htm>. Acesso em 02 jun. 2021.

BRASIL. Lei n. 13.344 de 06 de outubro de 2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a lei n. 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm>. Acesso em 03.06.2021.

BRASIL. Lei n. 13869, de 5 de setembro de 2019. Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei n. 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei n. 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei n. 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13869.htm>. Acesso em 02 jun. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Extradicação n. 1541/DF. Relator Ministro Ricardo Lewandowski. 15 de outubro de 2019.

CARVALHO, José M. de. A cidadania no Brasil

: o longo caminho. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, 247p.

COMPARATO, Fábio K. A afirmação histórica dos direitos humanos. 11ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, 577p.

KOTECHA, Birju. The International Criminal Court's Selectivity and Procedural Justice. *Journal of International Criminal Justice*, Vol. 18, Issue 1, Mar. 2020, p. 107-139. Disponível em:

<<https://academic.oup.com/jicj/article/18/1/107/5841735>>.

<https://doi.org/10.1093/jicj/mqaa020>. Acesso em 21 mai. 2021.

LANGER, Máximo. La larga sobra de las categorías acusatorio-inquisitivo. *Revista brasileira de direito processual penal*, Belo Horizonte, v. 1, 32 p., 2015. Disponível em: <http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=131111>. Acesso em 26 mai. 2021.

LEMOS, Isadora Z.; BEDÊ JUNIOR, Américo. A tutela penal do tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual: trajetória legislativa e comentários à Lei nº 13.344/2016. *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, Porto Alegre, v. 13, n. 74, p. 17-41, out./nov.. 2016. Disponível em: http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=133040. Acesso em 25 mai. 2021.

LOPES JÚNIOR, Aury. *Direito Processual Penal*. 14ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2017, 1149p.

MACHADO, Marta R. de A. *Sociedade do risco e direito penal: uma avaliação de novas tendências político-criminais*. São Paulo: IBCCRIM, 2005, 236p.

MOURA, Bruno. *O tratado de Lisboa e a*



legitimidade do Direito Penal e Processual Penal Emergente. Disponível em: <http://www.revistaliberdades.org.br/site/outrasEdicoes/outrasEdicoesExibir.php?rcon_id=93>. Acesso em 21 mai. 2021.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. 16ª. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016, 735p.

PLETSCH, Natalie R. Formação da prova no jogo processual penal. São Paulo: IBCCRIM, 2007, 151p.

SANZ HERMIDA, Ágata M. A Corte Penal Internacional: jurisdição e competência. Ciências Penais: Revista da Associação Brasileira de Professores de Ciências Penais, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 50-66, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=93031>. Acesso em 21 mai. 2021.

SCHÜNEMANN, Bernd. As bases do processo penal transnacional. Trad. Heloísa Estelitta. In: Greco, Luís. Estudos de direito penal, processual penal e filosofia do direito. São Paulo: Marcial Pons, 2013, 265-281p.

STRECK, Lenio L. A dupla face do princípio da proporcionalidade e o cabimento de mandado de segurança em matéria criminal: superando o ideário liberal - individualista - clássico. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 53, p. 223-251, mai./set. 2004. Disponível em: <http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=123076>. Acesso em 2 jun. 2021.

TARUFFO, Michele. Ermeneutica, prova e decisione. Revista brasileira de direito processual penal, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 129-148, 2018. Disponível em: <<http://200.205.38.50/biblioteca/index.asp?>

[codigo_sophia=141241](#). Acesso em 25 mai. 2021.

VOORHOUT, Jill E. B. C. van. Combatting Human Trafficking Holistically through Proactive Financial Investigations, Journal of International Criminal Justice, Volume 18, Issue 1, March 2020, Pages 87-106, <https://doi-org.ez347.periodicos.capes.gov.br/10.1093/icj/mqaa013>. Acesso em 03 jun. 2021.

ZAFFARONI, Eugenio R.; PIERANGELI, José H. Manual de Direito Penal Brasileiro. Volume I. 7ª. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, 766p.

NOTAS:

[*] o autor é Delegado de polícia civil no Estado de São Paulo, mestrando em Direito Político e Econômico (Universidade Presbiteriana Mackenzie). Possui graduação em Direito, pós-graduação em Direito e Processo Penal e pós-graduação em Direito Penal Econômico. Este artigo foi selecionado pelo Edital nº 001/2021-CCCP Mercosul.

[1] Pela doutrina do separate sovereigns há um limite à double jeopardy clause, qual seja, que uma pessoa não pode ser processada e julgada duas vezes por um ente pelo mesmo crime. Assim por exemplo, por serem entes distintos, o governo federal e os estados poderiam mover ações sobre o mesmo fato em suas jurisdições. Disponível em <<https://harvardlawreview.org/2019/11/gamble-v-united-states/>>. Acesso em 21.05.2021.

[2] Destaque para o artigo 83, § 1.º do Tratado de Lisboa, segundo o qual “o Parlamento Europeu e o Conselho, por



meio de directivas adoptadas de acordo com o processo legislativo ordinário, podem estabelecer regras mínimas relativas à definição das infrações penais e das sanções em domínios de criminalidade particularmente grave com dimensão transfronteiriça que resulte da natureza ou das incidências dessas infrações, ou ainda da especial necessidade de as combater, assente em bases comuns”, como o terrorismo, o tráfico de seres humanos e exploração sexual de mulheres e crianças, tráfico de drogas e armas, branqueamento de capitais, corrupção, contrafacção de meios de pagamento, criminalidade informática e criminalidade organizada e ainda para o § 2º, onde “sempre que a aproximação de disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros em matéria penal se afigure indispensável para assegurar a execução eficaz de uma política da União num domínio que tenha sido objeto de medidas de harmonização, podem ser estabelecidas por meio de directivas regras mínimas relativas à definição das infracções penais e das sanções no domínio em causa. Essas directivas são adoptadas de acordo com um processo legislativo ordinário ou especial idêntico ao utilizado para a adopção das medidas de harmonização em causa, sem prejuízo do artigo 76º.”

[3] Especial relevo é o artigo 27, inciso II da aludida lei, segundo o qual a cooperação jurídica internacional terá por objeto a colheita de provas e obtenção de informações. Ainda segundo o artigo 30, inciso II, além dos casos previstos em tratados de que o Brasil faz parte, o auxílio direto terá o objetivo de colheita de provas, salvo se a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária brasileira.

[4] Neste sentido, o artigo 61, 6, “a”, “b” e “c”

possibilita ao acusado contestar as acusações, impugnar as provas apresentadas pelo procurador e ainda a apresentar provas. Além disso, pelo artigo 69, 7, “não serão admissíveis as provas obtidas com violação do presente Estatuto ou das normas de direitos humanos internacionalmente reconhecidas quando: essa violação suscite sérias dúvidas sobre a fiabilidade das provas; ou a sua admissão atente contra a integridade do processo ou resulte em grave prejuízo deste.” Por fim, o artigo 70 reconhece como sendo infração à Administração da Justiça a apresentação de provas sabidamente falsas, além da destruição ou alteração dolosa de provas ou interferência nas diligências de obtenção de prova.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

ARANHA FILHO, José Antônio Pinheiro. A persecução penal no crime de tráfico internacional de pessoas. **Revista Mercopol**, Brasília, ano 15, n. 13, p. 36-52, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/publicacoes/view>. Acesso em: [dia] [mês] [ano].



Genética forense no auxílio a investigações transnacionais: correlação de crimes envolvendo América do Sul

Aline Costa Minervino [*]
Polícia Federal
Brasília/DF, Brasil

Resumo

Organizações criminosas têm atuado além das fronteiras internacionais com maior facilidade. Com isso, as ferramentas utilizadas no combate ao crime transnacional precisam ser aprimoradas. No campo forense, a cooperação internacional pode ocorrer pela utilização de ferramentas disponibilizadas, como por exemplo o Banco de DNA da INTERPOL, o qual permite vincular crimes transnacionais e indicar a autoria do crime. Este trabalho se propõe a relatar a utilização da genética forense no mundo como ferramenta de auxílio à investigação, em especial na América Latina, onde ao menos doze países possuem bancos de perfis genéticos, além de ressaltar o aumento recente da contribuição brasileira no compartilhamento internacional de perfis genéticos. Em seguida, o trabalho visa descrever a ligação entre três crimes ocorridos entre 2016 e 2019 envolvendo furtos e/ou assaltos à mão armada em duas cidades brasileiras e uma cidade na Guiana Francesa, relação estabelecida pela coincidência entre perfis genéticos. Espera-se que mais investigações possam ser auxiliadas pelo compartilhamento internacional de dados forenses, em especial os perfis genéticos.

Palavras-chave: crime transnacional; genética forense; exame de DNA; Interpol.

Introdução

“Se o crime ultrapassa as fronteiras, também o devem as forças de aplicação da lei”, afirma o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi A. Annan, no prefácio da Convenção contra o Crime Organizado Transnacional (UNITED NATIONS, 2004). Os crimes transnacionais incluem ações delituosas graves, com fins lucrativos, cometidos por grupos organizados e envolvendo mais de um país. Criminosos cometem crimes através das fronteiras internacionais com *modus operandi* mudando continuamente. Portanto, as metodologias e táticas para o combate ao crime devem evoluir continuamente.

A globalização e os avanços tecnológicos permitem que os criminosos cometam crimes além das fronteiras internacionais com maior facilidade do que nunca. As redes criminosas estão cada vez mais flexíveis, de

modo a adaptar as operações e seus modelos de negócios com base em oportunidades, incentivos e lucratividade. Com os métodos e táticas criminais mudando continuamente, as ferramentas utilizadas no combate ao crime também precisam acompanhar os fatos com o desenvolvimento das ações (INTERPOL, 2017).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas enfatiza que a presença do crime organizado transnacional pode afetar os países, principalmente ao contribuir para a diminuição de suas estabilidades, seguranças, governança e desenvolvimento social e econômico. Portanto, os países devem fortalecer seus sistemas de justiça criminal, aplicação da lei e capacidades de controle de fronteiras para desenvolver suas competências de investigar, processar, interromper e dismantelar redes de crime



organizado transnacional (UNITED NATIONS, 2019).

Considerando a possibilidade de assistência a crimes transnacionais, as instituições de segurança e justiça dos países devem fazer uso das ferramentas disponíveis para o intercâmbio internacional de dados criminais. Existe a alternativa de acordos de cooperação internacional, bilaterais ou multilaterais, que podem envolver informações ou pontuais ou muitas delas (BORDIGNON, 2019). Outra possibilidade, de implementação mais ágil, é a adesão às ferramentas disponibilizadas aos países membros de organizações internacionais de cooperação policial.

A INTERPOL, como a maior organização internacional de aplicação da lei do mundo, auxilia a polícia em seus países membros na luta contra o crime internacional, disponibilizando ferramentas e serviços para o intercâmbio internacional de dados policiais com o objetivo de desorganizar redes criminosas transnacionais e responder a ameaças criminosas emergentes (INTERPOL, 2017). Dentre estes dados, destaca-se o suporte forense por meio do compartilhamento de informações que podem auxiliar as investigações.

Dados forenses, como exames de DNA, geralmente são exclusivos de um indivíduo e, portanto, podem confirmar a identidade de uma pessoa e a presença no local do crime. No contexto internacional, os dados de genética forense também podem ser usados para vincular uma série de crimes transnacionais, permitindo identificar se um suspeito está cruzando fronteiras e cometendo delitos em diferentes países (MEG, 2009).

Este trabalho propõe fazer duas análises. Inicialmente, pretende-se relatar a utilização da genética forense no mundo — em especial na América Latina e no Brasil, como ferramenta de auxílio à investigação — e demonstrar o potencial do uso dos bancos de

perfis genéticos no combate ao crime organizado. Em um segundo momento, estabelece-se uma ligação entre três crimes ocorridos entre os anos de 2016 e 2019 envolvendo furtos e/ou assaltos à mão armada em duas cidades brasileiras e uma cidade na Guiana Francesa, relação esta estabelecida pela coincidência entre perfis genéticos.

Genética Forense no Auxílio a Investigações pelo Mundo

O exame de DNA, como muitas outras ciências forenses, é baseado em uma análise comparativa. Em crimes que envolvem vestígios biológicos, dentre os quais destaca-se aqueles contra o patrimônio utilizando armas de fogo e arrombamento, suspeitos apresentados pela equipe de investigação podem ter seus perfis genéticos comparados diretamente com aqueles encontrados no local de crime (GILL & JEFFREYS, 1985). Porém, quando não há suspeitos, uma ferramenta útil para a identificação de autorias de crimes é o uso do banco de perfis genéticos (GILL & LYGO, 1987). Devido ao aumento do uso de genética forense em todo o mundo, cada vez mais países usam bancos de dados nacionais para armazenar, gerenciar e comparar seus perfis genéticos.

Em meados da década de 1990, foram criados os primeiros bancos de dados de DNA. Inicialmente, muitos países limitaram a introdução de perfis genéticos em seus bancos de dados nacionais, dependendo do tipo de crime da qual as amostras biológicas foram coletadas (por exemplo, crimes violentos). Com o tempo, os critérios para incluir vestígios de mais tipos de crimes nas bases de dados foram ampliados (BUTLER, 2010).

A efetividade do uso de bancos de perfis



genéticos no auxílio a investigações é consenso (GILL, 2005). Crimes graves em série podem ser vinculados e seus autores parados por meio da coincidência entre perfis genéticos oriundos de vestígios biológicos de diferentes locais de crime, ou também pela coincidência com amostras de referências previamente cadastradas na base de dados (WERRETT, 1997). Quanto maior a inserção de perfis genéticos de indivíduos criminalmente cadastrados, sejam eles condenados ou suspeitos, maior será o índice de detecção de crimes e efetividade de bancos de dados de DNA (BUTLER, 2010).

Cada país possui legislações próprias que determinam em quais casos serão coletadas amostras biológicas, como serão comparados os perfis genéticos e por quanto tempo serão armazenados (BUTLER, 2010). No entanto, considerando que o uso da genética forense está relacionado aos aspectos éticos e às melhores práticas para a obtenção do perfil genético, essa questão precisa ser tratada em escala global. Para tanto, a INTERPOL auxilia a comunidade forense e policial ao apoiar e promover o uso da análise de DNA no âmbito nacional, regional e internacional (MEG, 2009).

A Unidade de DNA da INTERPOL foi estabelecida na Secretaria-Geral, em Lyon-França, em março de 2000, atendendo às demandas de muitos países membros. Inicialmente, foi estabelecido um grupo de consultores externos, o Grupo de Especialistas em Monitoramento de DNA da INTERPOL (MEG), para implementar diretrizes de melhores práticas internacionais e o intercâmbio internacional de dados. Este grupo atua no incentivo às autoridades dos países membros no intuito de implementar ou expandir bancos de perfis genéticos (MEG, 2009).

O Banco de DNA da INTERPOL foi desenvolvido em 2002 e tem sido utilizado em investigações policiais para pesquisa e

confronto de perfis genéticos oriundos de diversos países. Estes perfis podem estar relacionados a crimes não resolvidos, criminosos condenados, suspeitos, corpos não identificados ou pessoas desaparecidas. Assim, o Banco de DNA da INTERPOL é usado para vincular autores transnacionais a crimes cometidos em outros países, além de fornecer uma conexão entre os perfis genéticos de restos humanos não identificados e pessoas desaparecidas em escala internacional (FISCHER & HITCHIN, 2016).

O intercâmbio internacional de dados requer a garantia de que o país mantenha a propriedade de seus dados e o controle da inclusão, exclusão e restrições de acesso a outros países. Com base neste princípio, nenhum país pode acessar diretamente os bancos de dados de outro país, sendo o envio e o gerenciamento de dados realizado por meio do acesso ao DNA Gateway, fornecido diretamente a um país por meio do Escritório Central Nacional da INTERPOL (NCB) (MEG, 2009). No que diz respeito à confidencialidade dos dados, um parâmetro importante a ser considerado é que os perfis devem ser codificados por dados dissociados, conforme preconizado pela Declaração Internacional sobre Dados Genéticos Humanos (UNESCO, 2004). Em caso de correspondência entre perfis genéticos, os países envolvidos são informados e convidados a cooperar bilateralmente, a fim de prosseguir com o auxílio das investigações (MEG, 2009).

Com a finalidade de monitorar o uso de genética forense e bancos de perfis genéticos em todo o mundo, a Unidade de DNA da INTERPOL realiza periodicamente uma pesquisa global como os países membros. A última pesquisa foi realizada em fevereiro de 2019, quando 194 escritórios da INTERPOL foram solicitados a fornecer suas estatísticas nacionais para



o período que terminava no fim do ano de 2018. Um total de 108 países membros (56%) responderam à pesquisa. Essas respostas foram compiladas e adicionadas aos dados fornecidos em pesquisas globais anteriores realizadas pela Unidade de DNA. A Pesquisa Global de 2019 demonstrou que um total de 111 países relataram o uso de exames de DNA em investigações criminais. Destes países, 84 afirmaram ter uma base de dados nacional, os quais, somados, totalizam 35.475.671 perfis genéticos armazenados. Ao analisar especificamente o continente americano, nota-se que na época 38 países eram membros da INTERPOL, sendo a pesquisa respondida por 39,5% (N = 16). No continente americano, 17 países utilizavam a genética forense no auxílio a investigações e 15 países possuíam bancos de perfis genéticos (INTERPOL, 2019).

Em 2019, o Grupo Ibero-americano de Trabalho em Análise de DNA (GITAD) realizou um levantamento sobre a situação das bases de dados de DNA na América Latina. A pesquisa contou com a participação de 15 países da região. Dentre os participantes, 12 países latino-americanos afirmaram possuir bancos de perfis genéticos. Entre os que responderam positivamente, oito tinham bases de dados para fins criminais e 11 possuíam bases de dados para busca de pessoas desaparecidas (SILVA JR, et al., 2020).

No Brasil, existe uma Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos (RIBPG) criada com o objetivo principal de manter, compartilhar e comparar perfis genéticos para auxiliar tanto na investigação criminal e instrução processual quanto na identificação de desaparecidos. Os perfis genéticos gerados pelo RIBPG são rotineiramente enviados ao Banco Nacional de Perfis Genéticos, onde são feitos confrontos no âmbito interestadual com os perfis gerados pelos 22 laboratórios de genética forense que compõem o RIBPG,

bem como perfis recebidos de outros países por meio de INTERPOL (RIBPG, 2021).

O Banco Nacional de Perfis Genéticos participa do envio e recebimento internacional de perfis genéticos desde sua criação pelo Decreto n.º 7.950 de 12 de março de 2013 (BRASIL, 2013). Entre os anos de 2014 e 2017, o Brasil recebeu de outros países, por meio da INTERPOL, 90 solicitações de pesquisas de perfis genéticos na base de dados nacional. Neste mesmo período, foram enviados apenas 9 perfis genéticos produzidos no Brasil para pesquisa em bases de dados de outros países.

Considerando a participação irrisória do Brasil até o ano 2017 no uso da genética forense para o auxílio de investigações internacionais, a partir de 2018, a Polícia Federal, em uma ação conjunta do Escritório Nacional da INTERPOL e do Banco Nacional de Perfis Genéticos, iniciou duas estratégias para aumentar a participação brasileira no compartilhamento internacional de dados de perfis genéticos. Primeiramente, foi fomentado o recebimento de solicitações de pesquisa de perfis genéticos de outros países para confronto com a base de dados nacional, por meio de formulários próprios da INTERPOL. Em seguida, iniciou-se a inserção massiva de perfis genéticos de restos mortais não identificados e vestígios de locais de crimes brasileiros no Banco de DNA da INTERPOL (RIBPG, 2019b). Como resultado, a partir de 2018 até junho de 2021, foram recebidas 160 solicitações provenientes de outros países para pesquisa na base de dados nacional, representando um aumento de 78% no recebimento de solicitações. No mesmo período, 16.727 perfis oriundos de vestígios de locais crimes e 3.199 perfis de



restos mortais brasileiros foram enviados para o Banco de DNA da INTERPOL para confronto com perfis genéticos inseridos por diversos países. Como resultado deste trabalho, em outubro/2020 foi confirmado o primeiro caso de sucesso decorrente diretamente desta medida de cooperação policial internacional, um caso transcontinental (RIBPG, 2021).

Apesar do crescente envio de perfis genéticos brasileiros para o Banco de DNA da INTERPOL, a pouca utilização da ferramenta pelos países fronteiriços faz com que os resultados ainda sejam tímidos e o potencial da ferramenta continue subutilizado, tanto no auxílio a investigações transnacionais quanto na identificação de pessoas migrantes desaparecidas. Por outro lado, a iniciativa de fomento do recebimento de solicitações de pesquisa de perfis genéticos de outros países, por meio da INTERPOL, para confronto com o Banco Nacional de Perfis Genéticos, tem obtido cada vez mais resultados. Dentre os países que participam ativamente no envio de solicitações para o Brasil, destaca-se a atuação do Oficialato de Ligação em Saint Georges de L'Oyapock-Guiana Francesa. Este, rotineiramente, envia solicitações de comparação de perfis genéticos relacionados a crimes ocorridos na Guiana Francesa e nos quais exista a suspeita de envolvimento de brasileiros como autores da ação delituosa. Desta ação, diversas investigações envolvendo os dois países puderam ser auxiliadas, dentre as quais destaca-se o estabelecimento de ligação entre três crimes, conforme descrito no estudo de caso a seguir.

Estudo de Caso

Crime 1

A Agência dos Correios da cidade de Foz do Iguaçu/Brasil, localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, foi arrombada na madrugada de 17 de julho de 2017. A equipe de investigação

conseguiu deter dois suspeitos: W.G.M. e B.E.S.B.S. Concomitantemente, dois peritos criminais federais realizaram a perícia de local de crime e, considerando a possibilidade de haver material genético dos infratores, os peritos realizaram a coleta de vestígios biológicos no local. Nesta oportunidade foi identificado que o local não se restringia apenas a Agência dos Correios, uma vez que havia uma abertura em uma parede entre a agência e o estabelecimento comercial vizinho, uma papelaria. A Figura 01 apresenta o croqui da Agência dos Correios e da Papelaria, indicando o posicionamento dos vestígios no local do crime (WOHLKE & M., 2017).

Os vestígios foram devidamente embalados, registrados e enviados ao Instituto Nacional de Criminalística (INC) para a processamento laboratorial e cruzamento direto com os suspeitos de W.G.M. e B.E.S.B.S, bem como para inclusão dos perfis genéticos obtidos a partir dos vestígios no Banco Nacional de Perfis Genéticos.

Os materiais biológicos, tanto dos vestígios quanto dos suspeitos, foram analisados pelo laboratório de genética forense do INC entre março e maio de 2018. A partir de duas luvas, foram obtidos dois componentes majoritários de perfil genético de mistura e, a partir de uma chave de fenda, um perfil genético unitário. A Figura 02 apresenta fotos destes três vestígios. Os demais vestígios não possuíam DNA humano nuclear em quantidade suficiente para amplificar os marcadores genéticos, de acordo com os parâmetros técnicos estabelecidos pelo laboratório (CASTRO & FREITAS, 2018).

Estes dois componentes majoritários e o perfil unitário foram comparados com os perfis genéticos obtidos de amostras coletadas dos suspeitos. Não houve coincidências com o perfil do suspeito



B.E.S.B.S. No entanto, durante o confronto com o perfil genético do suspeito W.G.M., foi observada identidade em todos os marcadores analisados com o componente majoritário obtido a partir de uma das luvas (CASTRO & FREITAS, 2018).

Em maio de 2018, os três perfis genéticos oriundos dos vestígios, sendo dois componentes majoritários oriundos de duas luvas e um perfil unitário oriundo da chave de fenda, foram incluídos no Banco Nacional de Perfis Genéticos (CASTRO & FREITAS, 2018).

Crime 2

A agência dos Correios da cidade de Toledo/Brasil, localizada na Rua Leonardo Júlio Pern, foi arrombada em novembro de 2016. Os vestígios biológicos foram coletados com a finalidade de obter perfis genéticos para eventuais cruzamentos com outras ocorrências ou suspeitos (ALMEIDA & FREITAS, 2017).

Os vestígios biológicos foram encaminhados para análise pelo laboratório de genética forense do INC, contudo, devido à ausência de suspeitos relacionados, o caso não foi considerado prioritário, sendo analisado apenas em 2018. A partir de uma garrafa de água abandonada no local pelos criminosos, figura 03, foi obtido o componente majoritário de um perfil genético de mistura. Em outubro de 2018, o componente majoritário deste perfil foi inserido no banco de perfis genéticos e, durante o confronto com outros perfis inseridos anteriormente, encontrou-se a coincidência com o perfil obtido em chave de fenda relacionada ao crime ocorrido em Foz do Iguaçu/Brasil, em julho de 2017 (GUALDA & JACQUES, 2018).

Crime 3

O Oficialato de ligação em Saint Georges de L'Oyapock- Guiana Francesa, a fim de atender

a um pedido de cooperação policial apresentado pela Gendarmerie francesa, solicitou o confronto no Banco Nacional de Perfis Genéticos de dois perfis oriundos de vestígios relacionados a um assalto ocorrido em abril de 2019, na cidade de Roura/Guiana Francesa.

Esses dois perfis foram encaminhados pelo Escritório Nacional da INTERPOL e recebidos pelo Banco Nacional de Perfis Genéticos em março de 2020 para análise técnico-normativa (RIBPG, 2019a) e, caso atendessem aos requisitos estabelecidos, inserção e comparação com os perfis anteriormente depositados na base de dados.

Os perfis foram inseridos em abril de 2020 e, durante o confronto com perfis previamente cadastrados, foi observada a coincidência de um dos perfis oriundos do assalto em Roura/Guiana Francesa com o componente majoritário obtido a partir de luva - relacionada ao crime ocorrido em Foz do Iguaçu/Brasil, em julho de 2017, a qual já havia sido previamente vinculada ao suspeito W.G.M. (MINERVINO, et al., 2020).

Correlação entre os crimes

A troca de informações entre o Brasil e a Guiana Francesa, por meio do Escritório Nacional da INTERPOL, possibilitou a ligação de três locais de crime com grande distância espacial, conforme ilustrado na Figura 4. O *modus operandi* indica tratar-se de um grupo organizado que comete crimes em série, tanto de furto quanto assalto à mão armada. No caso da Guiana Francesa, especificamente, sem o estabelecimento de relação obtido pela confronto de dados no banco de perfis genéticos, outras evidências poderiam ser insuficientes para vincular um dos suspeitos ao crime.



Ressalta-se que ao menos um suspeito, no caso da Guiana Francesa, e, pelo menos, dois, nos casos brasileiros, permanecem desconhecidos. Contudo, com base na conexão encontrada entre os três casos, as equipes de investigação envolvidas, tanto francesas quanto brasileira, podem trocar informações que permitam a identificação dos demais autores das três ações delituosas e a dissolução da organização criminosa.

Discussão

Em um período de meia década, entre os anos de 2014 e 2019, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitiu nove Resoluções relacionadas a roubo e assalto à mão armada em uma escala Global. Já no período compreendido entre os anos 2000 e 2013, apenas uma resolução do referido conselho tratava sobre o tema (GLOBAL INICIATIVE, 2018). O aumento expressivo de Resoluções do Conselho de Segurança nos últimos anos fornece uma análise sobre o aumento dos roubos e assaltos à mão armada como ameaça à paz e à segurança global.

Os países devem continuamente realizar pesquisas e recolher informações para aumentar o conhecimento e compreender melhor a natureza e o escopo do crime organizado transnacional (UNITED NATIONS, 2019). O intercâmbio de informações de investigações e inteligência que sejam relevantes entre países envolvidos em crimes transnacionais certamente possibilita uma ação sinérgica para identificação da materialidade e autoria dos atos ilícitos. Com a atuação conjunta, pode-se buscar o rompimento da rede criminosa internacional.

Neste contexto, os bancos de perfis genéticos são ferramentas amplamente utilizadas em todo o mundo e têm se mostrado muito eficientes nos objetivos para os quais são propostos. Na área penal, apresentam-se como excelentes instrumentos de investiga-

ção, acessíveis e eficazes, servindo tanto para a identificação de culpados de determinado crime como para a absolvição de pessoas injustamente acusadas (BUTLER, 2010). Os bancos de dados de perfis genéticos ajudam a promover a justiça e a eficiência do trabalho policial tanto na esfera nacional quanto também internacional.

Nesse cenário, o Brasil não se manteve à parte. A evolução das bases de dados de perfis genéticos no Brasil é constante, e o crescente número de perfis genéticos e coincidências no Banco Nacional de Perfis Genéticos são a prova disso (MINERVINO, et al., 2019) (MINERVINO, et al., 2020). A base de dados teve um aumento de 927% nos últimos três anos e meio (10.769 em 28 de novembro de 2017 ante 110.579 em 28 de maio de 2021), diretamente proporcional ao crescimento do número de coincidências ocorridas no mesmo período (taxa = 875%) (RIBPG, 2021).

As coincidências ocorridas no Banco Nacional de Perfis Genéticos envolvem diferentes tipos de crimes: contra a vida, sexuais e contra o patrimônio. Estes últimos representam cerca de 35% das coincidências verificadas entre vestígios e indivíduos cadastrados criminalmente (RIBPG, 2021). O expressivo número de coincidências identificadas no Banco Nacional de Perfis Genéticos envolvendo crimes contra o patrimônio se deve ao fato de os mesmos indivíduos cometerem furtos e assaltos à mão armada a estabelecimentos bancários.

As Agências dos Correios, além de sua função postal, desempenham operações bancárias. Por este motivo, assim como outras agências bancárias, os Correios são alvo recorrente de crimes de furto e assalto à mão armada cometidos por grupos organizados que percorrem todo o território nacional, conforme rotineiramen-



te relatado nos relatórios semestrais da RIBPG (RIBPG, 2021). Ao inserir os dados envolvendo coincidências de crimes contra o patrimônio em ferramentas de geolocalização, pode-se deduzir que grupos de crime organizado percorrem diversas localidades brasileiras cometendo crimes contra o patrimônio com o mesmo modus operandi (SILVA JR, et al., 2019). A partir do recente aumento da identificação dos crimes em série em que grupos organizados estão envolvidos e da identificação de autoria dos integrantes das organizações criminosas, pressupõem-se que estes estejam atuando com maior frequência além das fronteiras brasileiras, onde acreditam ter menores probabilidades de serem identificados e presos.

Conclusão

A participação brasileira no compartilhamento internacional de perfis genéticos aumentou substancialmente a partir de 2018. O recebimento de solicitações de pesquisa de perfis genéticos de outros países para confronto com o Banco Nacional de Perfis Genéticos, por meio de formulários próprios da INTERPOL, tornou-se rotineiro e vem apresentando cada vez mais resultados que podem auxiliar investigações de crimes transnacionais.

O Brasil adotou também o procedimento regular de inserção de perfis genéticos de restos mortais não identificados e vestígios de locais de crimes brasileiros no Banco de DNA da INTERPOL com o objetivo de auxiliar investigações transnacionais e identificar pessoas migrantes desaparecidas. Contudo, a pouca utilização da ferramenta pelos países fronteiriços faz com que os resultados ainda sejam pequenos.

As principais organizações internacionais relacionadas à manutenção da paz e segurança internacional, como a Organização

das Nações Unidas e INTERPOL, afirmam que os países podem se beneficiar e prestar assistência mútua a partir da troca sistêmica de informações. Para este desígnio, o uso de ferramentas disponíveis, tal como o Banco de DNA da INTEPOL, deve ser incentivado e utilizado constantemente.

Ressalta-se, por fim, a fundamental compreensão da necessidade em melhorar o intercâmbio de informações, em especial entre os países membros da MERCOPOL. Assim, o que se propõe é que seja colocado em prática um protocolo de compartilhamento internacional de dados forenses, em especial os perfis genéticos. Desta forma, espera-se que mais investigações sejam auxiliadas com o objetivo de aumentar a resolução de crimes transnacionais realizados por grupos organizados, bem como o rompimento de redes criminosas internacionais.

Referências

ALMEIDA, D. A. D. & FREITAS, F. A., 2017. *Laudo nº 171/2017-NUTEC/DPF/FIG/PR*, s.l.: SISCRI (sistema de acesso restrito à Polícia Federal).

BORDIGNON, F., 2019. *As cooperações policiais internacionais em fronteiras, do local ao global: o comando tripartite na tríplice fronteira de Argentina, Brasil e Paraguai*, Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras), s.l.: Universidade do Oeste do Paraná.

BRASIL, 2013. *Decreto nº 7.950*. [Online] Available at: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2_011-2014/2013/decreto/d7950.htm [Acesso em 14 jul 2021].

- BUTLER, J. M., 2010. *Fundamentals of Forensic DNA Typing*. s.l.:Elsevier.
- CASTRO, A. P. V. & FREITAS, J. M., 2018. Laudo nº 1132/2018-INC/DITEC/PF, s.l.: SISCRIM (sistema de acesso restrito à Polícia Federal).
- FISCHER, A. & HITCHIN, S., 2016. INTERPOL's DNA Unit: Tools and Services for International DNA Data Exchange. [Online] Available at: <https://www.promega.jp/-/media/files/products-and-services/genetic-identity/ishi-27-oral-abstracts/13-fischer.pdf> [Acesso em 15 may 2021].
- Forensic Genetics Policy Initiative, 2014. [Online] Available at: <http://dnapolicyinitiative.org/resources/dna-databases-and-human-rights/> [Acesso em 20 may 2020].
- GILL, P., 2005. DNA as Evidence — The Technology of Identification. *N Engl J Med*.
- GILL, P. & JEFFREYS, A. W. D., 1985. Forensic application of DNA 'fingerprints'. *Nature*, Volume 318.
- GILL, P. & LYGO, J. F. S. W. D., 1987. An evaluation of DNA fingerprinting for forensic purposes. *Electrophoresis*, Volume 8.
- GLOBAL INICIATIVE, 2018. Organized crime and its role in contemporary conflict - An analysis of UN Security Council Resolutions. [Online] Available at: <https://globalinitiative.net/analysis/toc-unsc/> [Acesso em 7 jul 2021].
- GUALDA, C. M. A. & JACQUES, G. S., 2018. Laudo nº 1829/2018-INC/DITEC/PF, s.l.: SISCRIM (sistema de acesso restrito à Polícia Federal).
- INTERPOL, 2017. Global Strategy on Organized and Emerging Crime. [Online] Available at: <https://www.interpol.int/Crimes/Organized-crime> [Acesso em 13 jul 2021].
- INTERPOL, D. U., 2019. Global DNA Profiling Survey Results 2019, Lyon: Interpol.
- MEG, I. D. M. E. G., 2009. INTERPOL Handbook on DNA Data Exchange and Practice, Lyon: INTERPOL.
- MINERVINO, A. C. et al., 2019. Increasing convicted offender genetic profiles in the brazilian national dna database—legislation, projects and perspectives. *Forensic Science International*, Volume <https://doi.org/10.1016/j.fsigs.2019.10.095>
- MINERVINO, A. C., SILVA JR, R. C. & BADARACO, J. L., 2020. Laudo nº 1285/2020-INC/DITEC/PF, s.l.: SISCRIM (sistema de acesso restrito à Polícia Federal).
- MINERVINO, A. et al., 2020. Projeto de Coleta de Amostras de Condenados – Incremento do Auxílio a Investigações e a Justiça. *Revista Brasileira de Ciências Policiais*, Volume 11.
- RIBPG, 2019a. Manual de Procedimentos Operacionais da RIBPG. [Online] Available at: <https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/ribpg/manual> [Acesso em 15 may 2021].
- RIBPG, 2019b. *XI Relatório da Rede Inte-*



grada de Bancos de Perfis Genéticos. [Online] Available at: https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/ribpg/relatorio/relatorio_ribpg_nov_2019.pdf/view. [Acesso em 03 jun 2020].

RIBPG, 2021. *XIV Relatório da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos*. [Online] Available at: <https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/ribpg/relatorio> [Acesso em 14 jul 2021].

SILVA JR., R. & BINGHAM, C., 2020. *Advancing Forensic Science in Latin America: Establishing the Brazilian National Database and More*. [Online] Available at: <https://promega.foleon.com/theishireport/may-2020/cover/> [Acesso em 19 may 2020].

SILVA JR, R. C., MINERVINO, A. C., MARTINEZ, L. L. & RUSSO, D. M. D. A., 2019. Geolocation of Brazilian National DNA Database matches as a tool for improving public safety and the promotion of justice. *Forensic Science Internacional*, Volume <https://doi.org/10.1016/j.fsigss.2019.10.086>.

SILVA JR, R., WIRZ, L. N., REYES, E. & STEVENEL, M. A. M., 2020. Development of DNA databases in Latin America. *Forensic Science International*, 316(<https://doi.org/10.1016/j.forsciint.2020.110540>).

UNESCO, 2004. *International Declaration on Human Genetic Data: collection, processing, use, storage (2004)*. [Online] Available at: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000136112?posInSet=14&queryId=5d55996a-d31f-4513-9c27-586e34e92be9> [Acesso em 29 may 2021].

UNITED NATIONS, 2004. *Convention Against Transnational Organized Crime*. [Online] Available at: <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf> [Acesso em 01 jun 2021].

UNITED NATIONS, 2019. *Resolution 2482*. [Online] Available at: [https://undocs.org/S/RES/2482\(2019\)](https://undocs.org/S/RES/2482(2019)) [Acesso em 13 jul 2021].

WERRETT, D. J., 1997. *The National DNA Database*. *Forensic Science International*, Volume 88.

WOHLKE, J. L. & M., D., 2017. *Laudo N° 1083/2017 – NUTEC/DPF/FIG/PR, s.l.: SISCRI (sistema de acesso restrito à Polícia Federal)*.

NOTA:

[*] A autora é representante brasileira no Interpol DNA Monitoring Expert Group. Coordenadora do I Curso de Especialização em Genética Forense da Academia Nacional de Polícia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPQ "Genética Forense: conhecimentos de genética e de biologia molecular no auxílio à Justiça". Coordenadora do Comitê Gestor da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos e administradora do Banco Nacional de Perfis Genéticos no biênio 2018 e 2019. Perita Criminal Federal com atuação em análises de genética forense, gerenciamento das atividades de Identificação de Vítimas de Desastre e no desenvolvimento de protocolos de atuação para ameaças químicas, biológicas, radiológicas e nucleares



(QBRN). Mestre em Saúde Coletiva (2015), especialista em Genética Humana (2007) e graduada em Odontologia (2005), todos pela Universidade de Brasília. Este artigo foi selecionado pelo Edital nº 001/2021-CCCP Mercosul.

Figuras

Figura 01 – Croqui do local de crime ocorrido em Foz do Iguaçu/Brasil, em 17 de julho de 2017, contendo a localização dos vestígios coletados (a esquerda) e a especificação do vestígio (a direita)

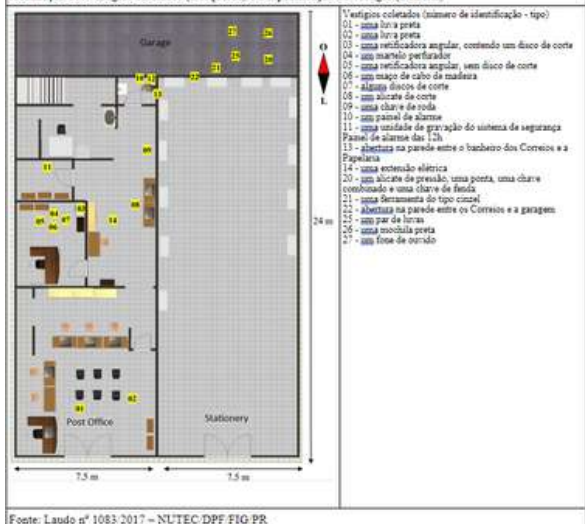


Figura 02 - Vestígios coletados do local do crime ocorrido em Foz do Iguaçu/Brasil em julho de 2017 e nos quais foram obtidos perfis genéticos interpretáveis.



Figura 03 – Vestígio coletado durante exame de local de crime ocorrido em Toledo/Brasil em novembro de 2016 e no qual foi obtido perfil genético interpretável.



Figura 04 – Esquema de ligação entre o crime ocorrido em abril de 2019 em Roura Guiana Francesa como o crime ocorrido em julho de 2017 em Foz do Iguaçu/Brasil, sendo que este crime havia sido previamente vinculado ao crime ocorrido em novembro de 2016 em Toledo/Brasil.



COMO CITAR ESTE ARTIGO:

MINERVINO, Aline Costa. Genética forense no auxílio a investigações transnacionais: correlação de crimes envolvendo América do Sul. *Revista Mercopol*, Brasília, ano 15, n. 13, p. 53-63, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/publicacoes/view>. Acesso em: [dia] [mês] [ano].





Detección de la utilización de documentos de identidad fraudulentos en el crimen organizado

Luis Fernando Pizzani Baez [*]
 Policía Nacional del Paraguay
 Assunción, Paraguay

Resumen

La utilización de documentos fraudulentos por miembros de bandas criminales e importancia de su detección es una problemática de la actualidad, por lo que se espera que el presente material constituya un aporte en la investigación y sirva de guía práctica para los que se encuentran abocados en el control e investigación de este tipo de hechos punibles. En la actualidad miembros de bandas criminales buscan expandirse a objeto de cometer hecho punible en lugares donde no sean identificados y reconocido con facilidad e ir reclutando nuevos miembros, es por ello que uno de sus primeros pasos es el de adquirir documentación fraudulenta para circular e intentar burlar los controles Policiales. Con un análisis adecuado de las características de seguridad de los documentos de identidad, del modo de operar, el intercambio adecuado de información sobre la identidad de personas entre los países y el mecanismo que utilizan los falsarios, es posible detectar e identificar correctamente al poseedor del documento.

Palabras claves: documentos fraudulentos; detección; adulteración; falsificación.

Introducción

El presente material tiene por objetivo transmitir y exponer los conocimientos técnicos-prácticos a ser aplicados en la verificación de documentos de identidad a fin de incorporar herramientas que permita conocer los procedimientos a realizar en el control de los mismos. A través de nuestra experiencia Policial en la aplicación de técnicas y métodos científicos de la Documentología que es una de las áreas de las ciencias criminalística, nos permitieron demostrar y detectar las distintas modalidades de falsificación y adulteración de documentos de identidad por parte de miembros de bandas criminales, por lo que a través del presente material desarrollamos técnicas orientativas a ser aplicadas en las investigaciones y verificaciones de documentos de identidad.

Documentos de Identidad

1. Pasos para su verificación

Los documentos de identidad se compone de dos elementos principales que son: el soporte y contenido

Es recomendable cuando se verifica un documento de identidad lo primero que se controlará es la autenticidad o falsedad, motivo por el cual se sugiere realizar los siguientes pasos:

Observación con una buena fuente de luz se pueden observar los siguientes elementos: Fibras de seguridad visibles, impresiones calcográficas, tinta de variabilidad óptica, imágenes latentes, impresiones en relieve a seco y hologramas.

Dentro del estudio documentológico sobre autenticidad o falsedad de un documento de identidad tenemos el análisis del sistema de impresión

Para ello es necesario observar con la ayuda de lupa o microscopio la forma de asentami-



ento de la tinta en el documento; es sabido que cada variante en los tipos de matrices usadas le da a la impresión un aspecto distintivo.

Además, se visualizarán las microletras que a simple vista no se pueden observar por su diminuto tamaño

Verificación con luz ultravioleta, colocándolo bajo esta luz se verificará, fibrillas de seguridad fluorescentes y si cuenta con leyenda reactiva

Observando el documento de identidad (Ej: Hojas de pasaporte) delante de una fuente de luz se podrá verificar la marca de agua, si presentan alguna alteración en el soporte y el motivo de registro perfecto.

2. Tipos de falsedades en documentos de identidad.

2.1 Documento de Identidad totalmente falso

Comprende todos aquellos que no fueron emitidos por la repartición, dependencia u organismo competente, ni tampoco identifican al portador con su verdadero nombre. Son falsas las cartillas y falsos los datos.

2.2 Documentos de identidad parcialmente falso

Ello ocurre en los siguientes casos:

Cuando el soporte no es emitido por organismo competente, es decir que el formulario o la cartilla son falsos, pero los datos de la identificación personal son verdaderos.

Cuando el soporte es auténtico, pero los datos de la identificación son falsos; estas adulteraciones son las más frecuentes.

1. Documento de identidad ideológicamente falso

Son todos aquellos documentos que, siendo

emitidos por autoridad competente, han sido adulterados en todo o en parte en sus datos.

“Peritajes Scopometricos, Jorge, O. Silveyra ediciones La Rocca, año 2005, Buenos Aires, pág. 198”.

3. Adulteraciones más frecuentes en documentos de identidad

3.1 Alteración completa por pegado:

Una nueva página (falsa o genuina) se pega sobre la página no deseada para esconder información y alterar el contenido del documento.

3.2 Alteración Manual:

Escritura o impresión agregada a letras, números o palabras, extracción total o parcial de los mismos, con remplazo o no de dígitos o letras. Las escrituras o impresiones agregadas se pueden revelar mediante el empleo de un dispositivo visor de filtrado infrarrojo.

3.3 La sustitución de páginas:

La información que no ha podido ser fácilmente alterada o borrada, se remueve mediante el desarmado del documento, con la extracción y remplazo de la hoja no deseada. Esta nueva página puede ser falsa o genuina.

3.4 Sustitución de la Fotografía:

Se trata del procedimiento más frecuente en la adulteración de documentos de identidad. La fotografía titular es removida y reemplazada por otra. Por lo general la maniobra es acompañada por la alteración de datos biográficos del titular, para que estén acordes con las características físicas que aporta la nueva fotografía (en ocasiones ello no se realiza).



3.5 Borrado mecánico o químico

“El peritaje caligráfico, ediciones La Rocca, año 2005, Carlos A. Guzmán, Buenos Aires. (Pág. 270)”

4. Procedimientos de identificación de Documentos de Identidad

Para proceder a una investigación de documentos y títulos, como billetes de banco, cheques, acciones, pasaportes, licencia de conducir, documentos de identidad, etc., que han sido falsificados y alterados, es muy conveniente disponer siempre de un documento autentico, que sirva de referencia para proceder a un análisis comparativo. La metodología que indica Max Muller (Muller, Max. Rev. Kriminalistik. 1979) en el caso de estudio, sin la posibilidad de ayuda de laboratorio, es la siguiente:

4.1 Examen de la superficie (anverso y dorso). Se observa

- a) El matiz, comparándolo con el original.
- b) La presencia de fibras de colores y otras características que prueban la autenticidad.
- c) La alteración de colores y la existencia de manchas.
- d) La estructura de la superficie
- e) El deterioro de los grabados u otras impresiones.

4.2 Pruebas de Luz Tangencial

Los emplazamientos más brillantes o bien los sitios en los que la adulteración del brillo pueda proceder de una raspadura, se destacan por medio de iluminación tangencial.

4.3 Pruebas por transferencia con luz natural potente. Se analiza

- a) La filigrana.

- b) La sembradura de fibras de colores.

c) La presencia de hilos incorporados o de otras marcas de autenticidad y el matiz, así como el poder de cobertura, comparándolo con el original.

d) El aspecto nebuloso, cotejándolo igualmente con el original.

e) La posible existencia de lugares más claros que puedan hacer pensar en una raspadura mecánica.

4.4 Pruebas del tacto y de la sonoridad

a) Palpar el soporte. Comparar el tacto en esas condiciones con el original.

b) Tocar con la yema de los dedos suavemente las zonas sospechosas. Las borraduras efectuadas con productos químicos dan a menudo un tacto áspero y rugoso.

4.5 Aplicación de Lámpara de Wood

La lámpara de Wood podrá generalmente determinar sin ninguna duda posible de la existencia o no de falsificación. Los extremos a observar son:

- a) Existencia de marcas de autenticidad fluorescente.
- b) Color azulado del papel.
- c) Existencia o no de identidad en la fluorescencia del papel
- d) Observación de la presencia de raspaduras al presentarse en esa zona una alteración de fluorescencia.

“Policía Científica, Volumen II, 3era Edición, Editorial Tirant Lo Blanch, Año 1998, Francisco Antón Barberá, Juan Vicente de Luis y Turégano. Pág. 1547, 1548”

5. La Cedula de Identidad Civil Paraguaya

La cedula de identidad civil Paraguaya cuenta con características de seguridad y es fabricada en un actualizada, moderna y segura instalación, de producción, que es-



tablece un nuevo estándar entre los países del Mercosur contra la falsificación.

El diseño de la cedula se inspira en varios símbolos de orgullo nacional del Paraguay, como la bandera paraguaya y sus colores, el escudo nacional y los excepcionales encajes de ñanduti.

Características visibles e invisibles están incorporadas en la tarjeta de plástico duraderos (Impresión de líneas finas, micro texto, impresiones prismáticas, código de barras 2D) así como la seguridad del laminado de las tarjetas (impresión invisible, imagen holográfica). Una vez emitida la cedula de identidad, es prácticamente imposible adulterarla sin graves daños a la misma, evitando de esta manera cualquier tipo de fraude.

5.1 Características de seguridad

1. Impresión Invisible
2. Imagen holográfica
3. Impresión con diseño en gilloche/ Impresión de finas líneas
4. Imagen fantasma del titular
5. Micro Impresión que solo puede ser vista con lupa.
6. Impresión prismática
7. Tecnología legible por maquina/ código de barras 2D

5.2 Pasos para su verificación

Sostener: el documento hacia una buena fuente de luz para revelar características de seguridad

Fluorescencia: Use una luz ultra violeta para ver la característica escondida

Inclinar: el documento hacia una fuente lumínica para ver una imagen escondida

Magnificar: usar lupa para verificar estas características.

5.3 Ilustración de la cedula de identidad Paraguaya con sus características de seguridad



5.4 Cotejo de una cedula de identidad Indubitada (autentica) y otra falsa expuesta a la luz ultravioleta

Ilustración de la Cedula de identidad Indubitada (autentica)



Ilustración de la Cedula de identidad falsa, se observa que no presenta características de seguridad



6. El pasaporte Paraguayo

El pasaporte Paraguayo cuenta con características de seguridad y es fabricada en una actualizada, moderna y segura



instalación, de producción, que establece un nuevo estándar entre los países del Mercosur contra la falsificación.

El diseño del pasaporte se inspira en varios símbolos de orgullo nacional del Paraguay, como, la flor nacional del mburucuyá, la bandera paraguaya y sus colores, el escudo nacional y los excepcionales encajes de ñanduti. Características visibles e invisibles, así como el laminado de seguridad, están incorporadas en el pasaporte. Una vez emitido el pasaporte, es prácticamente imposible adulterarlo sin dejar graves daños al mismo, evitando de esta manera cualquier tipo de fraude.

6.1 Características de seguridad

1. Hilo incluido en el papel
2. Micro Impresión que solo puede ser vista con lupa.
3. Imagen en marca de agua
4. Números de páginas invisibles
5. Impresión de mayor aspereza como textura
6. Micro Impresión que solo puede ser vista con lupa.
7. Una imagen escondida aparece cuando se inclina el documento
8. Impresión de mayor aspereza como textura.

Con la utilización de equipos de control tradicionales, como escáneres de autenticación de documentos o instrumentos más convencionales como los infrarrojos y las luces Ultra Violeta, así como lentes de aumento, se pueden inspeccionar algunas de las características de seguridad más complejas del pasaporte paraguayo.

El pasaporte es impreso en papel especial con una imagen de la flor del mburucuyá en marca de agua, la cual puede ser vista cuando se mantiene una página del pasaporte individual a la luz (excepto en la página dos,

en el que resulta más difícil ver debido a la laminación y a la personalización).

6.2 Características de seguridad

1. Tintas que cambian de color al inclinar el documento
2. Imágenes holográficas aparecen cuando se inclina el documento
3. Micro impresión que solo puede ser vista con lupa
4. Diseño invisible
5. Imagen en marca de agua

La página personalizada del pasaporte, que es la página 2. Se encuentra cubierta con una lámina de seguridad que contienen imágenes holográficas de los diseños de ñanduti, la insignia de la Policía Nacional y del panteón nacional de los héroes que son mejor vistos al inclinar la página a la luz.

6.3 Pasos para la verificación del pasaporte

Sostener el documento hacia una buena fuente de luz para revelar características de seguridad.

Inclinar el documento hacia una fuente lumínica para ver una imagen escondida

Magnificar: usar lupa para verificar estas características.

Textura: familiarícese con la textura de documento

Fluorescencia: Use una luz ultra violeta para ver la característica escondida

Ilustración del pasaporte de la República del Paraguay



6.4 Ubicación e individualización de micro impresiones y otras características de seguridad del pasaporte

Ilustración fotográfica del pasaporte, pagina destinada a datos biográficos del portador.



Ilustración fotográfica de micro impresiones que se lee “REPUBLICA DEL PARAGUAY” e ilustración fotográfica del diseño de impresión de seguridad que presenta variación de color, ubicado en la parte superior izquierda de la página. (Tinta OVI)

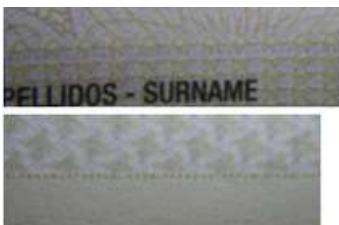


Ilustración fotográfica en la que se individualiza el diseño de marca de agua que presenta todas las pagina del pasaporte, observado a trasluz e ilustración fotográfica del hilo o filamento de seguridad con micro

impresiones que se lee “REPUBLICA DEL PARAGUAY” que se encuentra en forma vertical en todo el documento, ubicado en el lado izquierdo según la posición del observador.



6.5 Exposición del Pasaporte a la incidencia de la luz ultravioleta



7. Exposición de la detección de adulteración y falsificación en documentos de identidad y pasaportes

7.1 CASO 1 Adulteración de página de datos biográficos en pasaporte

Cotejo de un pasaporte Indubitado y dubitado expuesta a la luz ultravioleta
Pasaporte Indubitado (Autentico)





Pasaporte Dubitado (se observa la reacción blanquecina de la página no autentica)



Ilustración de la zona de página de datos biográficos del pasaporte dubitado y expuesto a la incidencia de la luz ultravioleta

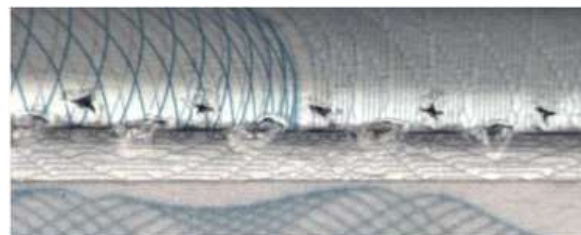


Ilustración de la exposición del documento dubitado a la incidencia de la luz ultravioleta con una intensidad de 365nm en el cual se observa las características blanquecinas de la página de datos biográficas, reacción característica de la página adulterada

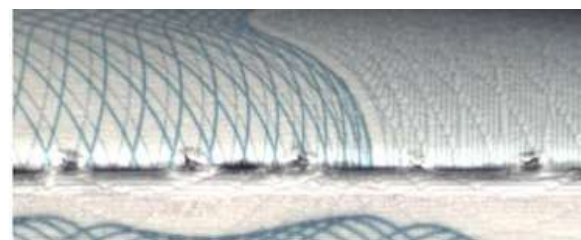
7.2 CASO 2

Libreta de pasaporte original adulterado en la página de datos biográficos, con rastros de perforación en la costura de la libreta producto de la adulteración y cambio de página

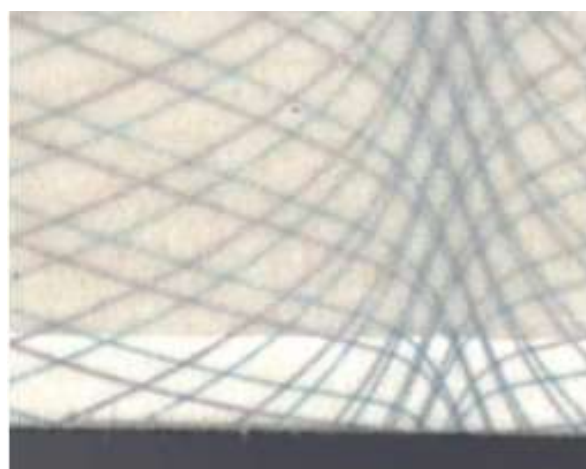
Zona de la libreta con rastros de adulteración



Zona de la libreta indubitada (Autentica)



Impresión Indubitada (autentica)





Impresión falsa



7.3 CASO 3 Detección de documentos de identidad falsos

Impresión del documento autentico



Impresión del documento falso

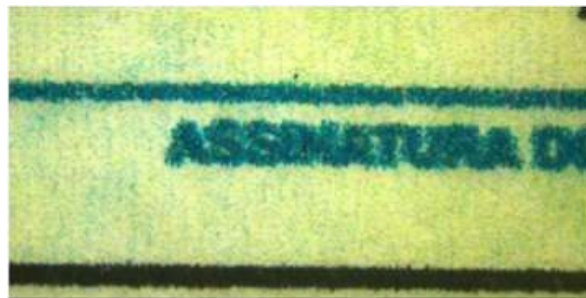


7.4 CASO 4

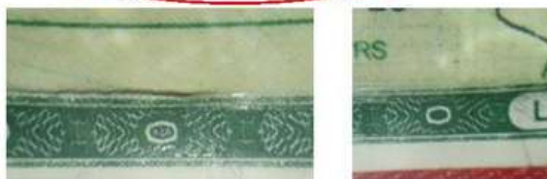
Sistema de impresión del documento autentico



Sistema de impresión del documento falso con zona de microletras no legibles



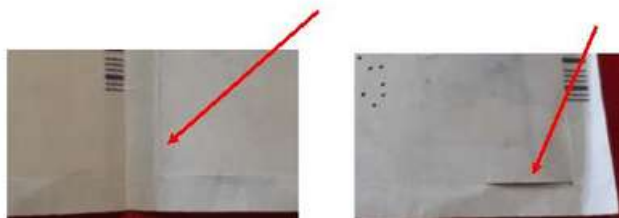
7.5 CASO 5 Detección de Adulteración de documento de identidad por corte



Teniendo en cuenta la observación y captación de imágenes con la utilización de lupa de aumento, se puede observar en el anverso del documento que presenta puntos de colores en la impresión que son característicos a los realizados con impresora a chorro de tinta (observable en documentos no auténticos), en los bordes del documento presenta impresiones y micro letras características en documentos auténticos, el documento presenta rastro de corte y posterior agregado en la zona de datos biográficos.

7.5.1 Análisis del reverso del documento de identidad





Teniendo en cuenta la observación y captación de imágenes con la utilización de lupa de aumento en el reverso del documento, se observa que en los bordes del documento presentan rastro de corte y posterior agregado en la zona de datos biográficos

7.5.2 Exposición del documento a la incidencia de la luz ultravioleta



A la exposición a la incidencia de la luz U.V tanto en anverso como en reverso del documento se observa que presenta una reacción blanquecina que es característico en documentos no auténticos, observables en la parte media del documento y zona de los datos biográficos, los bordes presentan fibrillas característicos en documentos auténticos.

Referencias

Barbera Francisco, Vicente Juan Policía Científica, 1998 Volumen II, 3era Edición, Editorial Tirant Lo Blanch

Del Picchia (h.), J. (2006) Tratado de Documentoscopia. Argentina, ediciones La Rocca.

Guzman Carlos, 2005 El peritaje caligráfico,

Buenos Aires ediciones La Rocca.

Ilustración de documentos de identidad estudiados en la División Documentología del Dpto. de Criminalística de la Policía Nacional del Paraguay

Materiales Ilustrativos del Departamento de Identificaciones de la Policía Nacional del Paraguay

Silveira Jorge 2005, Peritajes Scopometricos, Buenos Aires, ediciones La Rocca

Velazquez L. 2004 Falsedad Documental y Laboratorio Forense. Argentina, ediciones La Rocca

NOTA:

[*] O autor é Subcomisario P.S. Licenciado en Ciencias Policiales y Licenciado en Criminalística. Especialista en Pericia Caligráfica y Documentologica. Jefe de la División Documentología del Dpto. de Criminalística de la Policía Nacional del Paraguay

COMO CITAR ESTE ARTICULO:

PIZZANI BAEZ, Luis Fernando. Detección de la utilización de documentos de identidad fraudulentos en el crimen organizado. *Revista Mercopol*, Brasília, ano 15, n. 13, p. 64-72, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/publicacoes/view>. Acesso em: [dia] [mês] [ano].



El tráfico de armas como modalidad delictiva

Claudio Correa Da Silva [*]
Ministerio del Interior
Montevideo, Uruguay

Resumen

El tráfico de armas, municiones, y accesorios balísticos constituyen un problema de seguridad que trasciende fronteras, el fenómeno está asociado al crecimiento de la violencia organizada, el narco tráfico, y la proliferación de diferentes grupos criminales. Factores como la permeabilidad de las fronteras secas y el indudable componente económico que subyace al fenómeno son elementos que aseguran su permanencia y crecimiento en el tiempo.

Palabras clave: armas; municiones; seguridad; Tráfico.

Problema de seguridad regional: tráfico ilícito de armas

El tráfico de armas pequeñas y livianas, municiones, y componentes se han convertido en un problema de seguridad a nivel mundial, situación a la que no escapa nuestra región.

Este problema, está asociado invariablemente a hechos de violencia armada y la delincuencia organizada, el narcotráfico y las armas de fuego son parte inseparable de estas modalidades.

Según un estudio del Centro de Información de Defensa de los Estados Unidos, habría más de cien millones de armas ilegales en América Latina y el Caribe.

El interés de adquirir armas va creciendo a medida que pandillas o grupos criminales organizados se van conformando y consolidando por la rentabilidad que implica el tráfico de armas, ya que tiene un componente lucrativo como así también por la necesidad de mantener por la fuerza y la violencia un nivel de superioridad que permita tener un control territorial, elemento fundamental para el desarrollo de las actividades delictivas.

Si bien los patrones de la violencia regional

son heterogéneos, han dejado de ser el resultado de conflictos armados para transformarse en el reflejo de una ola criminal asociada con el narcotráfico y otras variantes de crimen organizado. La proliferación de armas pequeñas y livianas es fundamental en esta dinámica.

Las armas pequeñas y ligeras resultan fáciles de ocultar y transportar, por lo que el tráfico de armas de fuego es un negocio lucrativo que a su vez alimenta y financia otros tipos de delitos graves.

Frontera con Brasil

Rentabilidad.

“¿Por qué la gran mayoría de las armas uruguayas terminan en manos de delincuentes brasileños?

"Se trata de un negocio", explicó ayer uno de los detenidos ante la jueza Mainard y el fiscal Negro. En el Juzgado especializado en Crimen Organizado, uno de los detenidos reconoció que una pistola Glock cuesta US\$ 1.100 en una armería uruguaya y en las ciudades de San Pablo y Río de Janeiro el precio puede trepar hasta cinco veces más. Las armas largas calibre .223 valen en Uruguay US\$ 3.300, en las grandes ciudades



de Brasil su precio en el mercado negro oscila entre US\$ 7.000 y US\$ 10.000, según señalaron fuentes del caso. - (Artículo “Mas de 500 armas de guerra fueron traficadas al Brasil, Informe de Inteligencia sobre organización que operaba en la frontera”, Diario “El País”, Montevideo-Uruguay, 22/3/2017,

<https://www.elpais.com.uy/informacion/armas-guerra-trafficadas-brasil.html>)

A estos elementos debemos sumarle los 1.068 km de frontera seca con la República Federativa de Brasil, con una topografía que lleva a que una calle o avenida o una referencia virtual separe un país del otro, con una frontera ampliamente porosa, funcional a diferentes modalidades de tráfico entre ambos países (entre ellos armas).

Estado de situación en Uruguay

Es indudable que este delito incide directamente en la seguridad pública, ya que una gama de delincuentes los cuales se dedican al cometimiento de delitos violentos o de impacto como rapiñas (hurtos mediante uso de violencia), homicidios, narcotráfico, procuran la obtención de armas de fuego (factor directamente relacionado a dichos delitos) ya que las mismas son funcionales a la obtención de cierto nivel de predominio frente a sus víctimas (casos de rapiña y homicidio) o grupo en oposición (caso narcotráfico, o enfrentamiento entre bandas criminales)

El último dato local disponible, correspondiente a 2017, revela que en nuestro país hay 603.430 armas registradas, a su vez se estima que por cada arma legal hay otra no registrada.

Antes la ley no era tan rigurosa, el permiso para tener armas era como la libreta de conducir: servía para cualquier arma, existía un gran vacío legal, y personas utilizaban dicho vacío, amparados en ausencia de

legislación y reglamentación, para la adquisición indiscriminada de armas de fuego (especialmente calibres .223 y 9mm) para posteriormente venderlas a mercados ilegales; armas que finalmente aparecerían en hechos delictivos entre grupos criminales locales, o en manos de organizaciones criminales extranjeras (mayoritariamente en los estados brasileros de Rio de Janeiro, Santa Catarina y Rio Grande do Sul). Las municiones son otro de los pilares del mercado negro de tráfico, las armas obtenidas ilegalmente solo pueden ser utilizadas mientras el flujo de mención también continúe

A partir del mes de agosto de 2014 comenzó a regir la Ley 19.247 “Tenencia, Porte, Comercialización y Tráfico de Armas de Fuego, Munición, Explosivos y otros materiales relacionados”, generándose la gran fortaleza de contar con la tipificación penal de la figura de tráfico internacional (art. 8º) e interno (art. 9º), lo que ha permitido el enjuiciamiento de muchas personas bajo los delitos antes referidos.

La referenciada ley conjuntamente con su correspondiente decreto reglamentario (Decreto 377/16), implico un férreo control e implementación de sistemas restrictivos para la adquisición de armas de fuego, municiones y componentes.

Comprar, heredar o regularizar un arma — aunque sea para guardarla en una caja fuerte en el sótano o colgarla en una vitrina—, requiere del Título de Habilitación de Adquisición y Tenencia de Armas (THATA), el THATA no es como la libreta de conducir, no habilita a tener armas en general, sino que tiene que estar asociado a un arma en particular.

A partir del mes de marzo de 2015, fecha en que se llevo a cabo la Operación “San Miguel”, que constituye la primera investigación con enjuiciamientos por tráfico internacional de armas, hasta la fe-



cha se han llevado adelante gran cantidad de investigaciones por parte de diferentes unidades policiales bajo esta hipótesis delictiva, con logros realmente efectivos.

Como consecuencia de ello, en el correr de estos años se ha logrado una reducción en el flujo de tráfico de armas hacia la República Federativa del Brasil (principal mercado por su frontera seca), como de igual forma a nivel interno, muchas organizaciones locales han sido disminuidas en su accionar debido al enjuiciamiento de sus integrantes por - además de otros delitos - caer dentro de la modalidad de tenencia ilegal de armas y tráfico interno (ya sea de armas o municiones). A su vez, la aplicación de la ley conjuntamente con su reglamentación, permitió el aumento de los niveles de control sobre flujos de armas y municiones, y especialmente, restringió fuertemente la comercialización de armas de fuego y municiones, que hasta el año 2014 era prácticamente indiscriminada, tanto por parte de armerías, comercios dedicados a venta de insumos, como transacciones entre particulares.

Operaciones realizadas importantes de destacar

Para finalizar se enumeran alguno de las operaciones específicas relevantes:

- a) Operación “San Miguel”: finalizada en marzo de 2015, con la resultancia de cuatro personas procesadas con prisión por el delito de “tráfico internacional de armas de fuego”
- b) Operación “Koka”: finalizada en octubre de 2015, con resultado de dos personas procesadas con prisión por el delito de “tráfico internacional de armas de fuego”
- c) Operación “Cerrojo”: finalizada en julio de 2016, con resultado de ocho personas procesadas con y sin prisión por el delito de

“tráfico interno de armas y municiones”

d) Operación “Taure”: finalizada en junio de 2017 con el resultado de un procesamiento por “tráfico interno de municiones” con el detalle que el enjuiciado era propietario de una armería

e) Operación “Mónaco”: finalizada en abril de 2018, con resultado de seis personas procesadas con y sin prisión por los delitos de “tráfico internacional de armas y municiones y materiales relacionados”, ya que fueron incautados entre materiales relacionados (además de armas y municiones) kit de adaptación “Roning” que permiten adaptar un arma corta a modalidad de arma larga y todos estos efectos venían en un contenedor desde el exterior disimulados en diferentes electrodomésticos (lavarropas, secarropas, refrigeradores, aires acondicionados, etc.)

f) Operación “Freud” finaliza en marzo de 2019 con resultado de cuatro personas procesadas con y sin prisión por delitos de “tráfico interno de armas y municiones”

g) Operación “Isaac”, finaliza en julio de 2019 con resultado de cuatro personas procesadas con prisión por delito de “tráfico interno de armas y municiones”

Incautación en Operación Mónaco

Artículos ocultos en electrodomésticos





Artículos ocultos en electrodomésticos



Incautación en Operación Freud



Incautación en Operación Isaac



NOTA:

[*] O autor é Director General de Información e Inteligencia Policial da Policía Nacional del Uruguay

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

CORREA DA SILVA, Claudio. El tráfico de armas como modalidad delictiva. **Revista Mercopol**, Brasília, ano 15, n. 13, p. 73-76, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/publicacoes/view>. Acesso em: [dia] [mês] [ano].



NOTAS DE INTERESSE





Academia da Polícia Federal do Brasil inaugura Cidade Cenográfica para treinamentos

por Setor de Comunicação Social da ANP/PF
Academia Nacional de Polícia
Brasília/DF, Brasil



A Polícia Federal inaugurou no mês de agosto um novo **centro de treinamento policial** que está entre os mais inovadores das Américas. Trata-se de uma **Cidade Cenográfica** construída dentro da área da Academia Nacional de Polícia em Brasília (DF). Com mais de **5.500 metros quadrados de área construída**, o local reproduz diferentes cenários para realização de exercícios simulados durante a formação dos novos policiais federais e na atualização dos atuais servidores.

Na Cidade Cenográfica é possível **treinar até 150 pessoas simultaneamente** em disciplinas como Abordagem, Segurança de Dignitários, Sobrevivência Policial, Vigilância, Orientação e Navegação, Comunicação e Pronto Socorrismo na Atividade Policial.

A obra durou 90 dias e conta com 35 módulos que reproduzem 14 tipos de ambientes distribuídos em 4 áreas.

Área Condominial	Área Comercial	Área Mista	Área de Serviços
Quitinetes	Banco	Quitinetes	Borracharia
Banheiro	Quiosques	Pousada	Conveniência
Mercado	Correios	Bar	
Churrasqueira	Lanchonete	Boate	
Farmácia			

Além das estruturas modulares, a infraestrutura total conta com calçadas, vias pavimentadas, escadas de acesso, sinalizações, iluminação, infraestrutura elétrica, de água e de esgoto, paisagismo, mobiliários internos e cenografia, tudo para tornar os treinamentos mais próximos da rotina real dos policiais.





Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal (UniPRF)

por Wilmen Silva Vieira
Coordenador-Geral da UniPRF
Florianópolis/SC, Brasil



A Universidade Corporativa da Polícia Rodoviária Federal (UniPRF), sediada na cidade de Florianópolis no Estado de Santa Catarina, é a unidade responsável por coordenar toda a atividade de formação e capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em âmbito nacional, não se limitando, todavia, apenas à qualificação dos colaboradores da PRF. Na UniPRF também são criados, planejados e ministrados cursos, qualificações e treinamentos para diversos órgãos e outras entidades públicas, além do desenvolvimento de atividades voltadas diretamente para o benefício da sociedade em geral.



A UniPRF conta com uma área de cerca de 80.000 m², com mais de 10.000 m² de área construída, num ambiente moderno, acolhedor e que possibilita o atendimento satisfatório da finalidade pedagógica da instituição, podendo receber cerca de 1.500 alunos de forma concomitante, por meio de sua completa infraestrutura, projetada para atender as demandas específicas das capacitações em segurança pública promovidas pela Polícia Rodoviária Federal.





prédio principal é composto por 4 blocos, estruturados em dois pavimentos. São 31 salas de aula climatizadas, com capacidade para até 40 alunos. Cada sala está completamente equipada com modernos sistemas de mídia audiovisual, além dos recursos pedagógicos tradicionais.



O prédio principal abriga quatro dojôs (salas de aula especialmente equipadas com tatames) para a prática de lutas, artes marciais e instruções de defesa pessoal/policial. Cada dojô possui área de 90 m², contando com a mesma estrutura de acomodação e mídias das demais salas de aula.



As instruções de direção operacional e defensiva também possuem estrutura própria. O campus possui uma pista asfaltada exclusiva para treinamento com viaturas policiais e demais veículos. A pista possui uma área total de 6.250 m², garantia de segurança nas instruções.

Para aulas que necessitem da utilização de sistemas informatizados, há quatro laboratórios de informática, completamente equipados com computadores de última geração.



Há ainda um estúdio de gravação e transmissão, que possibilita a realização de aulas online, em tempo real ou gravadas, para alunos dos cursos presenciais ou para ações educativas desenvolvidas para ocorrer remotamente, em qualquer parte do mundo.



O complexo conta com ginásio poliesportivo, com área total de 800 m², estando apto a receber atividades esportivas como futsal, vôlei e basquete, contando ainda com uma academia de musculação completamente equipada.

Para atividades físicas em ambiente externo, há um campo de futebol gramado, duas quadras de areia e uma pista de corrida. Ao lado do complexo esportivo, encontram-se os vestiários. São 500 m² de área total, sendo a estrutura dividida em duas alas – masculina e feminina, ambas equipadas com armários para utilização individual, além de boxes equipados com duchas climatizadas.



Para a prática e treinamento de tiro, dispomos do Complexo de Tiro da UniPRF, inaugurado em 2019, e sendo considerado desde então o mais moderno da América Latina. O local é referência para o treinamento das forças de segurança, possuindo quase 6 mil metros de área construída, e equipado com sistema de tratamento do solo que impede a contaminação pela pólvora e pelo chumbo. Há ainda defletores balísticos que evitam qualquer possibilidade de escape. A estrutura possibilita práticas de tiro com fuzis e carabinas.



Junto ao campus, estão instalados um heliponto e um hangar, este com capacidade para abrigar duas aeronaves de forma simultânea.

Tal estrutura integrada possibilita as instruções, capacitações e atualizações com aeronaves de asas rotativas (helicópteros).





Neste ano a UniPRF realizará o maior Curso de Formação Policial (CFP) da história da PRF. O curso iniciará em 24 de setembro de 2021, encerrando-se no dia 22 de dezembro de 2021, comportando aulas de mais de 20 disciplinas que compõem o currículo básico da formação dos policiais rodoviários federais. O curso deve ser ministrado para aproximadamente mil e oitocentos alunos, e as aulas ocorrerão simultaneamente, ao longo das 12 semanas letivas, nas instalações da UniPRF e ainda no espaço que hoje denominamos de “Campus II” da UniPRF. O Campus II possui uma pista de 1.209 metros de extensão, onde funcionou um kartódromo, construído para eventos especiais de kartismo no fim da década de 2000, e agora usado para instruções de condução veicular e outras práticas educativas policiais que necessitem de um traçado asfaltado.

O CFP (Curso de Formação Profissional) é um curso diversificado e de alta qualidade técnica, que prepara policiais para atuarem no combate a diversos tipos de crime, na garantia da segurança viária e na preservação da paz, sendo lastreado no respeito aos Direitos Humanos. O CFP constitui o módulo inicial do ciclo básico de formação de um Policial Rodoviário Federal.

Buscando articular-se internacionalmente na área de ensino policial, seja em nível de formação e aperfeiçoamento, seja em cursos de alta complexidade e especialização, a PRF disponibilizou sessenta vagas para o CFP 2021 para integrantes de várias forças de segurança pública internacionais que queiram propiciar a seus integrantes a experiência do Curso de Formação Policial – 2021, na qualidade de discente.

Vale ressaltar que a UniPRF foi pioneira neste aspecto, recebendo um grupo de dezesseis policiais haitianos que, por meio do Projeto de Cooperação Técnica firmado entre Brasil e Haiti, fizeram parte do CFP 2014, um acontecimento sem precedentes na história da instituição.

Para o CFP 2021, a PRF custeará as despesas dos oficiais encaminhados pelas suas respectivas delegações, referente às passagens aéreas e todos os demais deslocamentos necessários à sua hospedagem e participação no curso, além de destinar valores pré-estipulados para custeamento de hospedagem e alimentação.

Estes agentes convidados, oriundos de outros países, contarão com apoio da PRF durante os dias de permanência no curso e serão certificados por sua participação no treinamento, muito embora não serão submetidos a provas eliminatórias/classificatórias, mas terão frequência obrigatória e aferida ao longo do CFP.



Até o momento já estão confirmados agentes policiais de outros países, dos seguintes órgãos: Polícia Nacional de Colômbia; Polícia Nacional do Equador; Polícia Nacional da Espanha; Polícia Nacional da Bolívia, Polícia Nacional do Peru e Gerdameria Nacional Argentina.



A UniPRF compreende que como universidade deve buscar o intercâmbio em sua área de conhecimento e atuação, e que a integração com parceiros estrangeiros ou nacionais que compartilham dos mesmos problemas, é uma das formas de se atualizar e evoluir em relação às soluções de segurança pública e viária e de formação e aperfeiçoamento de policiais no Brasil e no mundo.

COMO CITAR ESTA NOTA:

VIEIRA, Wilmen Silva. A universidade corporativa da Polícia Rodoviária Federal (UniPRF). **Revista Mercopol**, Brasília, ano 15, n. 13, p. 79-83, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/publicacoes/view>. Acesso em: [dia] [mês] [ano].





Documentos suscriptos durante la XLV Reunión de Ministros del Interior y de Seguridad del MERCOSUR

por Antonella Erben
Asesora en la Dirección de Cooperación
Internacional de la Seguridad
Buenos Aires, Argentina

1. ACUERDO SOBRE REGLAMENTO INTERNO DE LA REUNIÓN DE MINISTROS DEL INTERIOR Y DE SEGURIDAD DEL MERCOSUR

Este Acuerdo actualiza el reglamento interno de la RMIS y unifica los diferentes documentos que se relacionan al funcionamiento de los Grupos Técnicos, Foros Especializados y otras reuniones que dependen de la Reunión.

El Acuerdo incluye la estructura de la RMIS, las funciones y atribuciones de cada uno de los Grupos y Foros que le dependen y otras cuestiones relativas al desarrollo de las reuniones.

2. DECLARACIÓN DE MINISTROS DEL INTERIOR Y DE SEGURIDAD SOBRE LA ARMONIZACIÓN DE INFORMACIÓN DE VIOLENCIAS Y DELITOS EN EL ÁMBITO DEL MERCOSUR

A través de la Declaración, los Ministros resaltan la importancia de la tarea de armonización de indicadores consensuados sobre los delitos y las violencias en los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados.

En este sentido, se comprometen a avanzar con el proceso de armonización a fin de lograr que la sistematización elaborada se constituya como instrumento de referencia con relación a las estadísticas criminales de los países integrantes del MERCOSUR, lo que permitirá reflexionar sobre políticas de prevención del delito y las violencias regionales, que atiendan a las diferencias y similitudes existentes.

3. MECANISMO PARA LA CONMEMORACIÓN DEL DÍA DE LA SEGURIDAD CIUDADANA Y COMUNITARIA PARA LA PREVENCIÓN DEL DELITO Y LA VIOLENCIA DEL MERCOSUR

Este Documento complementa a la “Declaración para la Creación del Día de la Seguridad Ciudadana y Comunitaria para la Prevención del Delito y la Violencia del MERCOSUR”, suscripta en ocasión de la XLIII Reunión de Ministros del Interior y Seguridad (RMIS) celebrada en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, el día 31 de mayo de 2019.

El Mecanismo establece la manera en que se conmemorará el Día de la Seguridad Ciudadana, cada 22 de mayo. En este sentido, reglamenta las formalidades y responsabilidades de cada Estado para llevar a cabo la organización del evento que se acuerde realizar para conmemorar dicha fecha.



4. DECLARACIÓN DE LOS MINISTROS DEL INTERIOR Y SEGURIDAD PARA LA LUCHA CONTRA LA TRATA DE PERSONAS Y EL TRÁFICO ILÍCITO DE MIGRANTES EN FRONTERA EN CONTEXTO DE PANDEMIA POR COVID-19

A través de esta Declaración, los Ministros acuerdan promover diferentes líneas de acción para el abordaje de la lucha contra la trata de personas en frontera en contexto de la Pandemia por COVID-19.

Asimismo, instruyen al Foro Especializado Migratorio y a la Comisión Técnica a actualizar la “Guía de Actuación Regional para la Detección Temprana de Situaciones de Trata de Personas en Pasos Fronterizos del MERCOSUR y Estados Asociados”, así como a articular los mecanismos necesarios para el fortalecimiento de la implementación del acuerdo suscripto y ratificado por los Estados Parte y Asociados en materia de prevención y combate contra el tráfico ilícito de migrantes, aprobado por Decisión CMC N° 37/04; y a establecer una red de puntos focales nacionales para dar seguimiento a las recomendaciones.

5. PROYECTO DE RECOMENDACIÓN SOBRE LUCHA CONTRA LA TRATA DE PERSONAS Y TRÁFICO ILÍCITO DE MIGRANTES EN FRONTERAS EN CONTEXTO DE PANDEMIA POR COVID-19

Con relación a la temática del documento anteriormente mencionado, los Ministros elevaron un Proyecto de Recomendación CMC, a fines de que el Consejo del Mercado Común recomiende a los Estados promover las líneas de acción para el abordaje de la lucha contra la trata de persona en el contexto de la pandemia.

COMO CITAR ESTA NOTA:

ERBEN, Antonella. Documentos suscriptos durante la XLV Reunión de Ministros del Interior y de Seguridad del MERCOSUR. **Revista Mercopol**, Brasília, ano 15, n. 13, p. 84-85, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/publicacoes/view>. Acesso em: [dia] [mês] [ano].





ENTREVISTA

"la seguridad de la ciudadanía es el eje central de nuestro accionar, en consecuencia es imperativo que nos proyectemos a seguir robusteciendo estas relaciones"



Tannya Varela Coronel

"El concepto estratégico operacional ha sido cimentado en análisis históricos y prospectivos, inicia con la identificación de riesgos, la gestión de las amenazas y la reducción de vulnerabilidades"

Primera mujer en comandar la Policía Nacional del Ecuador

"La globalización de la economía, la creación de zonas de libre comercio y circulación de personas han transformado el mundo y también la delincuencia organizada, dotándole de una especial peligrosidad para la seguridad de los estados, amenazas que por carácter supranacional, requieren de soluciones que también sobrepasen las fronteras territoriales."

La General Inspector Tannya Varela Coronel, actual Comandante General de la Policía Nacional del Ecuador, es un referente de superación para miles de mujeres ecuatorianas y latinoamericanas. A lo largo de sus 37 años de carrera profesional ha impulsado la equidad de género y el respeto irrestricto a los derechos humanos. Una mujer que viste el verde aceituno con orgullo; siempre comprometida con la seguridad ciudadana, ha demostrado en todo momento su vocación de servicio y mística policial.

Hija de Don Stalin Varela Jara y de la señora Magdalena Coronel Moncada, creció en un hogar donde primaba el amor, desde temprana edad fue inculcada con valores y principios, los cuales, fueron trascendentales a lo largo de su vida personal y profesional. En la actualidad está casada y tiene tres hijos.

Estudió en la Escuela Inmaculada Concepción y en el Colegio Nacional de Señoritas Ibarra; donde se destacó como deportista. Cuando tenía 17 años sintió el llamado de ser Policía, gracias a la motivación de la señora Coronel Teresa Carranza, una de las primeras mujeres e integrar las filas policiales.

En el año de 1984 ingresó a la Escuela Superior de Policía "Gral. Alberto Enríquez Gallo"; después de tres años de esfuerzo y dedicación logró cumplir su anhelado sueño y se graduó en el año de 1987 en el grado de Subteniente de Policía.

A lo largo de su carrera profesional ha pertenecido a diferentes servicios a nivel nacional, siempre destacándose como una líder, dedicada a su trabajo con esfuerzo y determinación. Su primer desafío fue en el grupo de tránsito de Pichincha. En el año de 1996 fue designada a la ciudad de Guayaquil, lugar donde fue partícipe de la creación del Departamento de

de Violencia Intrafamiliar. En el año 2005 fue asignada como agregada adjunta en la Embajada de Perú, una representación que benefició las relaciones diplomáticas entre las hermanas policías.

Gracias a su vasta experiencia en el ámbito operativo, fue una de las primeras mujeres en comandar la subzona Guayas y la zona 8, uno de los lugares más grandes y conflictivos del país, su capacidad de compromiso, liderazgo y mística policial, fueron determinantes para enfrentar con sabiduría este importante reto.

Otra de sus más grandes experiencias en la noble institución fue cuando ocupó el cargo de Directora de la Escuela Superior "Gral. Alberto Enríquez Gallo", el alma máter institucional, en donde dio sus primeros pasos para convertirse en la máxima autoridad policial.

Defensora de los derechos de las personas, fue Directora Nacional de la Policía Especializada en Niños, Niñas y Adolescentes lugar donde plasmó sus convicciones acerca del respeto de las mujeres y los niños. Realizó varios proyectos con el propósito de erradicar el trabajo infantil y reducir el maltrato infantil. Su objetivo fue romper esa cadena de violencia que perjudica el desarrollo integral, físico y psicológico de este grupo atención vulnerable.

Así mismo, comandó la zona 5, fue Directora General de Personal y la primera mujer en ser designada como Subcomandante General de la Policía Nacional, cargos ocupados con responsabilidad, siempre enfocada en ejecutar acciones en beneficio de los 53 mil servidores policiales y de todos los ecuatorianos. Su admirable trayectoria le hizo acreedora de varias condecoraciones, felicitaciones públicas y privadas, por las estrategias que ha mantenido en prevención



ENTREVISTA

del delito y seguridad ciudadana, recibió la Condecoración Orden al mérito de la ERCAIAD, otorgado por la “Escuela Regional de la Comunidad de Inteligencia Antidrogas”, la Condecoración Madre Teresa de Calcuta, otorgada por el Congreso Nacional del Perú, entre otras.

Por tal razón, el 22 de marzo de 2021, la Gral. Tannya Varela Coronel, fue designada como Comandante General de la Policía Nacional del Ecuador, un hecho histórico al ser la primera mujer en ocupar este cargo en Latinoamérica, el cual, fue un merecido reconocimiento por 37 años de servicio a la sociedad.

Una mujer que ha vencido límites, ha cambiado paradigmas y estereotipos, considera que la fórmula para ejercer como madre y mujer policía, se encuentra en mantener la organización en cada aspecto de la vida, tanto en lo personal, como en lo profesional, un equilibrio que se lo debe llevar con respeto, compromiso, humildad, esfuerzo y sacrificio, pero, sobre todo, con absoluta determinación, legalidad, ética e integridad, consecuentes con nuestros valores y principios.

Revista Mercopol - *¿Qué importancia le otorga usted a la cooperación internacional y al intercambio académico entre las policías y cuál sería el impacto en la institución?*

Gral. Tannya Varela Coronel - Evidentemente una fluida, oportuna y estrecha cooperación internacional da lugar a la optimización de capacidades operativas para la consecución de resultados contundentes en la lucha contra las diversas modalidades criminales, las cuales por su naturaleza no discriminan fronteras.

Lo cognitivo y cognoscitivo se transforma, evoluciona y es cambiante de acuerdo a las necesidades actuales, a los avances de la tecnología, de la ciencia y de las innovaciones del sistema global, por ello, es tan importante que entre las policías de los países hermanos, fomentemos cada vez más, espacios de cooperación, para aprovecharlos de manera efectiva en lo cotidiano.

Todas las policías trabajamos bajo la misma certeza, la seguridad de la ciudadanía es el eje central de nuestro accionar, en consecuencia es imperativo que nos proyectemos a seguir robusteciendo estas relaciones, aportándonos entre sí, mayores capacidades cognitivas, forjando experiencias en ámbitos de operatividad, de institucionalidad, que han permitido reforzar conocimientos en nuestro talento humano que se ha especializado en otros países, quienes al retornar al Ecuador lo hacen con una visión más amplia en temas académicos y profesionales, hecho que es digno de reconocer.

La academia siempre será un espacio donde se

generan un sinnúmero de oportunidades, se enriquecen conocimientos, se potencian habilidades y comparten experiencias; desde el punto de vista policial, nos permite desplegar estrategias innovadoras y abrirnos espacios de desarrollo profesional, con el propósito de ejercer nuestra misión constitucional desde una preparación altamente técnica, mejor aún, si se efectúa en el marco de una cooperación interinstitucional e internacional.

Para la Policía Nacional del Ecuador, los intercambios académicos con sus similares, constituyen una gran oportunidad, mientras exista un mayor conocimiento y más amplitud en temas académicos, nos constituiremos en instituciones más efectivas al servicio de nuestra gente, más humana, más sintonizada con las necesidades de las comunidades, más consolidada, mejorando y superando las expectativas que los ciudadanos tienen en torno al accionar policial.

Revista Mercopol - *¿Cuál es perfil idóneo que debe tener un policía que busca especializarse en el extranjero?*

Gral. Tannya Varela Coronel - En la actualidad los retos que plantea la seguridad exigen profesionales muy bien formados, con una alta especialización; en este sentido el perfeccionamiento de criterios científicos en relación a la función, estrategias y técnicas de la policía es imprescindible para poder avanzar en la búsqueda de respuestas eficaces.

Cada nación, cada territorio, tiene sus propias necesidades en temas de seguridad, orden público, mantenimiento de la paz, proximidad con la comunidad, y frente a ello, considero que integrarnos entre las instituciones policiales, nos permite fortalecer nuestra labor y ser una sola fuerza al momento de enfrentar organizaciones delictivas nacionales y transnacionales, que atentan contra la seguridad no solo en nuestros países, sino a nivel de la región.

Los procesos de integración entre las policías son cruciales, entendiendo que constantemente nos enfrentamos a una delincuencia organizada, que se prepara, que evoluciona, que se transforma, que aprende nuevas formas de delinquir, y es ahí, donde resulta imprescindible este intercambio de conocimientos entre las policías hermanas, para identificar los factores facilitadores de delincuencia, violencia y enfrentarlos adecuadamente.

En el talento humano policial ecuatoriano existe una multiplicidad de competencias, capacidades y aptitudes; como Mando Institucional, siempre esperamos que todos tengan oportunidades de



ENTREVISTA

crecimiento, de preparación, de mejora continua, que cada uno sepa explotar al máximo el potencial que tienen como servidores policiales; partiendo de esos principios, se evalúa, analiza y se destina a los policías que cumplan con ciertos requerimientos básicos para que puedan acceder a estos programas de formación y capacitación en el exterior; requisitos que van de la mano con la legitimidad del proceso.

Se consideran varias aristas para quienes aspiran especializarse en el extranjero, entre las cuales consta el tiempo de servicio, el mismo que debe ser mínimo de un año para postular; otro requisito es que previamente no hayan sido capacitados por más de 6 años fuera del país; de igual forma, que el servidor policial no esté inmerso en su curso de ascenso o estar cursando otros estudios.

En este riguroso proceso de selección cumple un rol importante la calificación por competencias de acuerdo a la especialización, basándose principalmente en la necesidad institucional, para que ésta preparación desarrolle conocimientos y cualidades que se traduzcan en un mejor servicio.

Revista Mercopol - *¿Qué conocimientos considera que son claves para incorporar competencias adecuadas en el talento humano y cuál sería su efecto en la calidad del servicio que se entrega a la comunidad, en tiempos donde la delincuencia ha ganado terreno en la región?*

Gral. Tannya Varela Coronel - El abordaje de la seguridad ciudadana debe estar en continua evolución dadas las constantes modificaciones que realizan los actores criminales en sus modus operandi a nivel global. El crimen organizado no es un problema nuevo, pero sí son desconcertantes las dimensiones adquiridas en los últimos tiempos. La globalización de la economía, la creación de zonas de libre comercio y circulación de personas han transformado el mundo y también la delincuencia organizada, dotándole de una especial peligrosidad para la seguridad de los estados, amenazas que por carácter supranacional, requieren de soluciones que también sobrepasen las fronteras territoriales.

En el Ecuador la Policía Nacional ha incorporado al modelo de gestión los elementos misionales mediante actividades de prevención (control, disuasión y reacción antes del delito), inteligencia (proactividad) e investigación criminal (reacción post delito). El concepto estratégico operacional ha sido cimentado en análisis históricos y prospectivos, inicia con la identificación de riesgos, la gestión de las amenazas y la reducción de vulnerabilidades; para tal efecto la institución se ha organizado en tres subsistemas

desde los cuales se oferta el servicio de policía.

Para que todos estos procesos se logren con éxito durante las intervenciones policiales, desde la Dirección Nacional de Educación, se identifican de modo amplio los temas de capacitación que se requieren fortalecer e innovar, para que nuestros policías puedan hacer su trabajo profesional y técnicamente.

En este orden de ideas para nosotros son de especial relevancia la capacitación y perfeccionamiento en programas académicos sobre: inteligencia, antinarcóticos, vigilancia y seguimientos, la esfera de policía preventiva y comunitaria, técnicas de investigación criminalística, análisis delictivo estadístico inferencial y prospectivo, operaciones tácticas policiales, uso de TIC's para la prevención del delito, áreas de manejo de químicos, explosivos, entre otros.

Por otro lado la nueva dimensión de la violencia y el crimen que se está produciendo en el ciberespacio, en la era digital se reportan con frecuencia delitos que se cometen en las redes sociales, por tanto, es sustancial la especialización en tópicos de ciberdelito, pornografía infantil, trata de personas, manejo de nuevas tecnologías, estafas por internet, incluso robo de información y sin dejar de lado el tratamiento técnico de las fake news.

Es preciso enfatizar en el estudio comparativo de estrategias para enfrentar el crimen organizado, narcotráfico y sus delitos conexos, experiencias en sistema penitenciario, el abordaje de la delincuencia juvenil, violencia intrafamiliar, flujos migratorios irregulares, la trazabilidad para la atención de delitos de corrupción, la delincuencia de cuello blanco cuyas características específicas las convierten potencialmente en una gran amenaza para los bienes jurídicos penales, con consecuencias catastróficas para la sociedad en su conjunto y las democracias.

COMO CITAR ESTA ENTREVISTA:

ECUADOR. Policía Nacional de Ecuador. Comunicación Estratégica. Primera mujer en comandar la Policía Nacional del Ecuador. **Revista Mercopol**, Brasilia, ano 15, n. 13, p. 86-93, jan./dez. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/acesso-a-informacao/atuacao-internacional/foros-e-redes/publicacoes/view>. Acesso em: [dia] [mês] [ano].





Revista MERCOPOL, Ano XV, nº 13, Dezembro de 2021



1991-2021



Sede do Mercosul, em Montevideú, Uruguai.